



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

*Partidos Políticos na Democracia Cabo-verdiana: um  
estudo de caso (1991-2011)*

Arceolinda Monteiro Ramos

PRAIA, JANEIRO DE 2012



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

*Partidos Políticos na Democracia Cabo-verdiana: um estudo de caso (1991-2011)*

ARCEOLINDA MONTEIRO RAMOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Uni-CV, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roselma Évora.

PRAIA, JANEIRO DE 2012

*Partidos Políticos na Democracia Cabo-verdiana: um  
estudo de caso (1991-2011)*

ARCEOLINDA MONTEIRO RAMOS

BANCA EXAMINADORA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roselma Évora . Orientadora (Uni-CV)

Prof. Dr. Carlos Belino Sacadura (Uni-CV)

Prof. Dr. José Carlos dos Anjos (UFRGS)

PRAIA, JANEIRO DE 2012

Dedico este trabalho à minha mãe, ao meu marido, aos meus irmãos e aos meus sobrinhos. Meus agradecimentos por terem privado da minha companhia pelos estudos,concedendo-me a oportunidade de realizar ainda mais.

## **AGRADECIMENTOS**

Registo aqui a minha gratidão e apreço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho:

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roselma Évora, pelo estímulo, comentários e sugestões. Foi um privilégio contar com a sua amizade e orientação;

Aos dirigentes partidários entrevistados pela disponibilidade e colaboração prestada;

Aos funcionários dos grupos parlamentares do MPD e PAICV, na Assembleia Nacional;

Ao pessoal da Biblioteca da Assembleia Nacional, particularmente Albertina Graça;

Agradeço a todos que, mesmo não sendo citados aqui, prestaram o incentivo indispensável à conclusão deste trabalho;

Agradeço especialmente a José Filomeno Monteiro, meu marido, pela revisão ao texto e principalmente pelo apoio constante.

## EPÍGRAFE

*A análise organizativa dos partidos (õ )  
é uma das mais antigas nas pesquisas  
sobre os partidos políticos e também  
uma das mais frustrantes.*

*W. Crotty*

## RESUMO

Estudos sobre os partidos políticos nos países da terceira onda de democratização constituem um grande desafio aos estudiosos das instituições políticas. A presente pesquisa tem por objectivo analisar a natureza e os determinantes dos partidos políticos cabo-verdianos com representação política. A relevância do estudo compreende-se com o pressuposto de que a forma como estas organizações se estruturam internamente, enquanto organizações de representação política por excelência, poderá determinar o processo democrático.

Pretendemos analisar o surgimento e as estratégias de estruturação adoptadas, a base eleitoral, formas de financiamento e a consequente aproximação ao Estado e a adesão aos princípios democráticos dos partidos políticos em análise.

A abordagem recorre tanto à teoria clássica dos partidos políticos, nomeadamente a de Michels (1914), Kirchheimer (1966), Duverger (1970), Sartori (1982), como à teoria mais recente, Katz e Mair (1995) e Panebianco (2005), para compreendermos os partidos políticos cabo-verdianos em democracia.

Palavras-chave: Partidos Políticos, Catch all, Cartel, Financiamento Partidário, Democracia Interna pelos Partidos e Geografia Eleitoral.

## **ABSTRACT**

To undertake research on political parties in the countries of the third wave of democratization is a major challenge to scholars of political institutions. This research aims to analyze the nature and determinants of Cape Verdean political parties with political representation. The relevance of this study can only be understood if consideration is given to the assumption that the way these organizations are internally structured, while organizations of political representation par excellence, can determine the democratic process.

We intend to analyze both the emergence and structuring strategies adopted by the political parties under examination, as well as their electoral base, forms of funding and the consequent proximity to the Government, in addition to the degree of their adherence to democratic principles.

Our approach relies on both the classical theory of political parties, in particular the approaches of Michels (1914), Kirchheimer (1966), Duverger (1970), Sartori (1982), as well as a newer approach, Katz and Mair (1995) and Panebianco (2005), to help understand the Cape Verdean political parties in democracy.

Keywords: political parties, Catch all, Cartel, Party Funding, internal democracy parties and Electoral Geography.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparação entre o Partido Burocrático de Massa e o Profissional-eleitoral.

Quadro 2 - Confiança nas Instituições.

Quadro 3 . Mudanças na participação eleitoral: 1991-2011.

Quadro 4 - Variação da Taxa de Abstenção: 1991-2011.

Quadro 5 - Correlação de voto por partido a nível nacional 1991-2011.

Quadro 6 . Evolução dos votos por partidos nas regiões de Barlavento e Sotavento para as Eleições Legislativas: 1991-2011.

Quadro 7- Número de Deputados Eleitos por partido: 1991-2011.

Quadro 8 . Financiamento Público: Principais Argumentos.

Quadro 9 - Dotação da subvenção nos OGE.

Quadro 10 - Subvenções recebidas pelos partidos nas Eleições Legislativas de 2001 e 2006.

Quadro 11- Acesso aos empréstimos bancários para a campanha eleitoral de 2001 e 2006.

Quadro 12: Despesas em Campanhas Eleitorais.

Quadro 13 . Receitas de Campanhas Eleitorais.

Quadro 14 - Ideário político-filosófico do MPD sob a perspectiva programática.

Quadro 15 - Ideário político-filosófico do PAICV sob a perspectiva programática.

Quadro 16 - Ideário político-filosófico da UCID sob a perspectiva programática.

Quadro 17 - Democraticidade do funcionamento dos partidos políticos cabo-verdianos segundo os estatutos.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 . Taxas de Abstenção de 1991-2011.

Gráfico 2 - Percentagem de Deputados Eleitos por Partido de 1991-2011.

Gráfico 3 . Dotação da subvenção nos OGE.

## LISTA DE SIGLAS

- ❖ ADM - Aliança Democrática para a Mudança.
- ❖ BO - Boletim Oficial da República de Cabo Verde.
- ❖ CNE - Comissão Nacional das Eleições.
- ❖ CRCV - Constituição da República de Cabo Verde.
- ❖ MPD - Movimento para a Democracia.
- ❖ OGE - Orçamento Geral do Estado.
- ❖ PAICV - Partido Africano da Independência de Cabo Verde.
- ❖ PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde.
- ❖ PTS - Partido do Trabalho e da Solidariedade.
- ❖ PCD - Partido da Convergência Democrática.
- ❖ PRD - Partido da Renovação Democrática.
- ❖ PSD - Partido Socialista Democrático.
- ❖ STJ - Supremo Tribunal da Justiça.
- ❖ UCID - União Cabo-verdiana Independente e Democrata.
- ❖ UPICV . União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	iv	
EPÍGRAFE .....	v	
RESUMO /ABSTRACT.....	vi	
LISTA DE QUADROS .....	viii	
LISTA DE GRÁFICOS .....	xix	
LISTA DE SIGLAS .....	x	
SUMÁRIO.....	xi	
1.INTRODUÇÃO:		
1.1 CONSTRUÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMAõ õ õ õ õ õ õ õ .....	1	
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	4	
2. PARTIDOS POLÍTICOS: UMA REVISÃO TEÓRICA .....		8
3. FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS EM CABO VERDE õ .		29
3.1O Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV)õ .	31	
3.2 O Movimento para a Democracia (MPD)õ õ õ õ õ õ õ .õ õ õ õ .	43	
3.3 A União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID)õ õ ..	58	
4. GEOGRAFIA ELEITORAL DOS PARTIDOS .....		õ õ õ ..71
5. FINANCIAMENTO PARTIDÁRIOõ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ .õ õ		83
6. DEMOCRACIA INTERNA NOS PARTIDOS POLÍTICOSõ õ .....		99
CONCLUSÃO õ ..õ õ		113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICASõ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ		117
ANEXOSõ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ õ ..õ õ õ õ õ õ õ õ		130

# CAPÍTULO 1

## INTRODUÇÃO

### 1.1 - Construção e Definição do Problema

Os partidos políticos são elementos fundamentais de qualquer sistema político. Na Ciência Política, os partidos políticos e os sistemas partidários representam dois temas bastante discutidos e que nos suscitam mais reflexão com uma importante dimensão teórica. A temática apresenta uma bibliografia vasta, bem como uma multiplicidade de abordagens. Por isso, não é fácil encontrar uma linha mestra na pesquisa de um campo de estudos tão vasto, complexo e diversificado, o que faz que qualquer abordagem desta temática seja uma tarefa que exige muita prudência.

Não obstante a importância dos partidos para o regime democrático, vários autores consideram que os partidos políticos vivem, hoje, uma crise de legitimidade e de eficácia, o que lhes coloca potencialmente à beira de um grave declínio. Para Mair (2003), várias são as razões explicativas da crise dos partidos políticos, nomeadamente mudanças na natureza da democracia, nos partidos e na sociedade em geral. Compreender a natureza e os determinantes dos partidos torna-se crucial para a análise das democracias representativas.

Nas sociedades modernas, a forma como os partidos se organizam, estruturam e competem entre si constitui um indicador importante da sua capacidade de mobilização das massas e do seu papel nas democracias modernas. Mainwaring (2001, p.40) afirma:

*Apesar dos novos questionamentos dirigidos aos partidos, a despeito da crescente sensação nos meios académicos de que os partidos actuais são agentes menos preponderantes da representação do que foram décadas atrás, e não obstante o desconhecimento cada vez maior dos cidadãos de muitos países com os partidos, estes continuam sendo os principais agentes da representação*

*e praticamente os únicos actores que têm acesso aos cargos electivos na política democrática.*

O estudo dos partidos políticos em países da terceira onda<sup>1</sup> da democratização constitui uma tarefa extremamente profícua e complexa, principalmente para os países do continente africano, nomeadamente Cabo Verde, onde o estudo sobre a temática é pouco explorado.

A importância particular do nosso estudo decorre, basicamente, de três motivos: Primeiro, vislumbramos este trabalho como a continuidade de um estudo anterior de Julho de 2000, que resultou numa monografia de licenciatura, cujo tema foi: "O Movimento para a Democracia e o Processo de Democratização em Cabo Verde: Facções e Divergências . Um Estudo de Caso"<sup>2</sup>. Portanto, fazem parte de uma das áreas de concentração da minha licenciatura em ciência política, instituições políticas e comportamento político, área a que sou particular e pessoalmente afecta. Em segundo lugar, abordaremos um tema específico ainda pouco explorado e analisado, o que explica a carência de estudos científicos sobre a realidade política cabo-verdiana. Essa carência torna o estudo da experiência partidária um dos campos de estudo mais promissores e aliciantes da realidade política cabo-verdiana. O terceiro e último motivo, não menos importante, a nossa experiência na Assembleia Nacional nos permite fazer uma observação crítica do funcionamento e comportamento dos partidos políticos em Cabo Verde.

Compreender e analisar os partidos políticos de cada país depende do seu processo histórico e do seu contexto democrático. Os partidos desempenham um papel importante no contexto das democracias representativas, constituindo as instituições típicas da democracia representativa. Ao mesmo tempo, a relação entre os partidos e a democracia não é unidireccional. Pois, os partidos, na sua forma de agir, são influenciados pelos padrões e características específicas das democracias, por exemplo, no

---

<sup>1</sup>Neste particular, Huntington denomina de terceira onda de democratização a multiplicação do número de democracias no mundo após 1974 e define onda de democratização nos seguintes termos: "Uma vaga de democratização refere-se a um grupo de transições de regimes não-democráticos a democráticos que ocorrem dentro de um período específico de tempo e que excedem significativamente as transições no sentido oposto durante este período de tempo" (1994:24).

<sup>2</sup>Dissertação apresentada à Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, sob a orientação do Professor Dr. David Verge Fleischer.

quadro legal de actuação, nas formas de financiar as suas actividades e nos mecanismos de prestação das contas.

A independência de Cabo Verde, a 5 de Julho de 1975, pôs fim ao regime colonial e levou à introdução de um regime não democrático, com um sistema de partido-estado<sup>3</sup>, utilizando a terminologia Sartoniana. Durante aquele período, as eleições eram feitas não para imprimir mudanças nas instituições governativas mas para confirmar a permanência do partido no Governo.

Quinze anos depois, o país viria a iniciar o processo de democratização, o que veio a permitir um realinhamento do sistema partidário cabo-verdiano. Entendemos que o sistema político actual apresenta as características de uma democracia liberal semelhante a vários países europeus, nomeadamente Portugal e Espanha, com eleições livres e periódicas que têm conformado o parlamento, executivos estáveis, alternância no poder e os partidos políticos apoiam os valores democráticos. Também entendemos que o processo de democratização gerou um padrão de competição partidária com implicações directas na natureza dos partidos, nas suas bases eleitorais e na organização partidária.

A democracia cabo-verdiana tem já vinte anos e o processo de transição democrática já foi objecto de uma série de estudos e tem sido alvo de debates académicos e político-ideológica interna da sua tipificação e natureza [Lima (1992), Cardoso (1993), Silva (1997), Costa (2001), Koudawo (2001), Évora (2004)]. Ao contrário do que se passou com o processo de transição democrática, tem-se dado pouca, diríamos, até nenhuma atenção ao estudo dos partidos políticos no contexto de democratização em Cabo Verde.

Neste sentido, esta dissertação pretende dar resposta a uma questão central: Qual a natureza e os determinantes dos partidos políticos na democracia cabo-verdiana? O objectivo deste estudo é analisar os partidos políticos cabo-verdianos em democracia, buscando entender a sua natureza, as dinâmicas, os fundamentos e os padrões organizativos que os define. Especificamente, pretende-se definir e operacionalizar as tipificações dos partidos políticos para o caso cabo-verdiano, pertinente será fazermos uma

---

<sup>3</sup> O partido utiliza o Estado para fazer mobilização política e promover a unidade nacional. Para legitimar a sua dominação, põe o Estado ao serviço do partido (Sartori, 1982).

comparação sistemática, analisando os aspectos comuns e as peculiaridades dos partidos cabo-verdianos; compreender o processo de formação e organização dos partidos políticos cabo-verdianos; descrever a geografia eleitoral dos partidos; analisar os mecanismos de financiamento partidário; discutir as principais características da democracia interna pelos partidos.

## 1.2- Procedimentos Metodológicos

Nas Ciências Sociais a pesquisa tem uma importância fulcral, principalmente na obtenção de soluções para os fenómenos sociais. A finalidade da pesquisa é ( ) descobrir respostas para questões, mediante a aplicação de métodos científicos+ (Marconi e Lakatos, 1996, p.14). A metodologia da investigação estrutura-se em dois momentos diferenciados e interdependentes, conforme assevera Lamas et al (2001, p. 34):

*O primeiro é o da descoberta da verdade, que agrupa todos os actos intelectuais indispensáveis à formulação e resolução do problema estudado. Enquanto o segundo diz respeito à transmissão da verdade descoberta, com todos os problemas que o sistema da composição levanta.*

Em termos de procedimentos metodológicos pretendemos fazer uma abordagem qualitativa, para explicar, em profundidade, o significado e as características do fenómeno ora proposto para estudo: Partidos Políticos na Democracia Cabo-verdiana . um estudo de caso (1991-2011). Para a análise e interpretação dos dados será utilizada a análise de conteúdo. Segundo Bardin (1988), a análise de conteúdo visa a obtenção de indicadores quantitativos ou qualitativos que permitam a inferência (indução a partir de factos) de conhecimentos relativos à produção/redução de mensagens.

Uma das técnicas a ser utilizada será a pesquisa bibliográfica, tendo em vista a necessidade de um aprofundamento teórico sobre esta temática. Pretendemos fazer o levantamento teórico a partir de material já publicado e obter a informação que, de outro modo, não estaria disponível sobre o tema: fala-se de pesquisa bibliográfica quando se trata de descobrir textos (livros,

artigos, documentos) sem omitir uma referência essencial, mas sem se deixar submergir pelo que não tem interesse+(Marconi e Lakatos, 1996, p.95).

Uma segunda técnica de pesquisa que utilizaremos será as fontes primárias, através da pesquisa documental. Faremos o levantamento dos dados a partir de documentos das fontes originárias que são as fontes primárias, como por exemplo: documentos oficiais (Constituição da República, Código Eleitoral, Regime Jurídico dos Partidos Políticos, Actas da Assembleia Nacional), jornais, monografias, actas das convenções dos partidos, estatutos e programas dos partidos políticos e estatísticas oficiais. Esta técnica é pertinente uma vez que existe já algum material produzido, possibilitando assim a análise das informações relacionadas com o tema e servirá de fundamentação teórica para o objecto que será investigado. Contudo, esta técnica apresenta algumas limitações. Primeiro, os documentos foram também definidos de acordo com os objectivos de investigação distintos dos que estamos a definir. Por outro lado, o material documental pode ter uma múltipla e mutável interpretação, dependendo do contexto e do tempo (Moreira, 2002, p.168).

Trata-se de um estudo exploratório porque consiste na descrição e compreensão de fenómenos, que nos ajudará a responder a nossa pergunta de partida. Para Oliveira (2005), os estudos exploratórios servem para aumentar o grau de familiaridade com fenómenos relativamente desconhecidos, obter informações sobre a possibilidade de levar adiante uma investigação mais completa sobre um contexto particular da vida real e estabelecer prioridades para investigações posteriores, entre outras utilizações.

A terceira técnica de pesquisa a ser utilizada será entrevistas. Utilizamos um guião de entrevistas semiestruturado, aplicado a alguns dirigentes dos partidos políticos, com um roteiro previamente estabelecido e com perguntas que vão sendo introduzidas ao longo do processo. As entrevistas permitem colectar informações que, de outro modo, não estariam disponíveis, sobretudo os aspectos ligados à organização, formação e funcionamento interno dos partidos. O que permite inferências descritivas e causais válidas sobre os partidos políticos em Cabo Verde.

Como técnica de colecta de dados, a entrevista semi-estruturada fornece-nos várias vantagens, nomeadamente maior flexibilidade, podendo o

entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente, especificar algum significado como garantia de estar sendo compreendido, dá maior oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativo. Há possibilidade de conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias. Permite que os dados sejam quantitativos e submetidos ao tratamento estatístico (Marconi e Lakatos, 1996, p. 86).

Importa referir ainda que utilizaremos análises gráficas e tabular, com base nos dados estatísticos agregados e pesquisas de opinião já recolhidos pelo Afrobarómetro (2002, 2005, 2008), resultados das eleições legislativas (1991 a 2011) e das contas dos partidos políticos da Comissão Nacional das Eleições (2001 e 2006). Para categorizar e tabular os dados, possibilitando maior facilidade na verificação das relações entre eles, recorreremos a dois *softwares* informáticos, nomeadamente ao *Excel* e ao programa SPSS for Windows, versão 16.0. Com estes instrumentos a nossa intenção será fazer uma análise multivariada dos dados recolhidos, nomeadamente as correlações, analisando as suas ligações e fazendo o seu cruzamento. A apresentação da informação será em quadros e gráficos.

A abordagem teórica centra nas dimensões dos partidos políticos abordados pelos clássicos, nomeadamente Duverger e Sartori, com a articulação da discussão do tema dos partidos políticos por autores contemporâneos.

O trabalho está dividido em seis capítulos. O capítulo 1 que inclui a parte introdutória e os procedimentos metodológicos da investigação. No capítulo 2 fazemos uma revisão teórica sobre os partidos políticos, para extrairmos os padrões explicativos aplicáveis ao nosso objecto de estudo. O capítulo 3 examina as premissas explicativas da formação e a organização dos três partidos políticos cabo-verdianos em análise, isto é, os traços definidores da sua génese e sua influência sobre as características organizativas ao longo dos últimos anos. O capítulo 4 debruça-se sobre as bases eleitorais dos partidos, determinando assim os fundamentos eleitorais dos partidos nas eleições legislativas realizadas em Cabo Verde de 1991 a 2011. O capítulo 5 analisa os determinantes do financiamento partidário aplicados aos partidos, nomeadamente a transferência de recursos financeiros do Estado.

O capítulo 6 examina a observância dos preceitos democráticos no âmbito dos partidos políticos, com vista a compreender a adesão dos partidos políticos aos princípios e pressupostos democráticos na sua actividade política e organizativa.

Por fim, segue-se a conclusão para as considerações finais dos aspectos centrais deste estudo, quanto à natureza, dinâmica e fundamentos dos partidos políticos na democracia cabo-verdiana.

## CAPÍTULO 2

### PARTIDOS POLÍTICOS: UMA REVISÃO TEÓRICA

Pensamos que os partidos políticos, do ponto de vista individual, são importantes para compreendermos a sua relação com a democracia, sendo elos da representação política que podem apresentar a competição eleitoral. Não obstante, utilizaremos conceitos e modelos das democracias consolidadas, principalmente da Europa do Sul, para aferirmos às similitudes com o caso em análise e considerar-se-á até que ponto estas podem ser satisfatoriamente enquadradas nos modelos partidários existentes na realidade política cabo-verdiana.

Até ao século XVII, não se utilizava o conceito de partido para se definir grupos políticos. Tal conceito nem fazia parte do vocabulário político daquele período. Na Grécia antiga, dava-se o nome de facções a um grupo de seguidores de uma ideia ou doutrina, como forma de se definir aquilo que viria, mais tarde, a dar origem ao que hoje denominamos de partidos políticos.

O direito de associação, determinada pela busca de objectivos comuns que se julguem necessários ou convenientes por aqueles que assim pensam, encontra a sua expressão e realização na contemporaneidade nas organizações não-governamentais, nos movimentos sociais e nos partidos políticos.

Na Teoria Política existem várias definições de partidos políticos, de acordo com a abordagem teórica perfilhada por cada autor. O primeiro pensador político a definir partidos políticos foi Edmund Burke, em 1770. O autor parte do pressuposto de que o partido é um instrumento para se atingir um fim determinado: "é um corpo de pessoas unidas a promover, mediante esforço conjunto, o interesse nacional com base em algum princípio especial, ao redor do qual todos se acham de acordo" (apud Bonavides, 2005, p. 35).

Modernamente, os partidos políticos podem ser definidos com base em quatro critérios, segundo Lapalombara e Weiner (1966): a continuidade da

organização, o nível de actuação (local ou nacional), a vontade de exercer o poder e a busca de sustentação popular, nomeadamente através das eleições. Portanto, um partido político é uma organização durável, estabelecida a nível nacional e local, mas sobretudo com vontade para conquistar e exercer o poder. Ao mesmo tempo, é preciso, à luz da democracia e do sufrágio secreto e universal, ter sustentação popular.

Schwartzberg (1979) argumenta que devemos buscar a origem dos partidos políticos na época moderna<sup>4</sup>, na Inglaterra do século XVII, por iniciativa dos liberais da sociedade, quando se permitiu, através da reforma eleitoral de 1832, a oposição política e respeitando-se os direitos e a legitimidade para a oposição ao governo. Desta forma, surge os grupos políticos permanentes com o objectivo de conquistar, influir ou exercer o poder. No século XVIII, criam-se, pela primeira vez, instituições de direito privado com o objectivo de reunirem partidários de uma ideia política . conhecidos por partidos *Whigs (liberais)* e *Tories (anglicanistas)* . geradores, respectivamente, dos actuais partidos liberais e conservador. Na Europa isso se deu graças às revoluções de 1848. Na Ásia, mais concretamente no Japão, importou-se as formações partidárias ocidentais a partir de 1867. Porém, a ideia de enquadrar os políticos em partidos surge na segunda metade do século XVIII com a revolução francesa e a independência dos Estados Unidos da América.

Como afirma Duverger, a data do surgimento dos partidos políticos tal como os concebemos na contemporaneidade: ( ) datam apenas um século. Em 1850, nenhum país do mundo, salvo os Estados Unidos, conhecia partidos políticos no sentido moderno do termo (1970, p. 22).

Os partidos políticos, para Duverger (1970), têm uma tripla origem: eleitoral, parlamentar ou origem externa. Os partidos de origem eleitoral e parlamentar nascem da cúpula, enquanto os de origem externa nascem a partir da base. Factores locais, ideológicos e de interesse estão na origem dos partidos de origem parlamentar. Para fugir ao isolamento e defender os seus interesses (reeleição, pretender um posto ministerial, ser remunerado na

---

<sup>4</sup>Neste caso, com a formação do estado burocrático moderno que emerge com a centralização e a unicidade do poder político nas mãos do Estado. Heller elenca quatro factores que possibilitaram a monopolização e unidade do poder pelo estado moderno: a criação de um exército permanente, a formação de uma burocracia composta por funcionários permanentes e competências bem delimitadas, a criação de um sistema de tributos e o estabelecimento de uma única ordem jurídica em todo o território (apud Dias, 2008, pp.62-63).

tomada de decisões, representar outras elites em oposição às elites tradicionais) os deputados de uma região se reuniram e logo perceberam que as suas preocupações não diziam respeito apenas às questões regionais mas também aos problemas da política nacional. Procuraram então unir-se aos deputados de outras regiões que partilhavam das mesmas ideias, conferindo assim o tal grupo um substrato ideológico. Alguns grupos parlamentares têm um *carácter mais ou menos de sindicato de defesa parlamentar*+(1970, p.22), estando constantemente preocupados com a sua reeleição. Já os comités eleitorais surgiram juntamente com a extensão do sufrágio universal e secreto, tornando possível o enquadramento de novos eleitores.

Vários são os grupos externos que provocam a criação de um partido político, de entre os quais temos os sindicatos, cooperativas agrícolas, igrejas, agrupamentos de intelectuais, associações de antigos combatentes, agrupamentos industriais e comerciais, entre outros. Entretanto, como refere Duverger (1970, p. 27):

*O dos sindicatos é o mais conhecido: numerosos partidos socialistas foram directamente criados por eles, conservando, aliás, durante mais ou menos longo tempo, o carácter de braço secular dos sindicatos em matéria eleitoral e parlamentar. O partido Trabalhista Britânico é o mais típico: surgiu após a decisão adoptada pelo Congresso das Trade-Unions de 1899 de criar uma organização eleitoral e parlamentar.*

Algumas características diferenciam os partidos de criação exterior dos criados no ciclo eleitoral e parlamentar. O primeiro é mais centralizado e nasce a partir da base, sendo os comités e as secções locais estabelecidos por um centro preexistente. Por sua vez, os partidos criados no ciclo eleitoral e parlamentar são menos centralizados, uma vez que nascem a partir da cúpula e são os comités locais preexistentes que criam um organismo central para coordenar-lhes a actividade e limitando os seus poderes, com o objectivo de conservar o máximo de autonomia.

Os partidos de criação externa são geralmente mais coerentes e mais disciplinados. Isso porque a organização preexistente une todas as suas células de base. Já os partidos de criação eleitoral e parlamentar têm que

estabelecer laços de todos os tipos, sem critérios, a não ser a coexistência de alguns deputados no seio do parlamento.

Outra diferença está na influência do grupo parlamentar nos três tipos de partidos. Os deputados dos partidos de criação eleitoral e parlamentar desempenham um papel crucial no parlamento, quer agindo colectivamente quer individualmente, ou seja, a luta eleitoral e parlamentar é muito importante e constitui um dos meios empregados para realizar os seus fins políticos. Enquanto, a influência dos partidos de criação externa é menor na medida em que inicialmente foram excluídos do poder político, obrigando-os a gerarem organizações extraparlamentares fortes, passando a ter uma certa desconfiança em relação ao grupo parlamentar, submetendo-se assim à autoridade de um comité director independente (Duverger, 1970, p. 32).

Se tomarmos o critério de influência dos grupos parlamentares nos três tipos de partidos definidas por Duverger, entendemos que os partidos políticos cabo-verdianos são partidos que se aproximam mais dos partidos de criação eleitoral ou parlamentar. Todos nascem no interior do sistema político e podem ser enquadrados nesta caracterização (ver capítulo 3).

Esta distinção entre os partidos de criação externa, de criação eleitoral e parlamentar são abstrações dos seus elementos centrais que servem de instrumentos heurísticos que nos permitem compreender e explicar a natureza destas tipologias, como afirma Duverger (1970, p. 26):

*(õ ) ela caracteriza antes tendências gerais do que tipos definidos, de forma que a sua aplicação prática é às vezes difícil, em um número bastante grande de casos. Contudo, o conjunto de um partido é, essencialmente, estabelecido por uma instituição preexistente, cuja própria actividade se situa fora das eleições e do parlamento e pode-se, portanto, falar adequadamente de criação exterior.*

Em termos de estrutura partidária os partidos políticos podem ter uma estrutura directa ou indirecta. Os partidos com estrutura directa são aqueles cujos membros formam eles próprios a comunidade partidária sem o intermédio de outros grupos sociais. Enquanto, o partido de estrutura indirecta é constituído apenas pela união de grupos sociais de base, não há uma

comunidade partidária realmente distinta dos grupos sociais de base, ( ) não se é membro de um partido propriamente dito: é se membro de um grupo social, o qual é colectivamente adepto do partido+ (Duverger, 1970, p. 42). Os partidos de estrutura directa são muito mais difundidos do que os de estrutura indirecta. No caso dos partidos políticos em análise, somos da opinião que o PAICV, MPD e a UCID possuem uma estrutura directa, pois a base política sustentável destes partidos são os próprios membros, não se apoia nos sindicatos ou outras organizações da sociedade civil, embora estatutariamente admitem a abertura do partido a participação de sectores específicos da sociedade civil nas actividades dos partidos (ver capítulo 6).

Uma outra diferença importante de análise é a distinção entre partidos de massa e partidos de quadros. Esta diferença assenta não na quantidade de seus membros mas sim na estrutura de cada um dos referidos partidos. Os partidos de massa usam as quotas dos seus membros para financiar as suas campanhas eleitorais, em vez de se dirigirem aos grandes doadores privados, como industriais, banqueiros ou grandes comerciantes. De igual modo, caracterizam-se pela atracção que exercem sobre o público ( ) um público pagante que permite à campanha eleitoral escapar às servidões capitalistas, junto a um público que ouve e que age, que recebe uma educação política e aprende o meio de intervir na vida do estado+ (Duverger, 1970, p.100). Os partidos de quadros procuram reunir pessoas influentes e notáveis financeiramente para organizarem a campanha eleitoral, conduzir e manter contacto com os candidatos.

A forma como os dois partidos recrutam os seus membros é um aspecto de distinção entre os dois tipos de partidos atrás mencionados. Os partidos de quadros escolhem os seus membros de acordo com a sua capacidade financeira e as suas aptidões individuais, portanto é uma escolha restrita e fechada. Nos partidos de massa os membros são todos aqueles que assinam uma ficha e pagam regularmente uma quota para o partido. Entendemos que todos os partidos políticos cabo-verdianos possuem esta característica dos partidos de massa, isto é se tomarmos como critério de análise a forma como recrutam os seus membros. Segundo os estatutos consultados dos partidos políticos, pode ser militante todo e qualquer cabo-verdiano maior de dezoito anos.

A direcção dos partidos de massa, para Duverger (1970), apresenta um duplo aspecto: aparência democrática e realidade oligárquica. Os dirigentes dos partidos geralmente são eleitos de acordo com as regras democráticas. Contudo, às vezes usam algumas técnicas autocráticas tais como: co-optação, indicação de membros, manipulações eleitorais e uso de sufrágio indirecto. Isso faz com que haja duas categorias de dirigentes no interior do partido: chefes aparentes, eleitos por sufrágio directo mas com poder teórico, e chefes reais indicados pela autocracia e exercem o poder de facto.

*(õ ) como todos os grupos humanos os partidos são conservadores: não modificam facilmente a sua estrutura, mesmo que se a evolução os impelir na sua direcção. O carácter mais democrático de alguns advém do facto de haverem surgido antes que processos de organização mais autoritário tenham sido postos em execução (Duverger, 1970, p.172).*

Essas duas tendências verificam-se em todos os partidos e desenvolvem-se de acordo com o partido, pois dependem de vários elementos, entre os quais: composição social, doutrina (que se reflecte na estrutura do partido), força do sentimento democrático dos seus membros e a idade do partido.

Pensamos que em termos práticos a actividade dos membros e a organização partidária dos partidos cabo-verdianos orientam-se basicamente em duas arenas políticas: a eleitoral (eleições nacionais e internas) e a parlamentar. Portanto, a actividade partidária resume-se em eleger o máximo de Deputados e participar através destes no processo de tomada de decisões seja no poder seja na oposição.

A análise daquele autor está centrado na forma organizacional do partido político e não no modo como o partido está inserido no contexto social. O autor procura a partir de uma abordagem organizacional fazer uma tipologia partidária baseada na diferenciação de origem e estrutura do partido. Isto tem algumas implicações, designadamente a tendência para tomar os partidos de massas como ponto de partida para se entender os partidos políticos e de subestimar na análise que as diferenças entre os partidos políticos podem ser

entendidas por referência às suas relações com o Estado (Mair e Katz, 1995, p. 5).

A análise das subunidades partidárias, enquanto grupos que se organizam autonomamente no interior do partido, não constitui foco de investigação de Duverger. Esta preocupação é nos apresentada por Sartori (1982). Este último autor distingue partidos e facções, remetendo assim a análise da organização partidária para as subunidades partidárias, a partir da análise de três premissas: os partidos não são facções; um partido é uma parte de um todo e os partidos funcionam como canais de expressão.

Os partidos não são facções porquanto estes, por definição, não têm um significado negativo como as facções, ou seja, um mal que perturba a sociedade e que gera conflitos pessoais. Estes são instrumentos de vantagens colectivas que ligam o povo ao governo; instrumentos funcionais na medida em que possuem objectivos e desempenham papéis, ao contrário das facções que não possuem tais características. Rousseau afirma que as facções eram desestabilizadores da coesão do Estado, nos seguintes termos:

*Quando se formam facções e associações parciais à custa da totalidade, a vontade de cada uma destas associações torna-se geral no que respeita aos seus membros, e particular em relação ao Estado. (Rousseau, apud Fernandes, 1997, p. 188)*

Para Sartori (1982, p. 47) ( ) os partidos podem ser disfuncionais, razão pela qual também são passíveis de forte crítica, mas não daquela que se aplica às facções . a falta de justificativa funcional+. Os partidos políticos funcionam como canais de expressão da sociedade na medida em que são os meios de representação da sociedade, ou seja, constituem um instrumento para o povo expressar as suas reivindicações. Os partidos tornaram-se os meios de expressão juntamente com o processo de democratização política. Ao mesmo tempo, o governo responsável tornou-se sensível precisamente porque os partidos ofereceram os canais para a articulação, comunicação e implementação das demandas dos governos (Idem, p. 48).

De um modo geral, os partidos desempenham uma tripla função: expressiva (caracteriza o pluralismo partidário), canalizadora e de

comunicação. O partido não apenas transmite as preferências da população em políticas públicas, reivindicações, informações mas também têm uma função expressiva: Os partidos oferecem algo que nenhuma máquina ou pesquisa de opinião pode oferecer: transmitem reivindicações apoiadas por pressões. O partido lança seu próprio peso nas reivindicações a que sente obrigado a fazer eco+(Idem, p.49).

Os partidos não apenas expressam, como também são canalizadores no sentido que organizam a vontade pública, segregam, seleccionam e muitas vezes até desviam ou deformam esta vontade pública. Finalmente, temos a função de comunicação, no sentido em que em todos os sistemas políticos usa-se a comunicação política, o que não significa um diálogo entre iguais, mas permite aos cidadãos se comunicarem com o Estado, pressupondo quer mensagens vindas de baixo+quer vindas de cima+(Idem, p.52).

Outra contribuição de Sartori (1982), que nos proporciona um maior entendimento da natureza dos partidos políticos, é o seu estudo dos processos intrapartidários. Ou seja, como as subunidades partidárias entram e alteram o partido político. Para designar as subunidades partidárias, o autor usa o termo fracção+, por ser um termo menos ambíguo, neutro e menos comprometedor do que o termo facção+. Existem vários tipos de subunidades partidárias, isto é (...), diferentes tipos de fracções incidem (i) sobre o grau de coesão e, inversamente, de fragmentação de um partido, e (ii) sobre as maneiras e meios das interacções e dinâmica intrapartidárias (Sartori, 1982, p.96).

Este autor, explora a anatomia subpartidária através de quatro dimensões: organizacional, motivacional, ideológico e esquerda/direita. A dimensão organizacional permite analisar o grau de organização das subunidades partidárias, que chegam a ser muito mais organizadas do que os próprios partidos políticos. Também constitui um indicador para saber qual o nível de análise é mais importante. Se é o do partido ou o do subpartido, bem como para avaliar o fraccionamento dentro do partido.

Na dimensão motivacional analisa a motivação que orienta a acção das subunidades partidárias. Neste sentido, existem as fracções de interesse (aqueles de poder pelo poder e orientadas para cargos e proventos) e as fracções de princípio (visam a promoção de ideias) dentro do partido. Na

dimensão ideológica temos fracções ideológicas e pragmáticas. Uma fracção ideológica pode ser um grupo de testemunho ou um grupo dirigido para cargos e proventos, já uma fracção pragmática pode ser motivada por cargos e proventos ou ser totalmente desinteressada, isto é defende a honestidade na política ou competência técnica. A dimensão ideológica constitui um factor relevante para a formação de fracções no interior do partido. Por fim, temos a dimensão esquerda/direita que permite identificar as subunidades partidárias como esquerdistas, centristas ou direitistas.

Para Sartori (1982), a dimensão organizacional constitui o instrumento mais adequado para avaliarmos o fraccionamento dentro do partido, uma vez que apresenta menos inconvenientes do que as demais dimensões. Contudo, o autor não relaciona as características internas do partido com sua posição no sistema partidário, ficando assim uma questão: como as fracções interferem na actuação do partido no âmbito da competição partidária?

Michels (1914, pp. 17-25) pretende demonstrar a transformação das organizações direccionadas para a democracia em organizações oligárquicas. Como qualquer outro modelo de organização, o partido político constitui uma oligarquia burocrática. Da militância à profissionalização, a actividade partidária acaba sempre por segregar uma elite que se torna rapidamente inamovível, que controla e conduz a instituição de acordo com os seus interesses particulares, surgindo assim uma minoria (classe dirigente) e uma maioria (classe dirigida). Isso faz com que a massa se desencoraje de tal forma que a estrutura oligárquica do partido suplanta o princípio democrático. Disto surgem as hierarquias e as normas (burocratização). Os partidos que dizem lutar contra as desigualdades, na verdade se cristalizam ainda na burocracia e todos os seus órgãos tendem a se burocratizar. Porquê ocorre essa tendência? Porque, para o autor atrás referido, é difícil que um número grande de pessoas se organize sem criar níveis de hierarquias que é a tendência para governar.

Com o crescimento e a consolidação dos partidos, surgem os chefes profissionais, ou seja, as lideranças especializadas que constroem essa burocracia hierárquica juntamente com a oligarquização partidária, levando assim ao isolamento entre a cúpula e as bases do partido político. Vários são os factores que contribuem para a conservação da oligarquia partidária: o encantamento das massas por encontrarem alguém interessado em cuidar da

vontade geral, a indiferença política das massas, a necessidade de serem dirigidas e guiadas e, por fim, o reconhecimento das multidões pelas personalidades que falam e escrevem em seu nome.

O acumular das funções dentro dos partidos por parte dos líderes, constitui uma das características dos partidos democráticos modernos. Michels (1914, p. 38), reforça que:

*(õ ) tudo isso reveste o chefe de honras e glórias, poder e influência sobre a massa, para a qual sua presença torna-se cada vez mais necessária; mas isso também significa para ele excesso de trabalho e fadiga, de dúvidas e preocupações e os que são dotados de uma constituição nervosa pouco sólida são, com frequência, surpreendidos por uma morte prematura (õ ).*

A lei de ferro que rege os partidos políticos pode ser definida da seguinte forma: %A organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização, diz oligarquia+ (Idem, p. 238). Em conclusão, Michels desenvolve uma teoria do partido como instrumento de manutenção e aplicação do poder da elite dirigente, argumentando que todo o partido político é potencialmente oligárquico, uma vez que a formação de uma minoria dominante no seu seio não tardará a se manifestar.

Na década de 60 do século XX, Kirchheimer enunciava a teoria dos partidos *catch all*, ao analisar a transformação estrutural dos partidos políticos. A análise do referido autor recaí sobre o partido social e cristão democrático, que na época eram os partidos de massas. Depois da segunda guerra mundial, duas importantes mudanças ocorreram nos partidos políticos: do ponto de vista organizacional tornaram mais elitista, por outro lado há uma diminuição das diferenças ideológicas entre eles. Sobretudo, os partidos de quadros, com o objectivo de se tornarem mais competitivos e conquistarem um maior número de eleitores, tiveram de mudar as suas estratégias eleitorais ao apelarem a um eleitorado de todas as classes sociais.

Além das mudanças no sistema político, nomeadamente a extensão do direito de voto, a melhoria do nível de vida das pessoas fez diminuir as fronteiras entre as classes sociais, criando as condições para a transformação

progressiva, segundo Kirchheimer (1966), dos partidos de integração de massas e de representação individual. Por conseguinte:

*O resultado foi a formulação de um novo modelo de partido, e ligado a essa nova concepção de democracia, que os observadores às vezes denominam da 'americanização' da política. As eleições são para escolher os líderes e não as políticas ou programas partidárias (...) os eleitores tornaram flutuantes, descomprometidos e sensíveis a todos os partidos concorrentes (Katz e Mair, 1995, p. 8).*

Estas mudanças acabam por afectar também a natureza das próprias campanhas eleitorais. Se antes, por exemplo, os partidos viam nas eleições uma forma de mobilizar os grupos sociais que os apoiavam, passaram a partir de então a utilizar as eleições para fazerem apelos ao voto em todos os grupos sociais. Os partidos adaptaram a nova situação, como consequência surge o que Kirchheimer (1966) denomina de partidos *catch all*.

Para Kirchheimer (1966, p.362), o partido passa a desempenhar um importante papel no sistema político: *um papel análogo ao que é desempenhado por uma marca importante no marketing de um artigo de consumo de massa com alta procura e grandemente padronizado*.

A principal prioridade dos partidos *catch all* é a de atrair eleitores de todas as classes e maximizar os votos. Trata-se de uma organização interclassista e pragmática, mas com programas vagos e genéricos. O autor acreditava que quando um partido adoptava este modelo, os outros partidos no sistema partidário seriam forçados a seguir o exemplo. O que no nosso entender é um pouco problemático porque não traz evidências suficientes para testar isso. Nos partidos *catch all* qualquer pessoa pode ingressar no partido e não há homogeneidade social dos membros. O recrutamento é feito com base na concordância política e não na identidade social, isto é a interferência de variáveis como a estratificação social não constitui factor de recrutamento político. Como diz Mair e Katz (1995), o partido *catch all* mudou drasticamente a noção de que os partidos políticos representam determinadas classes sociais.

No nosso entender, Katz e Mair (1995, pp. 13-17) são mais pessimistas em relação aos factores que nortearam o aparecimento dos partidos *catch all*, ao afirmarem que o partido de massa foi vítima do seu próprio sucesso, isto é, não conseguiu manter os laços de solidariedade que mantinha unido os eleitores ao partido. Um outro aspecto também a realçar é a mudança de atitude dos líderes que, ao chegarem ao poder, o desejo de repetirem o êxito eleitoral impele-os a alargar o seu apelo para além da *classe gardée*<sup>5</sup>. Portanto, o partido deixa de ser representante de sectores específicos e pré-definidos da sociedade. Uma vez instalado no poder, o partido é forçado a estabelecer outros compromissos para além dos que assumiu com quem os elegeu, tendo em conta os constrangimentos e as exigências do governo e a necessidade de cooperarem com grupos ligados aos seus adversários políticos.

Embora o desenvolvimento económico na Europa Ocidental do século XIX tenha diminuído as clivagens sociais e acomodado os interesses conflituantes entre as classes sociais, Kirchheimer (1966, p.185) chama-nos a atenção que os partidos só podiam conquistar os eleitores cujos interesses não eram claramente conflituantes.

Alguns factores limitam o desenvolvimento dos partidos *catch all*. Primeiro, o grau de estratificação social e profissional da sociedade. Isso porque a redução das clivagens sociais faz com que os partidos se concentrem nas questões que exijam consensos alargados. Por outro lado, a complexidade do bem-estar económico e a segurança social levou os eleitores a analisarem as alternativas políticas não como reivindicações específicas, mas sim directamente ligadas à capacidade dos líderes políticos em lidarem com os desafios futuros. A ideologia do partido constitui o terceiro factor limitador ao desenvolvimento do partido *catch all*. Partidos com um programa de acção limitado ou partidos que representam um determinado grupo ou categoria profissional não podem desenvolver uma estratégia de *catch all*, pois a essência dos partidos *catch all* é agregar o mais amplo possível a sociedade. Também, o tamanho do partido constitui um outro factor limitador. Só os partidos relativamente institucionalizados poderão com sucesso transformarem em

---

<sup>5</sup> Isto é o fim da noção do partido como representante de sectores específicos e pré-definidos da sociedade (Katz e Mair, 1995, p.8).

partidos *catch all*, uma vez que os partidos regionais não podem fazer apelo aos eleitores a nível nacional (Kirchheimer, 1966, pp. 185-186).

Finalmente, o tipo de competição interpartidária constitui outro factor determinante na formação do partido *catch all*. Quando os partidos se convencem que os resultados eleitorais positivos dos seus concorrentes são causados por circunstâncias permanentes, são susceptíveis de imitar o estilo de campanha do concorrente (Idem, pp. 187-188).

Os cinco indicadores demonstrativos da transformação dos partidos em *catch all* seriam: a redução drástica da ideologia do partido, reforço da liderança do partido, diminuição da participação dos militantes, recrutamento de eleitores em todas as classes sociais e acesso a uma variedade de grupos de interesses.

A diminuição da lealdade partidária e a filiação do eleitor exigiu que os partidos *catch all* procurassem formas de apoios eleitorais permanentes, principalmente nos grupos de interesses, embora o partido procure não se identificar muito com os grupos de interesses, porque poderá desencorajar a adesão de eleitores que se identificam com outros interesses. Os partidos procuram estabelecer conexões com vários grupos, a fim de minimizar o risco de perder influência na política do governo. A interdependência e adaptação mútua entre o partido *catch all* e os grupos de interesses . o primeiro espera do último recompensas eleitorais e o último espera do primeiro recompensas na política do governo . faz com que ambos tenham comportamentos moderados.

O partido *catch all* não avança com propostas políticas concretas que possam ser transformadas em armas eleitorais pelos seus concorrentes. Esse tipo de partido procura estabelecer consensos na agressão dos eleitores e evitar assim o realinhamento do sistema partidário. O partido *catch all* torna-se moderado nas suas propostas políticas, alargando as suas hipóteses de vencer as eleições ao mobilizar eleitores não com base em objectivos programáticos definidos pelo partido, mas sim de acordo com as exigências do próprio eleitorado. A consequência imediata é a ampliação da margem de manobra dos líderes cuja acção não está mais restrita ao programa partidário, o que dá oportunidade às minorias antes excluídas de se juntarem à elite política (Idem, pp. 197-198).

Neste modelo a relação entre o partido e o Estado, segundo Katz e Mair (1995, pp. 10-14), assume um carácter no qual os partidos são menos agentes da sociedade civil que penetram no Estado e mais um mediador entre a sociedade civil e o Estado, quando se encontram no governo. Nessa relação, onde o partido é o elemento de ligação<sup>6</sup> entre a sociedade civil e o Estado, o partido pode ter interesses diferentes dos seus apoiantes nos dois lados da relação, já que a sua capacidade de intermediar vai depender da habilidade para seduzir o eleitor e manipular o Estado para o interesse dos seus eleitores, como também pode manipular o Estado para interesses particulares do partido. Os partidos agregam e apresentam demandas da sociedade civil à burocracia estatal e, ao mesmo tempo, constituem-se em agentes desta burocracia em defesa de políticas para o povo.

Em Cabo Verde o MPD, o PAICV e a UCID, em matéria de ideologia política, apresentam características próprias do partido *catch all*. A nosso entender existe uma relativa indefinição e moderação programática (ver capítulo 6).

A sobrevivência do partido *catch all* levou-o a repensar o seu modo organizacional, mas a concepção de partido e democracia continuavam a ser contingentes, pois o partido continuava a ser avaliado em termos da sua relação com a sociedade civil e não com o Estado. Portanto, o partido *catch all* é um partido que emerge da relação entre a sociedade civil e o Estado, procura influenciar o Estado e as políticas públicas para satisfazer as demandas dos seus eleitores. É uma organização interclassista e pragmática, com programas vagos e genéricos, e caracterizada por uma escassa disciplina partidária.

Os partidos políticos cabo-verdianos em análise apresentam algumas características dos partidos *catch all*. Durante o regime não democrático os partidos existentes na clandestinidade (UCID, UPICV) não tiveram a possibilidade de mobilizar e organizar sectores significativos da sociedade, nem de desenvolver uma estrutura adequada para organizar o partido. Com o início do processo de democratização, o PAICV, a UCID e o MPD . este último surge no contexto deste processo . precisavam de institucionalizar as respectivas organizações e de se posicionar no novo sistema partidário para

---

<sup>6</sup>A expressão originária é *broker+*

disputar os votos de um eleitorado disponível, isto é, os partidos assumem a arena eleitoral como opção estratégica. Assim, os partidos se vêem confrontados com a indefinição sociológica do eleitorado que os leva a apelar ao voto de todas as classes sociais no primeiro acto eleitoral realizado em Janeiro de 1991. A conquista pelo voto e o exercício do poder político seriam os objectivos centrais dos partidos durante a fase inicial do processo de democratização. Portanto, é dentro deste quadro que o PAICV, MPD e a UCID se terão apresentado como interclassistas, pois antes mesmo de terem elaborado posições políticas em termos das clivagens sociais adoptaram uma estratégia *catch all*. De referir que a sociedade cabo-verdiana conheceu mudanças profundas na economia nos anos 90 que, no nosso entender, facilitou o alargamento da referida estratégia.

Panebianco (2005) propõe-nos algumas contribuições no sentido de entender o modelo de partidos *catch all*. Aquele autor denomina os partidos *catch all* de partidos profissional-eleitoral recorrendo a factores institucionais, designadamente: %o desenvolvimento de interesses para a manutenção da organização e o desenvolvimento das lealdades organizativas difusas+ (2005, p.101). A forma e o tipo de institucionalização dos partidos e as relações de poder que se desenvolveram no interior deste tipo de partido são as bases de análise do autor. Panebianco critica a excessiva centralidade colocada nas implicações sociológicas da teoria do partido *catch all* e menciona os aspectos da transformação organizativa do partido que levaram a sua afirmação, nomeadamente:

*Uma acentuada desideologização, redução da `bagagem ideológica do partido e uma concentração da propaganda nas questões de valor, nos temas gerais (õ ) uma maior abertura do partido à influência dos grupos de interesse, acompanhada de uma transformação das antigas organizações colaterais, sindicais, religiosas (õ ) a perda do peso político dos filiados e um declínio acentuado do papel da militância política de base. O fortalecimento do poder organizativo dos líderes que passam a se apoiar, para o financiamento da organização e para manter ligações com o eleitorado, muito mais nos grupos de interesse externos do que nos filiados. Relações de partido-eleitorado são mais fracas e descontínuas, não mais ancoradas numa forte inserção social e com*

*subculturas políticas sólidas e compactas (Panebianco, 2005, p. 512).*

A progressiva profissionalização das organizações partidárias constitui um aspecto caracterizador na análise do partido *catch all*. O autor focaliza o aspecto da profissionalização do partido *catch all* e a dimensão organizacional, em vez da representação social. Designa aquele tipo de partido de partido profissional-eleitoral. Através de várias dimensões distingue o partido burocrático de massa do partido profissional-eleitoral, em termos organizacionais. Podemos verificar essas diferenças no quadro que se segue (Quadro 1):

#### **Quadro1 É Comparação entre o Partido Burocrático de Massas e o Partido Profissional-eleitoral**

<b>Partido Burocrático de Massa</b>	<b>Partido Profissional-eleitoral</b>
Centralização da burocracia (competência político-administrativa)	Centralização dos profissionais (competências especializadas)
Partido de <i>membership</i> , ligações organizativas verticais fortes; apelo ao eleitorado fiel.	Partido eleitoral, ligações organizativas verticais fracas, apelo ao eleitorado de opinião.
Predominância dos dirigentes internos, direcções colegiais.	Predominância dos representantes públicos, direcções personalizadas.
Financiamentos por meio da filiação e actividades colaterais.	Financiamentos por meio de grupos de interesse e fundos públicos.
Ênfase na ideologia; centralização dos crentes no interior da organização.	Ênfase nas <i>issues</i> e na liderança; centralização dos carreiristas e dos representantes dos grupos de interesse no interior da organização.

Fonte: Panebianco, 2005, p.514.

Um critério importante de diferenciação entre os dois tipos ideias de partido é a distinção entre burocratas e profissionais. Os partidos políticos sofrem o declínio do papel central das burocracias partidárias em favor da profissionalização, isto é se nos partidos de massas a burocracia representa o

instrumento utilizado pelos líderes para manter ligações com os filiados e através dos filiados com o grupo social de referência, nos partidos profissional-eleitoral o papel decisivo tende a ser desempenhado pelos especialistas e técnicos dotados de conhecimentos especializados. Também nos partidos profissional-eleitoral os recursos fornecidos pelos grupos de interesses e pelo Estado adquiriram grande importância, há um reforço do poder dos dirigentes partidários e como consequência há uma diminuição da capacidade de decisão dos filiados e militantes de base na organização partidária.

Dois tipos de mudanças estão na origem da progressiva afirmação do partido profissional-eleitoral. As transformações da estrutura social repercutem nos partidos profissional-eleitoral modificando as suas características e agem sobre a sua arena política, como assevera Panebianco (2005, p. 517): %O eleitorado, por exemplo, torna-se social e culturalmente mais heterogêneo, menos controlável pelos partidos mediante a organização. E isso cria uma poderosa pressão para a transformação organizativa+ (2005: 517). Por outro lado, a reestruturação do campo da comunicação política com o impacto dos média, principalmente da televisão, acaba por exercer grandes efeitos nas organizações partidárias.

Contemporaneamente, a relação entre os partidos e o Estado começa a mudar. Segundo Katz e Mair (1995), surge um novo modelo partidário, o partido cartel. O partido cartel passa a agir como um agente distinto do Estado e da sociedade civil ao aproximarem cada vez mais do Estado, muitas vezes a fazer parte do próprio Estado, isto é, os partidos de cartelização. O partido cartel caracteriza, essencialmente, pela interpenetração do partido com o Estado. Os líderes partidários competem pela oportunidade de ocupar cargos no governo e também por um padrão de aliança interpartidário. Vários factores sociais, culturais e principalmente políticas estão na origem dessa ancoragem dos partidos dentro do Estado. Por exemplo, o declínio dos níveis de participação e o envolvimento dos cidadãos na acção partidária que preferem envolver nos grupos locais nas quais têm um papel mais proactivo e sentem que localmente podem fazer a diferença. Este aspecto trouxe algumas consequências para a organização e natureza dos partidos, entre elas podemos nos referir à diminuição do número de militantes, ao enfraquecimento

do comprometimento político destes e ao aumento dos custos da actividade partidária.

A atribuição das subvenções estatais aos partidos políticos para poderem financiar as suas actividades tanto no parlamento, como na sociedade em geral, o acesso, controlo e regulamentação dos meios de comunicação social constituíram, segundo Katz e Mair (1995, p. 15), algumas das mudanças mais importantes no ambiente de acção dos partidos políticos contemporâneos. Não podemos nos esquecer que são os representantes que estabelecem as regras em relação aos montantes destas subvenções disponíveis aos partidos políticos. Por outro lado, o acesso a estes fundos depende do seu desempenho eleitoral e o que determina a manutenção dos partidos já existentes no sistema e cria barreiras ao surgimento de novos partidos. O papel de governantes e legisladores permitem os partidos estarem próximos e no Estado. As subvenções estatais aos partidos políticos, embora variando de país para país, muitas vezes constituem um dos principais recursos financeiros com os quais os partidos contam para realizar as suas actividades tanto no parlamento como na sociedade em geral.

Nas campanhas eleitorais os partidos políticos centram no discurso de gestão e eficiência governativa, e há pouca preocupação na mobilização das massas. Embora haja diminuição do número de militantes e o declínio do papel dos partidos na sociedade, a força desta nova modalidade de partido está na sua actuação nas instituições estatais. A relação com o Estado passa a ser um dos aspectos essenciais para se compreender e analisar os partidos contemporaneamente, implicando numa compreensão particular da própria democracia visto que os partidos passaram a depender do Estado para sobreviver e representar os cidadãos.

Esta nova relação traz alguns riscos a própria sobrevivência dos partidos políticos, assim como afirmam Katz e Mair (1995, p.16):

*Com esta nova abordagem, pelo contrário, ganhar ou perder pode fazer menos diferença nos objectivos políticos de um partido por causa da ausência de batalhas políticas, mas poderia fazer uma boa diferença para a sua sobrevivência, uma vez que os recursos para sua sobrevivência dependem cada vez mais do Estado, os partidos não precisam estar em competição para a sua*

*sobrevivência política, todos os partidos podem sobreviver juntos. É neste sentido que as condições se tornam ideal para a formação de um cartel, em que todos os partidos partilham os recursos e todos podem sobreviver.*

O desenvolvimento do partido cartel depende do conluio e cooperação interpartidária e de acordos necessários que exigem consensos e cooperação entre os partidos políticos existentes no sistema político. Este tipo de partido tem maior possibilidade de se desenvolver nos países em que o Estado concede maiores apoios e privilégios aos partidos políticos e nas culturas políticas marcadas pela tradição de cooperação interpartidária, como por exemplo Áustria, Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia (Idem, p. 17)

Em Cabo Verde os dois maiores partidos políticos, PAICV e MPD, têm demonstrado alguma cooperação e até conluio. Entendemos que alguns momentos altos desta cooperação são a democratização do sistema político, a revisão do Código Eleitoral em Fevereiro de 2010, as revisões constitucionais, em especial a de Fevereiro de 2010. Aquando da discussão e aprovação da proposta de lei de revisão constitucional, na Sessão Plenária da Assembleia Nacional de Fevereiro de 2010, uma das propostas da UCID foi a desconstitucionalização do número de Deputados para se constituir um grupo parlamentar<sup>7</sup>. Esta proposta foi rejeitada pelo MPD e pelo PAICV, dois partidos que em conjunto possuem 97,2% dos assentos na Assembleia Nacional (ver capítulo 4).

Se, por um lado, no partido cartel a política se torna uma profissão habilidosa e os objectivos políticos apenas um referencial, a competição interpartidária é limitada e baseia-se mais nas reivindicações para um governo mais eficiente e efectivo já que dela depende a sobrevivência organizacional do partido. Esta competição interpartidária tem implicações na forma como os recursos são mobilizados, no tipo de trabalho partidário e na campanha eleitoral que é necessária. (Katz e Mair, 1995, p. 20) as campanhas são agora exclusivamente de capital-intensivo, profissionalizadas, centralizadas e dependem cada vez mais das subvenções estatais e de outros benefícios e privilégios oferecidos pelo Estado+(Katz e Mair, 1995, p. 20).

---

<sup>7</sup>O artigo 42º da Constituição estipula que para formar um grupo parlamentar um partido político e/ou coligação partidária tem que ter no mínimo cinco deputados (CRCV, 1992).

Um outro aspecto a ser destacado é que o tipo de militantes e a relação entre os militantes e os líderes partidários sofreu mudanças com o desenvolvimento do partido cartel. Neste modelo, a distinção entre membros e não membros do partido é pouco claro. Todos os apoiantes filiados ou não filiados no partido participam nas decisões e actividades partidárias. Os militantes exercem os seus direitos directamente sem intermediação dos delegados partidários. A vantagem desta prática é que ela permite, por um lado, o processo de escolha das lideranças e dos candidatos às eleições, por exemplo, via voto postal em detrimento dos congressos partidários e o que diminui os custos de uma campanha interna. Por outro lado, esta concepção atómica de filiação partidária possibilita a filiação directa no partido. Como resultado a liderança poderá legitimar a sua posição dentro e fora do partido e pode contar com uma ampla e formal base partidária, ao mesmo tempo que a sua autonomia é reforçada (Idem, pp. 18-21).

Finalmente, um último aspecto, o partido cartel trouxe consigo uma nova abordagem do conceito de democracia baseada em favores públicos concedidos pela elite e não no envolvimento público no processo de tomada de decisões pelos cidadãos, já que os eleitores devem se preocupar com os resultados e não com a política administrativa que é trabalho dos profissionais. O partido torna-se numa organização com carácter profissional e não uma associação de ou para os cidadãos. A democracia passa a ser assim um meio para se alcançar a estabilidade social em vez de imprimir mudanças sociais. Isto é a democracia deixa de ser um processo pelo qual os controlos são impostos ao Estado pela sociedade civil e passa a ser um serviço prestado pelo Estado à sociedade civil (Idem, pp. 21-22).

Embora a competição interpartidária seja limitada em sistemas políticos dominados por partido cartel, ela é incapaz de suprimir a oposição política. Isso porque os partidos estão cada vez mais ligados ao Estado em vez de serem canais eficientes de comunicação da sociedade civil com o Estado. Como afirmam Katz e Mair (1995, p. 23): «Em vez dos partidos fazerem exigências sobre o Estado em nome de grupos específicos da sociedade civil, esses grupos consideram que estes também devam fazer exigências sobre o Estado».

Consideramos que os partidos políticos cabo-verdianos em análise, nos aspectos de financiamento público e o acesso aos meios de comunicação social,

são partidos cartelizados, pois as normas que regulam estes dois aspectos são determinadas pelos partidos com representação no parlamento, o que não só assegura a sua sobrevivência no sistema político como incrementa a sua capacidade de resistir aos desafios no caso de surgir novos partidos no sistema político do país. Em Cabo Verde o acesso ao financiamento público e à televisão é garantido aos partidos que têm representação política (ver capítulo 5).

Podemos concluir que estes modelos partidários não são mutuamente excludentes, são tipos ideais que possibilitam a análise dos partidos políticos e nos permitam entender heurísticamente a natureza e os determinantes dos partidos políticos. Entendemos que são estas linhas norteadoras que nos permitirão compreender os fundamentos, os determinantes e as dinâmicas internas dos partidos políticos cabo-verdianos.

## CAPÍTULO 3

### FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

No capítulo anterior analisámos os aspectos teóricos que definem e caracterizam os partidos políticos. O presente capítulo visa descrever e analisar o processo de formação e organização de três partidos políticos cabo-verdianos (PAICV, MPD e UCID) no contexto de democratização.

Apreender a natureza dos partidos políticos cabo-verdianos enquanto instituições que ocupam a centralidade do sistema político significa, primeiramente, investigar sua génese e organização interna.

Desde o estabelecimento da democracia, com as eleições de Janeiro de 1991 e da promulgação da Constituição de 1992, os partidos políticos assumiram uma posição central no sistema político. Entretanto, paradoxalmente, de entre as instituições políticas os partidos políticos são os que contam com os menores índices de confiança, quando comparados com outras instituições, nomeadamente os Tribunais, conforme os dados do Afrobarómetro de 2008 nos revelam no quadro abaixo:

**Quadro 2 - Confiança nas Instituições**

Partidos da Oposição	38%
Partido no Poder	40%
Comissão Nacional de Eleições	44%
Assembleia Nacional	45%
Executivo Camarário	45%
Presidente da República	45%
Primeiro-Ministro	45%
Polícia	46%
Tribunais	50%

Fonte: Baseado nos dados do Afrobarómetro de 2008.

A queda do artigo 4.º da Constituição cabo-verdiana, em 1990, com a revisão constitucional que antecedeu a realização das primeiras eleições livres e competitivas de 1991, abre-se a possibilidade da livre formação dos partidos

políticos e conseqüentemente a possibilidade do surgimento de novos actores políticos na arena política para a disputa dos pleitos eleitorais. Em Setembro de 1990, o Parlamento Cabo-verdiano aprovou a Lei n.º 86/III/90<sup>8</sup>, Regime Jurídico dos Partidos Políticos, que estabelece a autonomia dos partidos políticos para definirem sua estrutura interna, organização e funcionamento. Esta conjuntura institucional permitiu o nascimento de novos partidos no sistema partidário cabo-verdiano. Desde a independência do País, em 1975, até à revisão constitucional de Setembro de 1990, o PAICV era o único actor político, pois o sistema era unipartidário.

Iremos analisar separadamente a génese, a estrutura e a dinâmica interna dos três partidos existentes no sistema político com representação parlamentar, designadamente o Movimento para Democracia (MPD), Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) e a União Cabo-verdiana Independente e Democrata (UCID). Podemos justificar esta escolha com base em dois argumentos: Primeiro, são os principais partidos que têm actuado nestes vinte anos do regime democrático cabo-verdiano e os únicos que têm representação política. Reconhecemos, por outro lado, que as dimensões organizacionais e o desempenho eleitoral dos outros pequenos partidos cabo-verdianos, nomeadamente o PSD (Partido Socialista Democrático) e o PTS (Partido do Trabalho e da Solidariedade), não seriam profícuos para serem analisados no escopo desta dissertação.

---

<sup>8</sup>Lei alterada em Abril de 1999.

### 3.1 - O Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV)

Enquanto a maioria dos partidos políticos, com o início do processo de democratização do País, teve que partir de uma estrutura precária, o PAICV, ao contrário, já dispunha de uma estrutura partidária já montada. Para compreender a génese e a organização deste partido temos que o analisar em dois momentos distintos. O primeiro, no contexto do sistema unipartidário pós-independência, quando o partido governou o país sozinho durante quinze anos; e o segundo, no contexto da democratização.

O surgimento do partido está directamente ligado ao golpe de Estado ocorrido na Guiné-Bissau, a 14 de Novembro de 1980 . conduzido por João Bernardo Vieira que ocupava os cargos de comissário principal e de Presidente do Conselho Nacional do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)<sup>9</sup> naquele país . tendo desencadeado uma crise dentro do partido. Vários factores levaram a esta crise e cisão no seio do partido, que pegou de surpresa os cabo-verdianos. Neste sentido, Lopes (1996, p. 634) diz:

*A alegada supremacia dos cabo-verdianos na condução dos destinos da Guiné, a penúria de produtos básicos, nomeadamente o arroz, agravadas por sucessivos maus anos agrícolas e pela incapacidade dos chamados armazéns do povo em assegurar a sua distribuição, a falta de combustíveis, a aposta na industrialização acelerada do país, (õ ), a corrupção, compadrio, a insatisfação das forças armadas (õ ) e principalmente a unidade com Cabo Verde, que as novas autoridades apelidam de unidade de cavalo e cavaleiro eram, segundo os observadores, algumas das causas para o sucesso do golpe junto da população.*

Em mensagem à Nação, Aristides Pereira, então Presidente da República, considerou o acto como sendo *gravíssimo* em relação *aos* princípios e funcionamento do Partido+ (Cardoso, 1993, p.105). A crise veio

---

<sup>9</sup> O PAIGC surge como um partido binacional dentro de uma estratégia de luta pela independência da Guiné a Cabo Verde, sob o lema *Unidade e Luta*. Fundado a 19 de Setembro de 1956, no número 16.<sup>a</sup> da rua Dr. Vieira Machado (na casa onde morava Aristides Pereira), aquando da reunião clandestina do PAI (mais tarde PAIGC). Presentes estavam: Amílcar e Luís Cabral, Aristides Pereira, Júlio Almeida, Fernando Fortes e Elysé Turpin (Mateus, 1999, p. 62).

ditar o fim a unidade dos dois países. No que tange ao ambiente gerado pela crise, Silva (1981, p. 57) defende:

*(õ ) a guerrilha verbal instalada nos primeiros dias, entre Bissau e Cabo Verde, veio adensar ainda mais esse panorama, pondo aparentemente em perigo quer a existência do PAIGC quer aforça dirigente dos dois estados e povos . projecto pelo qual Amílcar Cabral se bateu e pelo qual acabou por morrer, assassinado.*

É neste contexto que podemos buscar a origem do PAICV. A 23 de Novembro de 1980, a Conferência Nacional é convocada pelos altos dirigentes do partido, para analisar a crise interna do PAIGC. Nesta conferência deu-se indício da vontade de se desligar do projecto de unidade preconizado por Amílcar Cabral. Alguns pontos do I Congresso do partido, após a crise de 1981, merecem destaque e são igualmente cruciais para a compreensão da trajectória organizativa e formação do partido:

*A Conferencia Nacional dos militantes do PAIGC em Cabo Verde, erigida em Congresso, proclama a existência de um partido nacional em Cabo Verde, o qual passará a denominar-se Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV)õ define-se como um movimento de libertação no poderõ assume o conteúdo ideológico do PAIGCõ exerce a função política dirigente da sociedade e do Estado de Cabo Verde (õ ) + (PAICV, Documentos, 1981, pp. 104-105).*

A discussão sobre a mudança da sigla do partido não foi muito pacífica. Neste sentido, Pedro Pires explica que %õ PAIGC vem do PAIõ Do meu ponto de vista, o que era preciso conservar era o PAI, o resto era Cabo Verde. Assim, as pessoas aceitariam também mais facilmente a ruptura+ (Lopes, 1996, p. 652).

O partido foi declarado publicamente e foi oficialmente criado no dia 20 de Janeiro de 1981, com Aristides Pereira e Pedro Pires como seu principal progenitor. Continuava a assumir como um movimento de libertação no poder, a defender uma democracia nacional revolucionária de influência marxista-

leninista e assumiria o conteúdo ideológico do PAIGC<sup>10</sup>. É de ressaltar que na década de sessenta teve lugar um processo maciço de descolonização dos países africanos, acompanhado de um conjunto de ideias de natureza revolucionária no continente.

Com a ruptura em relação ao projecto de unidade com a Guiné-Bissau e a consequente criação do PAICV, em substituição do PAIGC, os dirigentes movidos pela necessidade de consolidar o poder em Cabo Verde realizaram, dos dias 21 a 27 de Junho de 1983, o II Congresso, cujo lema foi «Reforçar o Partido e consolidar a independência». Neste congresso aprovou-se um novo estatuto e programa, o que viria a ditar uma nova dinâmica organizativa interna do partido. Para reforçar o seu poder e a legitimação no país, o partido incentivou a participação popular por meio das organizações de massa, designadamente através da União Nacional dos Trabalhadores Caboverdianos-Central Sindical (UNTC-CS), Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC-CV), Organização dos Pioneiros Abel Djassy de Cabo Verde (OPAD-CV) e Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV). Os congressos posteriores realizados pelo partido, depois da sua criação em 1981, centraram-se basicamente no reforço do papel dirigente do partido face ao Estado, procurando o apoio da sociedade civil com a sua integração nas chamadas organizações de massa.

O período pós 1991 a 2000, período da transição democrática, podemos caracterizá-lo como sendo um período de redefinição do partido. O PAICV tinha implementado e desempenhado um papel determinante no regime autoritário<sup>11</sup> que durou quinze anos. No congresso de Julho de 1991, o partido analisou as causas da derrota nas eleições legislativas de 1991 e aprovou novos estatutos, com o objectivo de introduzir mudanças na estrutura interna e de promover uma maior democracia interna. Por exemplo, muda a regra do tempo de

---

<sup>10</sup> Segundo Évora (2004, p. 57), em termos ideológicos, o PAIGC é um partido fortemente marcado pela corrente marxista e tal influência não decorre por acaso. Ela está ligada ao facto de parte significativa dos seus dirigentes terem estudado em Portugal numa época em que estava em voga as ideias marxistas. Mas, apesar da influência do marxismo, o PAIGC não chega a assumir uma definição ideológica clara.

<sup>11</sup> Os regimes autoritários são definidos, segundo Linz (1975), como «sistemas de pluralismo político limitado, cuja classe política não presta contas dos seus actos, não se baseiam numa ideologia de referência devidamente articulada, mas caracterizam-se por mentalidades próprias. Não existe uma mobilização política disseminada e em larga escala, salvo em alguns momentos do seu desenvolvimento, em que um líder, ou por vezes um pequeno grupo, exerce o poder dentro de limites mal definidos no plano formal, mas efectivamente previsíveis» (apud Pasquino, 2002, pp. 286-287).

militância exigida aos membros para se candidatarem a qualquer cargo interno, reconhece aos membros o direito de tendência e introduz um sistema proporcional, com a variância d'Hondt, para a eleição dos membros dos órgãos colegiais, nomeadamente o congresso<sup>12</sup>. Neste congresso, Pedro Pires<sup>13</sup> conseguiu consolidar o seu poder ao ser reeleito líder do partido, apesar da dura derrota nas eleições de Fevereiro de 1991 (ver capítulo 4). Esta liderança viria a ser reafirmada no VI congresso,<sup>14</sup> quando não se recandidata ao cargo de secretário-geral e estatutariamente cria-se o cargo de presidente do partido que seria ocupado por este, o que demonstra o papel das figuras históricas no partido.

Tendo perdido as eleições legislativas em 1991, o PAICV tinha como dilema central a reestruturação e renovação para os embates eleitorais. Assim o então secretário-geral do partido, Aristides Lima, admitia:

*(õ ) o PAICV realizou um congresso em que adoptou uma nova estratégia, renovou a sua direcção, o conselho nacional e a comissão política foram renovados em cerca de 50%, há neste momento uma grande simpatia por parte da população. As pessoas querem escutar mais o PAICV; há um crescimento de interesse pelo PAICV; há uma grande disponibilidade dos militantes. Tudo isso nos leva a dizer que há condições para que o PAICV venha ganhando a confiança do eleitorado, que lhe permitirá ganhar as eleições<sup>15</sup>.*

O grande desafio da liderança de Aristides Lima, líder do partido de 93 a 97, seria o de integrar as clivagens políticas que emergiram no seio do partido em 1993, isto é, entre os que defendiam a necessidade de circulação da elite dirigente<sup>16</sup> do partido para a renovação e alargamento da base social do partido

---

<sup>13</sup> Pedro Pires foi um dos fundadores do PAIGC, Primeiro-ministro durante o regime autoritário e assumiu a liderança do partido pela primeira vez no Congresso de Março de 1988.

<sup>14</sup> VI Congresso realizado nos dias 27 a 29 de Agosto de 1993, sob o lema *Uma nova Esperança*.

<sup>15</sup> Aristides Lima: O Primeiro Violino do PAICV, in *Novo Jornal*, 25 de Setembro de 1993.

<sup>16</sup> Em 1902, Pareto desenvolve a teoria da circulação das elites, onde apresenta o processo dinâmico de formação e substituição das elites. Para o autor, em toda a sociedade é um facto permanente e inevitável a presença de uma elite no poder e a sucessiva substituição que ocorre entre as elites. Há um movimento permanente que eleva os indivíduos até os postos superiores, deslocando outros para os inferiores (apud Busino, 1996).

e os defensores da posição que as figuras históricas<sup>17</sup> seriam indispensáveis para a afirmação do PAICV na arena política e alternativa à governação de Cabo Verde. Estas clivagens políticas ficaram evidenciadas no Congresso de Agosto de 1993 e traduziram-se nas listas A, liderada por Olívio Pires, e B, liderada por Silvino da Luz, concorrentes ao Conselho Nacional. Também a divergência entre as clivagens políticas baseava-se na necessidade de mudanças na composição dos órgãos de direcção do partido. É de ressaltar que o congresso permitiu a entrada de quinze novas figuras no Conselho Nacional<sup>18</sup>, e nas estruturas organizativas do partido para as eleições legislativas de 1995 e presidenciais de 1996. Referindo-se à necessidade da renovação do partido para as disputas eleitorais, Silvino da Luz, membro do Conselho Nacional, defendia que:

*(õ ) a forma de actuar do Partido deve procurar estar cada vez mais de acordo com o momento histórico que nós vivemos, sem desprimor do caminho já percorrido e dos esforços que os órgãos de direcção do partido vêm fazendo. O PAICV deve ter uma acção cada vez mais renovada e dialogante, que tenha em conta a sociedade actual, com as suas exigências, por um lado, e por outro, as gerações que nele estão representadas. (õ ) É no entrosamento das possibilidades e capacidades de todas as camadas etárias e extractos sociais que o compõe que o partido deverá ir buscar reforçada e renovada energia, espírito inovador e determinação, sabedoria e experiência para que possa levar a contento o seu trabalho<sup>19</sup>.*

Além do desafio de mitigar as clivagens políticas entre os dois grupos em referência, também a liderança de Aristides Lima ficaria caracterizada pela partilha do poder com uma das figuras históricas do partido, Pedro Pires,

---

<sup>17</sup> Destacam-se Silvino da Luz, Júlio de Carvalho, Carlos Andrade, sendo que os dois últimos ocuparam altos cargos no Ministério do Interior e Segurança Interna, vulgo polícia política, durante o regime autoritário. Neste congresso estes foram eleitos membros do conselho nacional pela lista B.

<sup>18</sup> Durante o congresso a lista A, liderada por Olívio Pires, elegeu 21 membros e a lista B, liderada por Silvino da Luz, elegeu 14 membros (Não há Maiorias Eternas, nem Oposições Eternas, in Novo Jornal, 1 de Setembro de 1993).

<sup>19</sup> PAICV: A aposta do candidato Silvino da Luz, in *A Semana*, 19 de Julho de 1993.

presidente do partido<sup>20</sup>. Referindo-se a coabitação com o Presidente do Partido Aristides Lima disse:

*Não posso ter receio da presença de nenhum camarada em qualquer órgão do partido (õ ) uma coisa é certa: não é impunemente que se é secretário-geral e primeiro-ministro de um país durante vários anos. Nós procuraremos, na medida do possível, aproveitar de todo o capital simbólico que Pedro Pires possa ter, não só para o PAICV mas para o País<sup>21</sup>.*

O papel das figuras históricas no partido ficaria ainda mais evidente quando, após o fracasso da estratégia eleitoral em 1995<sup>22</sup>, Pedro Pires volta à liderança do partido, no Congresso de Setembro de 1997. O congresso viria a ser o palco também da definição clara das clivagens políticas iniciadas em 1993 e ficariam conhecidas por sensibilidades P e J, em referência às iniciais dos nomes dos seus protagonistas, respectivamente Pedro Pires e José Maria Neves. Apesar das intenções de mudança interna e renovação do partido defendidas pelo grupo J no Congresso de Setembro de 1997, através da moção de estratégia "Um Rumo para Cabo Verde" e onde advogava maior democracia interna, designadamente a participação efectiva dos jovens e mulheres no partido e a abertura do partido à sociedade civil, a renovação seria bloqueada pela sensibilidade P e só viria a ser implementada após o congresso de Julho de 2000, quando José Maria Neves assume a liderança do partido.

O conflito entre as clivagens políticas combinava dimensões organizacionais e ideológicas, manifestada no ano de 1999 quando publicamente José Maria Neves referia que:

*O PAICV tem estado mais voltado para dentro, para a sua dinâmica interna de funcionamento, do que para uma discussão aberta da problemática da governação do país, na perspectiva de apresentar alternativas claras à governação. (õ ) Há também divergências quanto à*

---

<sup>20</sup> Figurino introduzido estatutariamente no Congresso de Agosto de 1993.

<sup>21</sup> Aristides Lima: O Primeiro Violino do PAICV, in *Novo Jornal*, 25 de Setembro de 1993.

<sup>22</sup> Nas eleições legislativas de Dezembro de 1995, dos 72 mandatos em disputa para a Assembleia Nacional, o partido conseguiu 21 mandatos contra 50 mandatos do MPD e 1 do PCD (CNE, Eleições Legislativas de 1995).

*própria estratégia que foram expressas claramente no congresso. (õ ). O PAICV neste momento é refém de um passado glorioso mas que é passado (õ ) há resgate de métodos e estilos de trabalho completamente ultrapassados. Há necessidade de uma ruptura com os actuais métodos e estilo de trabalho, há inclusive necessidade de uma refundação do PAICV (õ ). O problema não é apenas a idade. Neste momento a presença de Pedro Pires dentro do PAICV pode ser um elemento inibidor de uma disputa política sadia, tanto no seio do partido como entre o PAICV e as outras forças políticas<sup>23</sup>.*

O sucesso do partido nas eleições autárquicas de 2000<sup>24</sup>, além de consolidar a liderança de Pedro Pires, também constituiu o trampolim para a afirmação dos dois candidatos à liderança do partido ao Congresso de Novembro de 2000, José Maria Neves e Felisberto Vieira, ambos presidentes das câmaras de Santa Catarina e Praia. De referir que Pedro Pires não se envolveu directamente na campanha eleitoral, o que deu visibilidade aos dois candidatos à liderança do partido. O processo de circulação da elite<sup>25</sup> dirigente começava a delinear com o processo de mudança da liderança protagonizada pelos quadros mais jovens do partido e vencedores das eleições autárquicas no ano de 2000, nomeadamente José Maria Neves e Felisberto Vieira, e concretizada no referido congresso quando Pedro Pires deixa a liderança para concorrer as eleições presidenciais de 2001.

O partido viria a conhecer o seu terceiro líder, pós-transição democrática, com a eleição de José Maria Neves ao cargo de presidente do partido, no congresso de Julho de 2000. Também neste congresso houve um reavivar das clivagens políticas internas agora entre os grupos J e F<sup>26</sup>, este tributário do grupo P, delineada no Congresso de Setembro de 1997, quando Felisberto Vieira foi eleito o primeiro vice-presidente. Os vários discursos dos candidatos à liderança que ocuparam a opinião pública da época adensaram o

---

<sup>23</sup> José Maria Neves: É preciso refundar o PAICV, in *A Semana*, 02 de Julho de 1999.

<sup>24</sup> O partido venceu a maior parte das câmaras municipais, incluindo duas das maiores câmaras do país: Praia e Santa Catarina.

<sup>25</sup> *Idem*, nota 16.

<sup>26</sup> F e J referem-se ao nome dos protagonistas dos grupos, Felisberto Vieira e José Maria Neves, respectivamente.

conflito entre as clivagens políticas. Por exemplo, o candidato Felisberto Vieira afirmou: «Sou jogar até o último apito do árbitro, mas sem espectáculos e arrogância», por seu lado José Maria Neves disse: «há um ambiente de intriga e confusão, sobretudo na Praia»<sup>27</sup>.

No congresso de Julho de 2003, apesar de haver uma única lista candidata à disputa da liderança do partido, as divergências entre os grupos J e F voltariam à ribalta quando no documento intitulado «A renovação do pensamento estratégico», além de críticas à governação do País em relação à justiça, participação política, comunicação social e à economia, Felisberto Vieira afirma: «O PAICV deve reafirmar a primazia da lealdade sobre a fidelidade (õ ) renovar o pacto de confiança e transmitir segurança psicológica aos membros do partido e aos cidadãos em geral»<sup>28</sup>.

O posicionamento do PAICV no ideário da esquerda democrática foi reforçado internamente durante a liderança José Maria Neves e nos governos dirigidos por este, conforme veiculada no documento de Declarações de Princípios, aprovado no congresso de Outubro de 2006: «O PAICV defende os princípios da democracia social e económica e a construção de um Estado de bem-estar social» (PAICV, Declaração de Princípios, 2006, p.7). Também a sua liderança confirmaria a centralidade do líder partidário, após Pires, através dos vários alinhamentos internos levados a cabo por este durante os três mandatos consecutivos na direcção do partido e na governação do País. Em relação aos alinhamentos internos, José Maria Neves conduz o partido para a esquerda democrática ao integrá-lo, efectivamente, na Internacional Socialista. Na governação, indigita para os cargos de ministro de Estado dois dirigentes do partido e colaboradores directos: Basílio Ramos e Manuel Inocêncio, vice-presidentes do partido.

Na liderança por três mandatos consecutivos, José Maria Neves consolidou o seu poder, em grande parte devido aos sucessos eleitorais conseguidos nas eleições legislativas de 2001, 2006 e 2011 e confirmando a institucionalização da força carismática da sua figura política. Os líderes partidários cada vez mais têm-se constituído como figuras chaves no processo

---

<sup>27</sup> Liderança no PAICV: Consenso por um fio, in *A Semana*, 16 de Junho de 2000.

<sup>28</sup> Roleta Tambarina, in *A Semana*, 4 de Julho de 2003.

de tomada de decisão no partido e em outras instituições estatais em Cabo Verde. A forma como são eleitos são importantes para se compreender a dinâmica interna dos partidos políticos. Pois, devido a forte disciplina e hierarquia no partido, o líder tem-se mostrado como o principal actor na selecção dos candidatos para as eleições ao Parlamento e, conseqüentemente, o protagonista na cena eleitoral e legislativa (Costa, 2003, pp. 282-283). O que figura no apelo eleitoral dos partidos cabo-verdianos, centrado na imagem, figura e personalidade do líder.

O processo de eleição do candidato a ser apoiado pelo partido nas eleições presidenciais de Agosto deste ano, colocaria a coabitação entre os grupos J e F em causa e constitui o cerne da crise actual. Este processo envolveria os três pré-candidatos do partido para as eleições presidenciais, designadamente Manuel Inocêncio, Aristides Lima e David Almada. No Conselho Nacional, realizada no mês de Março de 2011, para a escolha do candidato a ser apoiado pelo partido nas eleições presidenciais de Agosto de 2011, Manuel Inocêncio foi eleito com 57 votos contra 30 a favor de David Hopffer Almada, na segunda volta.

Apesar da decisão do Conselho Nacional, Aristides Lima, dirigente e deputado pelo círculo eleitoral da Boa Vista, apoiado publicamente por alguns dirigentes do partido, designadamente Felisberto Vieira, Sidónio Monteiro e Júlio Correia<sup>29</sup>, concorreu às eleições presidenciais e seria derrotado na primeira volta das referidas eleições. Na sequência Felisberto Viera, Ministro do Desenvolvimento Social e da Família, pede a sua demissão do Governo. Portanto, trata-se da crise mais significativa enfrentada pelo partido, com impactos a todos os níveis do partido, pois os militantes e dirigentes da estrutura política definiram as suas posições em relação ao candidato que deveriam apoiar nas eleições presidenciais de Agosto de 2011.

Referindo-se às conseqüências dos resultados eleitorais na vida interna do partido, José Maria Neves afirma:

---

<sup>29</sup>Protagonistas do grupo F.

*Na prática, não devia haver quaisquer reflexos no partido porque as eleições presidenciais não são de base partidária, todos os candidatos são da cidadania, propostos pelos cidadãos. Os partidos políticos apoiam candidaturas presidenciais. Mas é claro que nestas eleições, tiveram reflexos profundos no seio do PAICV, com fortes danos emocionais e no relacionamento inter-pessoal. De modo que teremos de reflectir sobre isso, dentro do partido, com serenidade e tranquilidade, para preservarmos a coesão e a unidade do PAICV, que é o nosso maior património. Penso que há maturidade organizacional e individual para fazermos esta reflexão e tomarmos as melhores decisões, até porque temos eleições autárquicas no próximo ano e há que garantir condições para que o partido possa enfrentar com sucesso os próximos desafios eleitorais<sup>30</sup>.*

A crise vivida pelo partido combina, no nosso entender, os elementos relacionados com a centralidade da liderança no partido porque as evidências constatadas anteriormente nos demonstra isso. A capacidade de mitigar as clivagens políticas internas será o grande desafio para a liderança de José Maria Neves.

Em termos da estrutura formal o partido organiza a nível local, sectorial, regional e nacional. O estatuto do partido define os parâmetros de interacção e cooperação entre estes quatro níveis. Há uma estrutura vertical de poder específica que se pode ilustrar na forma como estão distribuídas as competências dos diferentes órgãos e colocada em prática pelas sucessivas lideranças do partido. É necessário ressaltar que os órgãos de decisão e execução do PAICV variam quer em termos de competências quer em termos de composição. Isso torna o partido, às vezes, com alguma tendência a ter estruturas rígidas do ponto vista formal que por ventura poderá ditar a inoperância de algumas destas estruturas.

A nível regional são os seguintes os órgãos do PAICV: Assembleia Regional, Comissão Política Regional, Presidente da Comissão Política Regional, Secretariado Regional, Comissão Regional de Jurisdição e Fiscalização que define a orientação política do partido a nível da região. A

---

<sup>30</sup> JMN: %Os partidos políticos não podem se transformar em meras máquinas eleitorais, sem ideário, sem referência, sem valores, sem princípios+  
Disponível em: <<http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article67961&ak=1>>. Acesso em 29 ago.2011.

Comissão Política Regional constitui o principal órgão deliberativo permanente das actividades do partido. Ela é eleita pela Assembleia Regional que constitui o órgão colegial a nível regional. É um órgão relativamente pequeno e é composto, por exemplo, pelo presidente da comissão política, primeiros secretários dos sectores da área da região, representante da Juventude do Partido Africano de Independência de Cabo Verde (JPAI) da região, representante da Federação Nacional das Mulheres do PAICV na região política e dos sectores e pelo líder do grupo dos representantes nos órgãos autárquicos e reúne mensalmente (PAICV, 2006)<sup>31</sup>.

A nível nacional o congresso constitui a estrutura máxima de decisão política do PAICV. Ao congresso compete, entre outras funções, discutir e aprovar os estatutos, a declaração de princípio do partido e as moções de estratégias, reunindo ordinariamente de três em três anos. Também temos, a nível nacional, o Conselho Nacional, o Presidente do Partido, Comissão Política Nacional, Comissão Permanente, Secretariado Geral, Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização, com competências de decisão, de representação, de administração, de controlo e fiscalização e todos regulamentados a nível estatutário. O Conselho Nacional é eleito pelo Congresso do partido, através de listas fechadas de representação proporcional d'Hondt. É o órgão mais importante entre os congressos do partido e é composto por um grande número de membros, com cinquenta membros efectivos e dez suplentes eleitos em congresso, bem como um número de membros por inerência, como por exemplo os presidentes das comissões políticas regionais (PAICV, 2006)<sup>32</sup>.

A Comissão Política é presidida pelo Presidente do partido, com voto de qualidade. Enquanto órgão deliberativo do partido, executa a política geral definida pelo Congresso e pelo Conselho Nacional, trata-se de um órgão pequeno com sensivelmente quinze membros bem como os membros por inerência, entre os quais o secretário-geral e o presidente do grupo parlamentar. Em termos do recrutamento dos militantes, o partido é aberto a todas as classes sociais. Pois, além dos militantes, admite a possibilidade de

---

<sup>31</sup> Arts. 65º, 66º, 68º, 71º e 72º dos Estatutos do PAICV de 2006.

<sup>32</sup> Idem, arts. 40.º, 41.º, 45.º a 48.º.

simpatizantes e amigos de nacionalidade cabo-verdiana e abre a possibilidade aos cidadãos dos Estados da CPLP e da CEDEAO que residem legalmente no país ingressarem no partido, o que evidencia a natureza *catch all* do partido no processo de recrutamento partidário (PAICV, 2006)<sup>33</sup>.

Do ponto de vista ideológico, o partido declara-se como um partido da esquerda social democrática e é membro da Internacional socialista desde 2002 (art. 8º dos Estatutos do PAICV). A posição ideológica do PAICV, no nosso entender, tem sofrido mudanças ao longo dos tempos, principalmente quando assume o poder em 2001, ao continuar com a política liberalizante da economia cabo-verdiana, iniciada pelos governos do MPD, nomeadamente a defesa do acordo cambial, a implementação de reformas fiscais, desenvolvimento do sector financeiro e as privatizações levado a cabo pelo partido, nos sucessivos governos.

---

<sup>33</sup> Idem, arts. 9.º a 11.º, 53.º a 55.º.

### 3.2- O Movimento para a Democracia (MPD)

O MPD é um partido que surgiu no interior do sistema político democrático e no contexto do processo de transição democrática. Fundado, por um grupo de quadros cabo-verdianos que integraram o partido único<sup>34</sup> mas que estavam descontentes com o regime autoritário vigente no país e reclamavam por um sistema pluripartidário com eleições livres. Para Cardoso (1993, p.256),

*As raízes do activismo político do partido remontam ao período de 1974-79, constituindo um grupo que tinha despertado para a política ainda antes de o país ser contaminado pelo pensamento único. Muitos deles, no furor do processo de independência, tinham sido atraídos pelo idealismo heróico dos combatentes, ingressando no PAIGC, mas cedo se desiludiram com o uniformismo ideológico imposto e que nada tinha a ver com o ideal de liberdade e de democracia que defendiam.*

No mês de Março de 1990, o partido, através de uma declaração política, expressava os seus objectivos políticos e os meandros do processo de democratização. Nascia assim um novo actor na cena política cabo-verdiana. Quando nasce, o MPD surge como uma associação política e não como um partido político. Assim, em Fevereiro de 1990, o Conselho Nacional do PAICV anunciava o início do processo de democratização nos seguintes termos: «... a introdução, a par das listas do PAICV e das suas organizações, de listas concorrentes de grupos de cidadãos nas eleições legislativas» (Cardoso, 1993, p.231). Portanto, o MPD coloca-se como herdeiro directo do processo de transição democrática iniciada nos inícios dos anos noventa. Congrega na sua origem, predominantemente, cabo-verdianos que participaram activamente neste processo<sup>35</sup> e nos anos da transição democrática. Por dez anos, o partido assumiu a função governativa.

---

<sup>34</sup> Segundo Meynes (2002), nos anos oitenta o Governo do PAICV iniciou uma liberalização selectiva do regime político, ao introduzir candidatos independentes nas listas do partido para as eleições para a Assembleia Nacional Popular de 1985, por exemplo Carlos Veiga, que viria a ser o líder do MPD.

<sup>35</sup> Carlos Veiga, Eurico Monteiro, Alfredo Teixeira, Gualberto do Rosário, Jorge Carlos Fonseca, Germano Almeida, José Teófilo Silva, entre outros, foram alguns dos interventores neste processo e fundadores do MPD em 1990.

A evolução da situação política do país, nomeadamente a queda do artigo 4.º da Constituição de 1981, leva-o a se transformar em partido político, com a sua legalização pelo Supremo Tribunal de Justiça a 26 de Novembro de 1990. Portanto, o partido surge na cena política quando em Março um grupo de opositores ao regime político reuniu na escola %Brasil+, em Achada Santo António, para traçar as estratégias de actuação política durante o processo de democratização do país. Desta reunião saiu uma %Declaração Política+ assinada por todos os presentes e, depois, por mais de quinhentos cidadãos de todas as ilhas. Cardoso (1993, p. 252) argumenta que:

*Com o início da %abertura política+, a 19 de Fevereiro, a sociedade cabo-verdiana é despertada para uma dinâmica política que se manifesta através de artigos na imprensa, de criação de grupos de reflexão e por aparecimento de embriões de grupos políticos. É neste contexto que a 14 de Março é dado a conhecer a declaração política do Movimento para a Democracia.*

O surgimento do MPD deve, no nosso entender, ser entendida no contexto do processo de democratização iniciada nos anos 90. Segundo José Teófilo Silva, um dos fundadores do MPD, o partido surgiu de seguinte forma:

*(...) os opositores à ditadura do PAICV, residentes na cidade da Praia, e que há muito se vinham reunindo secretamente para analisarem a situação política do país, decidiram mobilizar o povo de Cabo Verde, organizado num amplo movimento nacional. Como era de se esperar, imediatamente os agentes da polícia política do partido no poder deram início a uma onda de perseguições e ameaças aos organizadores do movimento e aos seus familiares. O efeito foi contraproducente. Pois, em vez de continuarmos escondidos e com medo, optamos por vir à rua, claramente, dizer ao povo quem éramos e o que queríamos para Cabo Verde (Ramos, 2000).*

Carlos Veiga, um dos fundadores e Líder do partido, afirma que %o...o núcleo central que constituí o MPD é dominado por quadros e creio que talvez não seja por acaso. Os quadros cabo-verdianos tiveram um papel importante

pós-independência+ (apud Furtado, 1997, p. 176). No momento da sua fundação o MPD contou com os desafectados e descontentes com o regime autoritário então vigente, principalmente dos denominados trotskistas<sup>36</sup>.

Foram realizadas nove convenções, desde a sua criação em Março de 1990, sendo a primeira, em Outubro de 1990, realizada com os fundadores do partido. De uma associação política, pleiteando a democracia na arena política cabo-verdiana, o MPD acaba por se transformar num partido político em Novembro de 1990. O MPD vence as eleições legislativas e partir daí se introduz uma nova dinâmica no sistema partidário cabo-verdiano que de um unipartidarismo passou para o bipartidarismo<sup>37</sup>. É possível verificar que desde as primeiras eleições livres e democráticas que o sistema partidário tem sido marcado pela alternância no poder dos dois maiores partidos políticos, PAICV e MPD, não obstante haver na cena política um terceiro partido, a UCID, com representação parlamentar. Sendo que as cinco eleições no período democrático traduziram em duas maiorias qualificadas a favor do MPD e três maiorias absolutas para o PAICV<sup>38</sup>.

Cardoso (1993, p. 258) sugere que uma das razões da ascensão rápida do MPD na cena política cabo-verdiana deve-se %o..) a um projecto político que se enquadrava perfeitamente nas linhas de desenvolvimento das mutações em curso no mundo e cuja influência, tocava, mesmo que intuitivamente, a todos+. O período inicial do MPD, à semelhança do PAICV, pode ser caracterizado como uma fase de definição. O papel de Carlos Veiga nesta definição confirma a centralidade das lideranças nos partidos políticos cabo-verdianos. As

---

<sup>36</sup> Segundo Cardoso (1993, p.81), os trotskistas eram %o) elementos, todos eles antigos, estudantes em Portugal onde integraram estruturas clandestinas do Partido (o) o grupo trotskista identificado no partido foi constituído essencialmente por elementos ligados a organizações estrangeiras e infiltrou-se nas estruturas clandestinas do Partido em Portugal, na fase final da luta de libertação Nacional (o) faziam circular boatos e calúnias a respeito dos dirigentes e militantes vindos da frente da luta armada.+ Ver também José Vicente Lopes (1996), *Os Bastidores da Independência*.

<sup>37</sup> O sistema bipartidário, caracteriza-se pela existência de apenas dois partidos em condições de competir e alternarem no poder. Não há necessidade de coligações, uma vez que um dos maiores consegue a maioria parlamentar necessária para governar sozinho e o terceiro partido não afecta a longo prazo a alternância no poder. Também, a alternância no poder continua sendo uma expectativa possível (Sartori, 1982, pp.208-220).

<sup>38</sup> Costa (2003, p.293) argumenta que em Cabo Verde a baixa magnitude média em combinação com a fórmula d'Hondt, principalmente, contribui para a concentração eleitoral e parlamentar nos partidos grandes e para uma relativa desproporção na distribuição de cadeiras parlamentares entre os partidos, devido a altos custos eleitorais para os pequenos partidos. Esses factores contribuíram para favorecer a ocorrência de um sistema (bi) partidário, chegando a haver o esboço de uma tendência de um partido (pré) dominante, particularmente nas duas primeiras eleições.

clivagens políticas que se definiram ao longo da sua liderança se traduziram na não coabitação dentro do partido pois o fraccionismo interno dos anos 93/94 e 2000 traduziram na saída do grupo contestatário e a formação de dois novos partidos políticos, o Partido de Convergência Democrática (PCD) e o Partido da Renovação Democrática (PRD).

O alegado escândalo da corrupção na Embaixada de Lisboa<sup>39</sup> que emergiu na opinião pública no segundo semestre de 1993 e a acusação da ala mais esquerda do partido de distanciar dos valores do partido e dos mais desfavorecidos, particularmente dos que tinham sido demitidos do governo<sup>40</sup>, marcou o início da primeira crise interna e a saída de alguns membros do partido, incluindo alguns fundadores, nomeadamente Eurico Monteiro, que veio a fundar o PCD.

A posição pública de alguns dirigentes e membros do Governo sobre o alegado escândalo de corrupção na Embaixada de Cabo Verde em Lisboa e o desentendimento na Direcção Nacional do partido em relação à posição a ser adoptada no caso obrigou Carlos Veiga a convocar uma Convenção extraordinária de clarificação em Fevereiro de 1994. Esta Convenção colocou a liderança de Carlos Veiga em jogo, para mitigar as vozes dissonantes. Na reunião da Direcção Nacional do partido de Outubro de 1993, Carlos Veiga assevera:

*Actos perturbadores e desorientadores das bases do MPD, como pedidos de demissão, pedidos de suspensão e, sobretudo, alianças objectivas ou mesmo subjectivas com forças da oposição em acções enfraquecedoras do Governo e de outras instituições, designadamente da câmara municipal da Praia, sucedem-se diariamente*<sup>41</sup>.

---

<sup>39</sup> Conhecida por caso Embaixador Estrela.

<sup>40</sup> Em finais de Dezembro de 1993, alegando falta de solidariedade para com os membros do Governo, Carlos Veiga demite os Ministros do Estado e da Justiça e do Trabalho, Eurico Monteiro, e o da Administração Pública e Assuntos Parlamentares, Alfredo Teixeira (Mexida no Governo: Veiga Joga Mais uma Cartada, in *Novo Jornal*, 22 de Dezembro de 1993).

<sup>41</sup> Com uma Direcção Nacional quente Veiga pede convenção extraordinária para debelar crise interna, in *A Semana*, 9 de Outubro de 1993.

No segundo semestre de 1993, iniciava-se dentro do partido, um crescente processo de contestação à liderança de Carlos Veiga, protagonizada por Eurico Monteiro<sup>42</sup>, visando a transformação dos mecanismos de dominação. No processo da disputa pela liderança do partido, os candidatos apresentaram *slogans* diferentes. Carlos Veiga candidatou-se com o lema %Compromisso com Cabo Verde+, enquanto Eurico Monteiro apresentou-se sob o lema %Mudar para Ganhar+. Cada um com a sua motivação e estratégia visava liderar o partido. Os que apoiavam o candidato do *slogan* %Compromisso com Cabo Verde+ reafirmavam o seu apoio ao programa e sua fidelidade ao projecto político do MPD e acreditavam que o candidato Carlos Veiga reunia condições para fazer avançar o partido, pois era a figura mais carismática. Com isso o partido ganharia mais em termos de apoio popular.

Enquanto isso, o candidato e os apoiantes da lista %Mudar para Ganhar+, partindo do pressuposto que o partido estava se distanciando dos princípios que nortearam a sua origem, tais como %rigor e austeridade+, consideravam necessário mudar o então líder e a estratégia adoptada na última convenção, para que o MPD não corresse o risco de perder a sua base eleitoral nas eleições legislativas marcadas para Dezembro de 1995. Esta estratégia ficou evidenciada na apresentação pública da candidatura à liderança do candidato Eurico Monteiro, na altura:

*Ô nu ta muda, ô nu ta mudadu na 96õ não queremos um presidente que esteja por cima do partido. Porque quando sucede isto significa que o presidente está a gerir mal o partido ao conseguir cada vez mais votos para ele, enquanto o partido vai tendo cada vez menos apoiantes. Chegou a hora de mudar o treinador porque está a ter maus resultados<sup>43</sup>.*

Ao analisarmos as estratégias defendidas por ambos os candidatos, entendemos que os candidatos defendiam o prosseguimento das reformas políticas propostas no Programa Político do MPD, ou seja, a democratização da sociedade cabo-verdiana, nomeadamente pela criação de condições

---

<sup>42</sup>Protagonista do grupo que se opõe à liderança de Carlos Veiga.

<sup>43</sup> A partir de Fevereiro quem será o Primeiro-ministro? Eurico Monteiro desafia Veiga para debate, in A Semana, 20 de Dezembro de 1993.

institucionais, jurídicas e culturais. Contudo, as posições se divergiram no tocante à forma como deveriam continuar as reformas económicas. Enquanto para Carlos Veiga era necessário criar condições básicas para assegurar o desenvolvimento auto-sustentado do país, o que implicava a reforma do sistema económico, financeiro, em suma prosseguir com as reformas económicas defendidas no Programa Político e no Programa de Governo, quando se criou o partido, o candidato Eurico Monteiro defendia que o partido deveria preocupar-se ( ) com a situação de miséria em que vive o país e não tenha uma visão empresarialista do mundo e da sociedade (...)+<sup>44</sup>.

Um mês antes da realização da Convenção, Eurico Monteiro retira a sua candidatura para a disputa da liderança do partido, por alegadas fraudes e ilegalidades no processo eleitoral para escolha dos delegados à Convenção. É de ressaltar que a comissão eleitoral nacional do partido era composta por cinco elementos, os quais dois elementos da candidatura %Compromisso com Cabo Verde+ e dois da candidatura %Mudar para Ganhar+ e presidida pelo presidente da Comissão de Jurisdição do partido. O candidato Eurico Monteiro apontava como irregularidades: o desaparecimento nos cadernos eleitorais de militantes que o apoiavam, bem como a transferência de eleitores militantes para outros círculos eleitorais, diminuindo assim o número de militantes afectos à sua candidatura. Para a candidatura %Compromisso com Cabo Verde+ a fraude alegada pela outra candidatura era infundada e constituía uma estratégia usada para justificar antecipadamente a sua derrota e para inviabilizar a Convenção.

Nesta primeira crise, ganhou relevância os condicionantes inerentes à governação e as questões internas que já se faziam sentir desde a Convenção de Janeiro de 1993 quando começou a desenhar o fraccionamento interno. Na referida Convenção um grupo, denominado lista B, contra todas as previsões, entra na disputa para cargos da Direcção Nacional do partido. Deste grupo faziam parte Daniel Lobo e José Manuel Pinto Monteiro, alguns dos protagonistas da primeira crise no partido, embora o líder do grupo, Eurico Monteiro, foi eleito o número dois pela lista A liderada por Carlos Veiga.

---

<sup>44</sup> Contra a visão empresarialista do MPD, in *A Semana*, 17 de Janeiro de 1994.

Na falta de consenso em relação aos aspectos técnicos do processo eleitoral partidário, o partido realiza a Convenção para definir as suas forças. O candidato Eurico Monteiro, num encontro com alguns dirigentes do partido e militantes que apoiavam a sua candidatura, admitia o seguinte: «Não temos nenhuma obrigação nem moral, nem política de cumplicidade com este governo»<sup>45</sup>. Assim, o candidato do MPD «Mudar para Ganhar» abandona a corrida à liderança, rompe com o partido e juntamente com os membros que o apoiaram fundam um novo partido, o PCD<sup>46</sup>.

É realizada a Convenção no dia 19 de Fevereiro 1994, e a disputa para a liderança do MPD se restringiu a uma única lista «Compromisso com Cabo Verde». Na pauta de discussão estava a análise da situação interna do partido. Carlos Veiga, no seu discurso de abertura, definiu a crise interna do partido como sendo:

*(...) um choque de elementos regressivos e progressivos. O MPD, centro de um sistema político em fase de implantação e consolidação, viveu, de há dois anos a esta parte, momentos de crise interna. Melhor dizendo, no nosso seio defrontam-se forças contrárias de um sistema político em momento de crescimento crítico (Documentos, MPD: 1994, p. 5).*

Na referida Convenção, pela primeira vez depois do seu surgimento, o MPD reviu os estatutos. No capítulo III, relativamente ao regime disciplinar, foram revistas e enquadrados vários artigos de forma a sancionar quem desrespeitasse a disciplina partidária<sup>47</sup>.

Carlos Veiga consolidou o seu poder no partido, em grande parte devido à sua influência nas estruturas do partido. Durante a primeira crise no Parlamento, em Maio de 1994, foi aprovada uma moção de confiança ao seu

---

<sup>45</sup> O outro partido, in A Semana, 21 de Fevereiro de 1994.

<sup>46</sup> De ressaltar que no início de 1994 um estudo da *The Economist Intelligence* relatava a necessidade de um terceiro partido político: «isto só poderá acontecer se houver deserções massivas de alto nível nos principais partidos. As recentes saídas do Gabinete governamental indicam que esta é uma possibilidade realista crescente» (in A Semana, 17 de Janeiro de 1993).

<sup>47</sup> Por exemplo, consta que constituem infracções disciplinares: «(õ) actos que consubstanciam manifesta e publica falta de solidariedade política com os órgãos do partido ou seus titulares ou com órgãos do Estado ou seus titulares designados por indicação do MPD, salvo, neste último caso, deliberação da Direcção Nacional retirando-lhes confiança política (õ) a organização de ou participação em grupos ou facções autónomas no seio do partido» (MPD, 1994, pp.132-3).

governo, não obstante a oposição do grupo dos deputados dissidentes. Também na segunda crise, a de 1999, com os alegados escândalos de corrupção e clientelismo, denunciados pelos dirigentes do partido, 36 dos 44 membros da Direcção Nacional, reunida nos finais de Outubro de 1999, aprovam uma moção de solidariedade ao seu Presidente. Por outro lado, os sucessos eleitorais conseguidos . por exemplo, o partido obteve 61,29% dos votos e conquistou 50 dos 71 mandatos parlamentares nas eleições legislativas de Dezembro de 1995 (ver capítulo 4) . contribuíram para a consolidação da sua liderança.

Se a primeira crise partidária englobava divergências na forma de organização do partido e no quadro ideológico a ser seguido, a crise dos finais de 99 e início de 2000, protagonizada por Jacinto Santos, então presidente da Câmara Municipal da Praia, fundador e membro da Comissão Política do MPD, e Gualberto do Rosário, ex-vice-primeiro ministro e protagonista na materialização das reformas económicas do programa do governo do partido, denunciava claramente as estratégias de controlo do partido e o estremecer de posições na disputa pela liderança do partido.

O candidato Jacinto Santos, com a pretensão de liderar o partido, denuncia alguns casos de corrupção e clientelismo na administração pública. Em Novembro de 1999, António Espírito Santo e o candidato à liderança do MPD, Jacinto Santos, enviaram uma carta à Comissão Política do partido onde denunciavam várias irregularidades na gestão do governo do MPD. Por exemplo, usurpação do poder da Assembleia Nacional através de uma administração paralela, corrupção, principalmente nos processos das privatizações das empresas Cabo Verde Telecom e do sector financeiro, concentração de poder nas mãos do candidato adversário, entre outros<sup>48</sup>.

Este episódio demonstraria a dificuldade que a liderança teria em coabitar com o grupo liderado por Jacinto Santos, já que a crise envolveria condicionantes ligadas à governação, nomeadamente alguns aspectos das privatizações. Na sequência, alegando falta de confiança política, em virtude destas declarações de alguns dirigentes do partido, foram demitidos do

---

<sup>48</sup> Carta publicada no jornal A Semana de 5 de Novembro de 1999, intitulada % Aviso de Espírito Santo+. De notar que António Espírito Santo era Presidente da Assembleia Nacional na altura.

governo de então dois ministros e dirigentes do partido (José Luís Livramento . ministro da educação, ciência, juventude e desporto e Simão Monteiro . ministro da justiça e administração Interna) e dois secretários de Estado (César Almeida . Secretário de Estado da Descentralização e Pedro Moreira . Secretário de Estado da Juventude e deporto), conhecidos pelos seus apoios expressos na opinião pública ao candidato à liderança do partido Jacinto Santos. A Direcção Nacional, na altura, decidia com 36 votos a favor, num universo de 45 membros, pela saída do governo dos protagonistas do grupo liderado por Jacinto Santos, nomeadamente António Espírito Santo, José Luís Livramento, José António dos Reis e Simão Monteiro. Referindo-se ao episódio das demissões do governo e saídas da Comissão Política do partido, Jacinto Santos declara:

*Ficou claro que, com a moção que saiu da DN, há uma intenção de limpar ou varrer tudo quanto seja sensibilidade de Jacinto Santos nas principais estruturas do MPD e a nível do Governo, o que é lamentável<sup>49</sup>.*

A perda das duas maiores câmaras do País, Praia e Santa Catarina, nas eleições autárquicas de 20 Fevereiro de 2000, as alegadas acusações que Jacinto Santos teria feito campanha na Praia a favor do candidato do PCD, Eurico Monteiro, e as declarações na opinião pública de alguns dirigentes, nomeadamente Nazolino Santos (candidato do MPD nas eleições autárquicas para a câmara da Praia) a diagnosticar que Jacinto Santos deveria ser expulso do MPD, agudizariam a crise no seio do partido e com impactos a todos os níveis.

Em Abril de 2000, a liderança de Carlos Veiga, aparentemente, viria a mitigar as divergências entre as candidaturas à liderança do partido. Na reunião da Direcção Nacional no mesmo mês, os candidatos à liderança acordaram em moderar as posições e apoiar quem saísse vencedor na disputa pela liderança do partido. Gualberto do Rosário afirmou que ( ) estão criadas as condições para que o processo de escolha do novo Líder venha a decorrer no melhor ambiente possível, enquanto Jacinto Santos sentenciava o importante

---

<sup>49</sup> O pensamento estratégico de Jacinto Santos, in *A Semana*, 3 de Dezembro de 1999.

é derrotar o PAICV nas próximas legislativas, para que o MPD continue a ser governo em Cabo Verde<sup>50</sup>.

Contudo, dois meses depois, a crise se intensificaria com a vinda a público do alegado escândalo de corrupção no processo de privatização da Empresa ENACOL, denunciado numa carta assinada por quatro deputados e apoiantes do candidato Jacinto Santos (José António dos Reis, Simão Monteiro, José Luís Livramento, Ondina Ferreira e Aniceto Gonçalves Tavares) e enviada ao Presidente e aos Deputados do partido. Além disso, a polémica em relação à escolha dos delegados para a Convenção de Junho de 2000, que surgiu porque desde a primeira Convenção o partido escolhia os seus delegados à Convenção através das Assembleias regionais e para a referida Convenção estes foram eleitos pelos membros do Núcleo da Acção Democrática, ditaria o aprofundamento do fraccionamento interno.

Portanto, esta crise fez redefinir os apoios e contestações entre as duas candidaturas e culminaria na segunda divisão do partido. O candidato Jacinto Santos, alguns dias antes da realização da Convenção, retiraria a candidatura à liderança do partido, poria termo à militância e juntamente com outros dirigentes do partido (os quais os quatro deputados subscritores da carta do alegado escândalo de corrupção na venda da ENACOL) protagonizariam o surgimento do PRD.

A Convenção confirmaria a liderança de Gualberto do Rosário e a sua intenção de posicionar o partido no centro do ideário político: ~~%~~ o nosso desafio é essencialmente este, em termos estatutários: reafirmar de forma inequívoca, aceite por todos os militantes . como condição até para ser militante . a ideologia do MPD (...) O MPD é um partido do centro, reafirmo<sup>51</sup>.

A oposição do grupo de Deputados independentes pós-cisão, incluindo o então Presidente da Assembleia Nacional<sup>52</sup>, a polémica à volta da suspensão voluntária de Carlos Veiga do cargo de primeiro-ministro<sup>53</sup> e a formação de um

---

<sup>50</sup> DN do MPD termina em entendimento entre as alas - Gualberto e Jacinto de novo nos eixos, in *A Semana*, 17 de Março de 2000.

<sup>51</sup> Do Rosário quer que Governo feche o ciclo, in *Horizonte*, 13 de Julho de 2000.

<sup>52</sup> De referir que António Espírito Santo era o cabeça de lista do PRD em Ribeira Grande (Santo Antão) nas eleições legislativas de Janeiro de 2001.

<sup>53</sup> Nos finais de Julho de 2000, Carlos Veiga anunciava, na opinião pública, a intenção de concorrer às eleições presidenciais de 2001 e por força do Código Eleitoral suspende as funções do cargo de primeiro-

novo governo, em Outubro de 2000, no meio de uma conjuntura internacional desfavorável (subida do preço do petróleo e a alta do dólar), aliada à derrota eleitoral nas legislativas de Janeiro de 2001 (ver capítulo 4), no nosso entender, parece ter contribuído para aumentar as dificuldades internas e a possibilidade de consolidar o poder de Gualberto do Rosário no partido.

O período após 2000 para o MPD pode ser caracterizado como uma fase de adaptação ao papel da oposição, comparável ao PAICV após 1991. Este período é marcado pela maturação institucional e pela coabitação entre as clivagens políticas. Na oposição, o partido conheceu dois líderes, um dos quais ex-dirigente do PCD, Jorge Santos, eleito através do voto directo dos militantes em Julho de 2006, considerado por alguns membros e dirigentes do partido de líder *interino*. Sai da liderança em 2009 quando o líder histórico do partido, Carlos Veiga, regressa, também eleito directamente pelos militantes do partido.

Em 2001, a demissão de Gualberto do Rosário levou à presidência do partido Agostinho Lopes que se manteria na liderança até 2006. O principal objectivo da presidência de Agostinho Lopes era fazer o partido regressar ao governo e uma das estratégias adoptadas foi estabelecer pontes com os dissidentes do partido que viria a resultar no regresso de alguns deles, nomeadamente Jorge Santos e Eurico Monteiro, fundadores e dirigentes do PCD. A primeira tentativa de coligação com o PCD aconteceria no segundo trimestre de 2003, para as eleições autárquicas de 2004, em alguns concelhos do país, nomeadamente Praia, Sal e Santa Catarina; e a segunda foi a inclusão de dirigentes do PCD, inclusive o seu líder e fundador, Eurico Monteiro, nas listas do partido para as eleições legislativas de 2006, como candidatos independentes. Na liderança, apesar de colocar o partido oficialmente na Internacional Democrática do Centro e do sucesso nas eleições autárquicas de

---

ministro, tendo Gualberto do Rosário, líder do partido, assumido interinamente o cargo. Contudo, este facto suscitou várias críticas por parte de alguns actores políticos. Neste sentido, na altura, José Maria Neves, líder do PAICV, afirmava: *“Carlos Veiga está a interpretar a lei em benefício próprio para satisfazer interesses político-partidários. A sua leitura é claramente contrariada pela unanimidade dos juristas nacionais (õ) está orgulhosamente só+(Veiga orgulhosamente só, in *Horizonte*, 17 de Agosto de 2000).* Também, em Outubro de 2000, o Presidente da Assembleia Nacional, António Espírito Santo, suscitou junto do STJ, enquanto Tribunal Constitucional, a fiscalização abstracta da constitucionalidade do n.º 2 e 3 do artigo 372.º do Código Eleitoral, na qual Carlos Veiga se baseou para suspender do cargo de primeiro-ministro. O STJ, através do Acórdão n.º 4/2000 considerava que: *“(õ) não se trata de uma auto-suspensão, mas de uma imposição legal de suspensão de titular+(in B.O n.º 51, II Série, de 18 de Dezembro de 2000).*

2004<sup>54</sup>, Agostinho Lopes não conseguiu desafiar a popularidade do governo de José Maria Neves. O partido perderia as eleições legislativas de 2006 (ver capítulo 4), não conseguindo, desta forma, transferir o capital político local do partido para as eleições legislativas.

No nosso entender, em termos de liderança e com uma reputação em termos táticos, Agostinho Lopes viria a veicular um populismo para o partido ao tentar resgatar o eleitorado dos meios rurais e pobres e ao atacar fortemente o PAICV com acusações de clientelismo, nepotismo e corrupção. Por exemplo, durante a sua liderança, impetrou junto dos Tribunais algumas queixas de fraudes eleitorais. Em Agosto de 2003, entregaria no Ministério Público alegadas provas de que o PAICV estaria a comprar as dívidas de campanha eleitoral do PRD. Em Novembro de 2003, acusaria o PAICV de financiar com recursos públicos a pré-campanha para as eleições autárquicas de 2004, nomeadamente em Santo Antão. Em Janeiro de 2006, impetrou junto do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) uma acção de impugnação das eleições legislativas de Janeiro de 2006<sup>55</sup>. A nível interno mostrou incapaz de manter o equilíbrio no partido que se evidencia no período que se seguiu as eleições legislativas daquele ano. Exemplo disso, foi a derrota sofrida na reunião conjunta da Comissão Política e do Grupo Parlamentar do partido, realizada em finais de Fevereiro de 2006, quando alguns deputados e dirigentes do partido (nomeadamente Mário Silva, Ulisses Correia e Silva, Humberto Cardoso e Jorge Santos) opuseram-se à ideia de não comparecimento do partido na Sessão de investidura da sétima Legislatura da Assembleia Nacional de 27 de Fevereiro, até à decisão do STJ sobre a impugnação das eleições legislativas de 2006, impetrado pelo partido. A par disso viria os nomes de alguns colaboradores directos (nomeadamente Filomena Delgado, uma das vice-presidentes do partido, e Jorge Nogueira, Secretário Executivo Nacional) a serem preteridos na composição da Mesa da Assembleia Nacional. Com o

---

<sup>54</sup> Nestas eleições, o MPD ganhou 10 das 17 câmaras municipais em disputa, com 58,8% dos votos validamente expressos (CNE, Eleições Autárquicas de 2004).

<sup>55</sup> Em Fevereiro de 2006, o MPD requereu junto do STJ a impugnação das eleições legislativas de 22 de Janeiro daquele ano, alegando irregularidades nos documentos de identificação dos eleitores e a transparência dos boletins de voto. O STJ, através do Acórdão n.º5/2006, consideraria improcedente a impugnação (in B.O, n.º 9, I Série, de 28 de Fevereiro de 2006).

acúmulo das derrotas e pressionado pelos membros do partido, em Março de 2006, demite-se do cargo.

Em Outubro de 2006, pela primeira vez na história do partido e do País, através da eleição directa, Jorge Santos é eleito presidente do partido. Com um projecto político inconstante, pois a sua liderança ficaria marcada por denúncias no Parlamento de alegados casos de corrupção no governo de José Maria Neves, por exemplo os casos BPN e Martifer<sup>56</sup>, e a defesa da institucionalização do salário mínimo nacional na opinião pública e no Parlamento<sup>57</sup>. Assim, de olho no eleitorado de baixa renda, veicularia posições programáticas diferentes para o partido. Por outro lado, muitos militantes, sobretudo a elite dirigente, nunca viram nele um *líder ship* material. Apesar do sucesso eleitoral nas eleições autárquicas de 2008<sup>58</sup> e o anúncio várias vezes na opinião pública que não desistiria da recandidatura à liderança, com o anúncio público, em Abril de 2009, da candidatura do líder histórico, Carlos Veiga, à liderança do partido, Jorge Santos não se candidata ao segundo mandato a frente do partido e integra a lista liderada por Carlos Veiga. Neste contexto frisou:

*O Dr. Carlos Veiga, um militante histórico e referência incontestável do MPD e da democracia cabo-verdiana, viria, igualmente, a apresentar a sua candidatura. Cedo me apercebi que a maioria dos militantes preferia um entendimento sobre as equipas e projectos, factores essenciais para se garantir a coesão e a estabilidade do MPD<sup>59</sup>.*

---

<sup>56</sup>No dia 24 de Novembro de 2008, durante a discussão na generalidade do Orçamento do Estado para 2009, acusaria José Maria Neves de estar envolvido no escândalo de corrupção da Sociedade Lusa de Negócios e do Banco Português de Negócios (Acta de Sessões da Assembleia Nacional, Sessão Plenária de Novembro de 2008). Também durante a interpelação ao Governo, em Maio de 2010, sobre a política energética acusaria o Governo de fazer um contrato de concessão para a construção de dois parques de energia solar com a empresa Martifer contra os interesses do país, assim afirmava: %Sabe Sr. Primeiro-Ministro, que para conseguir produzir um mega watt com energia foto voltaica o senhor tem que investir cinco milhões de euros? Para o mesmo mega watt de energia eólica o senhor investe um milhão de euros. Isto é que é corrupção, Sr. Primeiro-Ministro. A empresa Martifer pertence ao grupo Mota-Engil, cujo presidente é um antigo alto dirigente socialista+ (Acta de Sessões da Assembleia Nacional, Sessão Plenária de Maio de 2010, p.17).

<sup>57</sup>No debate do Estado da Nação na Assembleia Nacional de 31 de Julho de 2008, no seu discurso de abertura do debate, exortava o governo a implementar o salário mínimo para combater os desequilíbrios sociais. Também veiculava a ideia de que era preciso estabelecer o valor do rendimento social mínimo em cinco mil escudos (Acta de Sessões da Assembleia Nacional, Sessão Plenária de Julho de 2008).

<sup>58</sup>Nas eleições autárquicas de 2008, o MPD venceu 11 das 22 câmaras municipais em disputa, com 50% dos votos validamente expressos (CNE, Eleições Autárquicas de 2008).

<sup>59</sup>Jorge Santos deixa liderança do MPD, in Expresso das Ilhas, 4 de Novembro de 2009.

A disputa por posições dominantes no seio do partido e a importância dos sucessos eleitorais confirmam o peso da centralidade das lideranças nos partidos cabo-verdianos, principalmente das figuras históricas e carismáticas. Carlos Veiga regressa à liderança numa disputa sem concorrência, apesar de no primeiro trimestre de 2009 terem perfilhados dois candidatos, Jorge Santos e José Livramento, via eleição directa, em Setembro de 2009. Na liderança do MPD os principais desafios são mitigar as clivagens políticas entre os ex-dirigentes e fundadores do PCD e a elite mais antiga do partido, que nunca viu com bons olhos o regresso dos dissidentes, e levar o partido ao poder, após dez anos na Oposição. Carlos Veiga, no discurso de encerramento do referido congresso, sentenciava: «MPD nunca mais se vai dividir. Aprendemos a lição e temos que garantir aos militantes de base do MPD que não vamos traí-los mais»<sup>60</sup>. O partido perderia as eleições legislativas de 6 de Fevereiro de 2011 e elegeria 32 dos 72 deputados à Assembleia Nacional (ver capítulo 4).

Formalmente o MPD é um partido de centro. É membro da Internacional Democrática do Centro (IDC) e da Internacional Democrata do Centro para a África (IDCA). Consideramos que o partido possui uma estrutura directa, pois a sua base política sustentável é os próprios membros, não se apoia nos sindicatos ou em outras organizações da sociedade civil. Segundo o artigo 7.º dos Estatutos: «Podem ser membros do partido todos os Cabo-verdianos maiores de dezoito anos, no pleno gozo dos seus direitos políticos que aceitem os presentes Estatutos, estejam de acordo com a Declaração de Princípios e o Programa, e solicitem, livremente, a sua filiação» (MPD, 2009).

Com estruturas hierarquizadas e formais, o MPD se estrutura em dois níveis: nacional e regional. A nível nacional são órgãos representativos do partido: a Convenção Nacional, a Direcção Nacional, a Comissão Política, a Comissão Permanente, o Presidente, o Conselho de Jurisdição e o Grupo Parlamentar. A nível regional tem os órgãos a nível do círculo eleitoral e do concelho. A nível do círculo eleitoral tem a Assembleia Regional e a Comissão Política Regional. Por fim, a nível do concelho tem a Assembleia Concelhia, a Comissão Política Concelhia e o Grupo de Eleitos Municipais<sup>61</sup> (MPD, 2009).

---

<sup>60</sup> Discurso de Carlos Veiga por ocasião do encerramento da IX Convenção do MPD.

<sup>61</sup> Arts. 16º a 53º dos Estatutos do MPD de 2009.

A Convenção Nacional constitui o órgão político e deliberativo máximo do MPD. As suas deliberações só podem ser tomadas por mais de metade do número total dos seus delegados que são eleitos directamente pelos militantes nas regiões políticas através do voto secreto. A convenção reúne-se de três em três anos e tem por função: definir a orientação política geral do partido, aprovar e modificar o programa e o estatuto, eleger os órgãos nacionais do partido, entre outros. A Direcção Nacional é o órgão político e deliberativo máximo nos intervalos das reuniões da Convenção Nacional, constituída por quarenta e cinco membros eleitos pela Convenção Nacional. A Comissão Política é o órgão executivo do partido, é composta pelo Presidente do MPD e por quinze membros eleitos pela Direcção Nacional, sob proposta do Presidente e reúne-se uma vez por mês<sup>62</sup> (MPD, 2009).

Ao analisarmos a composição dos órgãos dirigentes a nível nacional, denotamos o peso dos quadros na sua composição e na sua direcção. Desde o seu surgimento, o partido é constituído por várias categorias sociais. Segundo Furtado (1997, p.175), (6) a composição inicial do MPD, indica um processo aglutinador de quadros, empresários e comerciantes+. De acordo com a composição dos órgãos saídos da IX convenção de 2009, dos 45 membros da Direcção Nacional cerca de trinta são técnicos superiores ou médios. Os restantes são empresários e/ou funcionários públicos. A Comissão Política é toda ela formada por quadros, geralmente técnicos superiores.

Desde a sua génese, o MPD é composto por políticos de formação ideológica distinta, o que tem gerado ao longo do seu percurso alguma clivagem interna. O próprio partido reconhecia, na sua III convenção, realizada em Fevereiro de 1994, que: (7) MPD alinha no seu seio um conjunto de contradições, traduzidas na pluralidade ideológica e diversidade de cultura política dos seus membros, bem como na diferente interpretação, avaliação e valorização dos diferentes grupos sociais de interesses+(MPD, 1994, p. 65).

---

<sup>62</sup> Idem, arts. 17º a 20º, 22º, 26º.

## União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID)

A UCID é um partido pequeno, se comparado aos dois partidos anteriormente analisados, do sistema partidário cabo-verdiano. É a terceira força política na Assembleia Nacional, sem nenhum potencial de chantagem<sup>63</sup> em relação a acção governativa, apesar de ser, juntamente com o PAICV, um dos partidos com uma história substantiva antes do processo de democratização. A UCID foi inscrita no Supremo Tribunal de Justiça a 1 de Junho de 1991, isto é, quatro meses após o início do processo de democratização do País. Sendo assim, não participou no primeiro pleito eleitoral realizado no País. Na altura, o então Presidente daquele partido, Lídio Silva, solicitou a legalização da UCID pela via histórica através de uma petição à Assembleia Nacional em Dezembro de 1990, mas tal intenção não se concretizou, segundo Koudawo (2001, p.177):

*A UCID activa na oposição de longa data ao poder do PAICV, não conseguiu inserir-se rapidamente no novo cenário pluralista. Esta situação foi denunciada pelo presidente deste partido, Lídio Silva, como sendo resultado de uma obstrução organizada pelo PAICV com a maquiavélica e táctica aprovação do MPD, suspeito de colusão objectiva com o antigo partido único para manter a UCID afastada da primeira corrida eleitoral.*

A UCID foi fundada a 13 de Maio de 1978, data do primeiro congresso do partido, no seio da comunidade cabo-verdiana emigrada na Holanda, embora algumas figuras do partido asseveram que o gérmen do partido pode ser encontrado no contexto da luta de libertação, como evidenciou o Líder do Partido:

*Um dos aspectos mais importantes na criação da UCID tem a ver com o surgimento do grupo dos descontentes, um grupo de cidadãos cabo-verdianos na Holanda, que na altura não estavam de acordo com a unidade Guiné-Cabo Verde e resolveram mostrar o seu*

---

<sup>63</sup> Os partidos só podem ser considerados relevantes quando estiverem em condição de determinar, com o tempo e em determinado momento, à formação das coligações governamentais ou ainda quando reflectem ou modificam a competição seja para a esquerda, seja para a direita (Sartori, 1982:144).

*descontentamento, daí o nome do grupo dos descontentes, em relação ao PAIGC e também em relação a esta unidade*<sup>64</sup>.

Na clandestinidade durante os finais dos anos setenta e nos anos oitenta, a UCID desenvolveu algumas acções políticas contra o governo de Cabo Verde que lhe permitiu uma certa visibilidade. Aquele partido fez algumas denúncias junto de algumas organizações internacionais, nomeadamente a Amnistia Internacional e a Cruz Vermelha Internacional em Genebra, da situação dos presos da reforma agrária iniciada no dia 31 de Agosto de 1981 em Ribeira Grande, Ilha de Santo Antão. Também organizou algumas manifestações em algumas capitais europeias (Haia, Lisboa, Paris) e nos Estados Unidos da América, visando a libertação dos presos da reforma agrária. Segundo Lopes (1996, p. 533): «Nos Estados Unidos, John Wahnou, desenvolve uma vasta acção de *lobby* contra a Cidade da Praia, chamando a atenção para o carácter comunista e repressivo do regime instalado em Cabo Verde, alertando inclusive para determinadas movimentações soviéticas e cubanas no arquipélago».

Também, é naquele período que a UCID cria algumas estruturas de acção política clandestinas em algumas ilhas de Cabo Verde, como por exemplo na Praia, Santo Antão, e São Vicente. Estas estruturas transmitiam as informações da situação do país para os membros do partido que residiam nos Estados Unidos, Alemanha e Holanda enquanto os membros do partido no estrangeiro enviavam material de propaganda política, nomeadamente o boletim *Nação Cabo-verdiana* (com sede em Colónia, Alemanha) para ser difundido em Cabo Verde.

A UCID define-se como um partido de inspiração cristã, com o objectivo de conseguir o apoio da igreja, assim asseverava António Monteiro no congresso de Julho de 2001: «A ideia-força é exteriorizar o que o partido julga ser internamente e abri-lo à sociedade. A nossa intenção é criar as condições para o enraizamento da filosofia cristã em Cabo Verde»<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup>Entrevista concedida a pesquisadora em 26 de Julho de 2011.

<sup>65</sup>UCID em congresso - Mudança de nome, disputa da liderança a três, in *A Semana*, 20 de Julho de 2001.

Os sucessivos líderes do partido têm vinculando as posições do partido, com base no lema norteadora da sua fundação: *“Para além de qualquer tipo de progresso, lutamos pelo progresso humano”*.

*A UCID é um partido democrata cristão, mas apoia o PAICV. Outras vezes a UCID é um partido democrata cristão mas apoia o MPD. Não tenho preocupação nenhuma com isso porque sei o que o partido está a fazer e sei qual é o objectivo do partido: servir o cidadão. Admito que isso possa criar na cabeça de algumas pessoas, principalmente das pessoas que não são estudiosas na matéria em saber afinal de contas qual é filosofia política da UCID? Sabemos que é um partido democrata cristão e tem um lema muito claro e não queremos fugir ao lema que é o partido adoptou (Monteiro, 2011)<sup>66</sup>.*

A sua origem na emigração e a dificuldade de estruturar o partido no território nacional marcaria a definição inicial do partido. Lídio Silva seria o responsável pela legalização e organização do partido no País e foi eleito pela primeira vez líder do partido no congresso de Julho de 1987 realizado em Lisboa. Entretanto, divergências com outros membros do partido sobre as estratégias políticas a serem adoptadas em relação ao regime de partido único leva-o a demitir do cargo em 1988<sup>67</sup> e volta à liderança do partido em Setembro de 1990, três meses antes das primeiras eleições legislativas de Janeiro de 1991. A UCID não conseguiu legalizar a tempo de participar nas referidas eleições<sup>68</sup>.

---

<sup>66</sup>Idem, nota 64.

<sup>67</sup>Em 1988 uma ala do partido, decidiu não aceitar as minhas tentativas de negociação com o Governo do PAICV, com o objectivo de conseguir abertura política antecipando às movimentações mundiais que se avizinhavam, já esperamos demais e sem resultados, temos que responder com a mesma violência algo contrário à minha posição moral, aluno de escola política social cristã, formação de que não abduco a nenhum preço, convoquei um congresso extraordinário e afastei-me da liderança. Em 1990, mais precisamente no dia 23 de Setembro, voltei à liderança da UCID porque me foi pedido pela Direcção renúncia num mini-congresso (Carta dirigida ao Director do Novo Jornal, in Novo Jornal, 3 de Maio de 1997).

<sup>68</sup>O partido alegando o seu papel na luta diplomática para a democratização do regime, através de uma petição de Janeiro de 1991, solicitou à Assembleia Nacional a sua legalização pela via histórica.

A UCID realizaria o seu primeiro congresso em Cabo Verde, em Agosto de 1991, com a participação de 59 delegados, sendo apenas 15 residiam em Cabo Verde. Aquele Congresso ficaria marcado pelos conflitos entre o Presidente, Lídio Silva, responsável pela formalização e estruturação do partido em Cabo Verde, e alguns delegados das regiões políticas Ibérica e dos Estados Unidos/Canada, lideradas designadamente por John Wahnnon e Celso Celestino. A falta de consenso em relação às listas para os órgãos a serem eleitos no referido congresso e o alegado complô que dizia ser vítima por parte dos delegados das duas regiões políticas viriam a ditar a sua saída do partido<sup>69</sup>. É este cenário, que Lídio Silva explica:

*Inicialmente era cabeça de uma lista que acabou por ser retirada e ficou o compromisso de negociar com a lista que acabou por ser única, mas esse compromisso não foi cumprido. É uma forma muito suja de fazer política e é contra os meus princípios morais e cristãos<sup>70</sup>.*

No congresso de 1991 Antero Barros seria eleito presidente e assume como desafio estruturar o partido em Cabo Verde e apaziguar o fraccionamento interno existente entre as regiões políticas. No entanto, a liderança de Barros não solucionou os problemas fundamentais da UCID, nomeadamente mitigar os conflitos entre as regiões políticas, designadamente Ibérica e dos Estados Unidos/Canada, e esta dificuldade em resolver estes conflitos é uma prova também da fragilidade organizativa do partido.

Nesta fase de definição do partido, se no MPD e PAICV a centralidade do Líder é importante para o funcionamento interno do partido e os sucessos eleitorais, a relação entre as lideranças e as regiões políticas na UCID demonstram ser problemática. Nas vésperas do segundo congresso do partido em Cabo Verde, o líder do partido diagnosticava assim a situação do partido:

---

<sup>69</sup>Em Dezembro de 1992 anunciava na opinião pública a intenção de formar um partido político, denominado de Partido Democrático Popular: «O PDP é um partido, é uma filosofia que se adapta tão bem ao nosso país. Aliás, foi uma reflexão inicial profunda do grupo, porque nós temos uma constelação muito diferente de vários países» (Congresso Constituinte do PDP - «Todo o mundo está descontente com a governação» afirma Lídio Silva, in A Semana, 13 de Setembro de 1993. De ressaltar que o partido não chegou a ser legalizado junto do STJ e este regressaria a militância na UCID em 1996, partido que ajudou a fundar em 1978.

<sup>70</sup>UCID em Congresso, in A Semana, 2 de Agosto de 1991.

*Um dos grandes males da UCID é isto: certos militantes da diáspora, às vezes até dirigentes, depois de uma longa ausência, chegam ao país e desatam a dar entrevistas, sem analisar a situação do país, sem contactar quem eles devem contactar e acabam por fazer declarações inacreditáveis. (õ ) Nós sabíamos o que tínhamos a fazer: implantação em todas as ilhas. Só agora, recentemente na ilha de Santiago, embora tivéssemos iniciado na Brava, no Fogo, no Maio, e principiamos em São Nicolau, Boa Vista e Sal, pela simples razão: um partido que não está no poder precisa de muito dinheiro para poder fazer a implantação, porque o problema não é ir às áreas rurais e conseguir quinhentos mil fichas de militantes. O problema é a continuidade<sup>71</sup>.*

O conflito entre as regiões políticas se agudizaria quando a região ibérica, alegando incapacidade física e psíquica do líder, solicitará a destituição do presidente do partido através de uma moção de 15 de Maio de 1993, difundida na opinião pública e que por falta de quórum não chegou a ser discutida na Comissão Política Nacional. Por sua vez, a gravidade do conflito entre as regiões Ibérica e dos Estados Unidos/Canada atingiria proporções pessoais com troca de acusações entre dois destacados dirigentes do partido: John Wahnou e Celso Celestino. Este aspecto demonstra o grau de personificação no processo de sucessão da liderança partidária. John Wahnou, membro da Direcção Nacional e representante da região dos Estados Unidos/Canada, referiria: %õ que está a acontecer não é uma crise de liderança, é um assalto ao poder. E quem está por detrás é a organização da Região Ibérica (õ ) Isto não é uma crise de liderança, é simplesmente um assalto ao poder<sup>72</sup>. Também as intervenções públicas da direcção da Região Ibérica, liderada por Celso Celestino, no segundo semestre de 1993, que lhe faz eco sobre o mesmo tema, revelam a gravidade da disputa pela sucessão de liderança:

---

<sup>71</sup> Antero Barros quebra o silêncio, in A Semana, 7 de Agosto de 1993.

<sup>72</sup> UCID- %õ dirigentes da Região Ibérica preparam assaltar o poder+afirma John Wahnou, in A Semana, 14 de Junho 1993.

*Há elementos que são prejudiciais ao partido e ou se reduzem a elementos de base ou devem desaparecer (õ ). Parece que há um grupo que está apostado ou em destruir a UCID ou em destruir elementos da Região Ibérica. (õ ) Se eu perder as eleições vamos sair em massa (õ ). Reservo-me o direito de militar em qualquer outro partido no futuro, ou talvez defender outro partido. Podemos sair derrotados. Mas, nós não deixaremos viva uma UCID que venha a fazer como as outras organizações: enganar o povo<sup>73</sup>.*

Este conflito, no nosso entender, reflecte as clivagens entre as regiões políticas, onde a região Ibérica se manteve como parte essencial na organização do partido na clandestinidade. Parte inicial do dilema da UCID residiria na sua aparente dificuldade de enraizar no território nacional, estruturar internamente e de mitigar os conflitos pela sucessão de liderança entre as regiões Ibérica e dos Estados Unidos/Canada.

No congresso de Agosto de 1993, sob o lema %Democracia, Decência, Dignidade e Disciplina+, é eleito Celso Celestino para liderar a UCID, com o desafio de o institucionalizar e de o preparar para as eleições legislativas de Dezembro de 1995. Dos treze membros eleitos no Congresso para o Conselho Nacional, apenas seis eram residentes em Cabo Verde (três residiam em Santiago, dois em São Vicente e um no Fogo), o que denota o peso dos militantes que residiam na diáspora. Contudo, um dos grandes desafios de Celso Celestino era estruturar o partido internamente e colocar a UCID como uma alternativa credível à governação do MPD. Em Abril de 1995, o então líder da UCID reconhecia as dificuldades financeiras e de organização enfrentadas pelo partido, colocando em causa a participação do partido nas eleições legislativas de Dezembro de 1995:

*Não nos dá capacidade para fazermos uma campanha vistosa, mas faremos a campanha na palavra, tanto quanto possível, sem grandes espaventos. (...) não é possível a deslocação dos militantes da diáspora como inicialmente se tinha pensado (...). Neste momento, dentro da UCID não temos inscritos quadros residentes em*

---

<sup>73</sup>UCID: candidato da Região Ibérica adverte %Se eu sair derrotado, vamos sair em massa+, in A Semana, 26 de Julho de 1993.

*número suficiente, mas temos muitas simpatias que ainda não se definiram (...). Supomos que até Julho teremos o número de quadros que nos possibilite agir com certa tranquilidade para as autárquicas e as legislativas*<sup>74</sup>.

O fracasso do partido nas eleições legislativas de Dezembro de 1995<sup>75</sup>, dos dezanove círculos eleitorais, o partido apresentou candidatos em apenas doze círculos, demonstrava as deficiências na sua base organizativa. Ao conseguir apenas 1,55% dos votos validamente expressos, o Líder da UCID declara publicamente que o partido não participaria nas eleições autárquicas marcadas para Janeiro de 1996 e retira-se da vida política: *Com uma negação tão grande também vou dar minha nega. (...) ofende na medida em que abrimos as mãos e oferecemo-nos ao sacrifício em benefício de todos (õ )*<sup>76</sup>.

Após a forte derrota nas eleições legislativas de Dezembro de 1995, os desafios da UCID continuavam os mesmos, isto é estruturar o partido e encontrar uma liderança capaz de renovar o partido e apresentá-lo como a terceira força política no país. A UCID sobreviria na única região política organizada, que é São Vicente, conforme nos sentenciou o Líder do partido António Monteiro:

*Em 95 houve uma crise profunda na UCID. Nas eleições de 95, tivemos uma derrota horrível e o presidente, na altura, Celso Celestino, abandonou o partido, afastou-se durante algum tempo e se não fosse a direcção regional de São Vicente a pegar no partido, provavelmente a UCID teria desaparecido naquela altura (Monteiro, 2011)*<sup>77</sup>.

De 1997 a 2009, o partido foi dirigido por António Monteiro e Manuel Rodrigues. No congresso de Julho de 1997, sob o lema *Bela Terra e Pelo*

---

<sup>74</sup>Eu vivo na UCID com independência, in Novo Jornal, 19 de Abril de 1995.

<sup>75</sup>Designadamente em Paul, Ribeira Grande, São Vicente, Boa Vista, Praia, São Domingos, Santa Cruz, Santa Catarina, Tarrafal, São Felipe, Países Americanos e Países da Europa e o resto do Mundo. Destes doze círculos o partido obteve a maior votação em São Vicente com 703 votos, num total de 24.450 votos validamente expressos (CNE, Eleições Legislativas de 1995).

<sup>76</sup> Celso Celestino diz adeus à Política, in Novo Jornal, 19 de Dezembro de 1995.

<sup>77</sup> Idem, nota 64.

Homem+, António Monteiro assume a liderança da UCID e reconhece que %leve ter sido o Congresso mais pacífico em dezanove anos de vida onde reinou a união, a concórdia e uma grande vontade de acertar+<sup>78</sup>.

Com o propósito de criar um *potencial de chantagem*<sup>79</sup> dentro do sistema partidário, nos finais de 2000, o partido protagonizaria, juntamente com o PCD, liderado por Eurico Monteiro, e PTS, liderado por Onésimo Silveira, uma coligação para as eleições legislativas de 2001, denominada Aliança Democrática para a Mudança (ADM) e que foi a primeira coligação estabelecida até então para as eleições legislativas realizadas no País. Apesar da coligação eleitoral com estes outros dois pequenos partidos, o partido não conseguiu obter nenhum representante na Assembleia Nacional.

No Congresso de Julho de 2001, numa disputa entre os candidatos Mário Sousa e Manuel Rodrigues, o último é eleito líder do partido com o desafio de reorganizar o partido, principalmente em Santiago, e colocar o partido na senda das vitórias eleitorais. Para atrair os eleitores cristãos e assim pleitear o seu ingresso na organização internacional dos partidos democráticos cristãos, o Congresso decidiria acrescentar ao nome do partido a expressão Partido Democrático Cristão (UCID-PDC).

Durante as eleições autárquicas de 2004, a UCID revelou ter, a nosso ver, uma máquina partidária a nível local com alguma eficácia, ao eleger três deputados municipais e um vereador numa das câmaras mais importantes do país, São Vicente. Entretanto, na capital, o então candidato à presidência da câmara municipal e líder do partido, Manuel Rodrigues, sofre uma dura derrota ao obter apenas 153 votos, num total 31063 votos validamente expressos<sup>80</sup>. A ténue vitória do partido nas eleições autárquicas em São Vicente, além de assombrar os velhos problemas do partido, reencenaria os conflitos entre as regiões políticas, faria crescer as intenções de alguns militantes residentes no estrangeiro em liderar o partido, designadamente António Silva, membro da região política da Holanda e secretário-executivo nacional do partido, que manifestou a sua intenção de colocar a sede do partido naquele país.

---

<sup>78</sup> UCID pela terra e pelo homem, in Novo Jornal, 31 de Dezembro de 1997.

<sup>79</sup> Idem, nota 63.

<sup>80</sup> CNE, Eleições Autárquicas de 2004.

Em Outubro daquele ano, o Conselho Nacional, reunido em São Vicente, decide criar uma Comissão de Gestão Política (CGP) composta por sete membros e dirigida pelo Presidente do Conselho Nacional, António Monteiro. O objectivo era reorganizar o partido e ter representação política na Assembleia Nacional nas eleições legislativas de 2006. Dificuldades financeiras levariam o partido a adiar o congresso marcado para Setembro de 2004. Este facto fez renascer os conflitos entre as regiões políticas de Santiago e São Vicente, com a região política de Santiago a contestar a legitimidade do CGP para destituir os órgãos do partido.

Mesmo com o fraccionamento interno entre as duas regiões políticas, o partido realizaria o Congresso nos finais de Outubro de 2005, em São Vicente, sob o lema «Por um Cabo Verde sem bipolarização Política» e sem a presença dos membros da região política de Santiago, nomeadamente o então líder do partido, Manuel Rodrigues, e o secretário executivo nacional cessante do partido, Osvaldino Andrade. O Congresso marcaria o regresso à liderança de António Monteiro e o desafio de acabar com a bipolarização em Cabo Verde: «A partir de 2006 seremos o partido charneira no Parlamento, para combater com garra e tenacidade os dois maiores partidos»<sup>81</sup>.

A liderança de António Monteiro contaria com fortes ondas de contestação de legitimidade por parte da região política de Santiago, na opinião pública e nos tribunais. O primeiro foi quando, após três meses da realização do Congresso de Outubro de 2005 que elegeu António Monteiro como líder do partido, Osvaldino Andrade reclamaria junto do STJ a anulação do referido congresso, ao alegar que António Monteiro teria usurpado da competência de Antero Barros, Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Nacional, e assinado convocatórias sem a autorização prévia da Comissão Política Nacional, órgão que detém a competência para o efeito<sup>82</sup>.

A segunda seria, em Julho de 2008, quando um grupo de militantes da região política de Santiago, protagonizado por Osvaldino Andrade e Mário Moniz, endereçariam uma carta ao Conselho Nacional do partido, presidida por

---

<sup>81</sup>UCID elege novo líder e quer distância dos grandes partidos, in A Semana, 4 de Novembro de 2005.

<sup>82</sup>Através do Acórdão n.º 4/2006, o STJ obstaria de decidir por o impugnante não ter esgotado as vias internas para resolver a questão, designadamente recurso ao Conselho Nacional de Jurisdição, e por considerar o recurso intempestivo (in B.O, n.º 11, I Série, de 13 de Março de 2006).

Lídio Silva, solicitando a antecipação do congresso ordinário do partido para o último semestre de 2008, sob a ameaça de saírem do partido e protagonizarem a criação de um novo partido, Partido Socialista Cabo-verdiano (PS-CV). Esta crise entre as duas regiões atingiria o seu auge quando à revelia do Conselho Nacional, com sede em São Vicente, um grupo de militantes da região política de Santiago realiza um congresso extraordinário e elege Mário Moniz como líder do partido e novos órgãos deliberativos do partido. O partido fica polarizado em torno de duas lideranças: uma em São Vicente, através de António Monteiro e outra em Santiago, através de Mário Moniz. A liderança de António Monteiro solicita junto do STJ a anulação do referido congresso, com base no pressuposto de que o grupo que realizou o congresso da Praia teria violado os artigos 6.º e 15.º dos Estatutos. Na altura António Monteiro sentenciava: «Vamos agir civil e criminalmente contra os orquestradores do chamado congresso da Praia»<sup>83</sup>. Com fundamento na falta de legitimidade, o STJ decidiria pela não admissibilidade do recurso<sup>84</sup>. Aparentemente, o conflito entre as regiões políticas de Santiago e São Vicente chega ao fim em Maio de 2009, com a decisão da Comissão Nacional da Jurisdição em expulsar os protagonistas do referido Congresso.

Ao analisarmos estas duas crises, constatamos que englobaram basicamente dimensões na forma de organizar o partido e a disputa pela liderança entre as regiões de São Vicente e de Santiago, confirmando as clivagens políticas entre as regiões.

António Monteiro retoma a liderança do partido, no Congresso de Julho de 2009, desta feita coadjuvado com três vice-presidentes. Na liderança, coloca como desafio eleger cinco Deputados para a Assembleia Nacional nas eleições legislativas de Fevereiro de 2011 e acabar com a bipolarização. Apesar de este líder contar, em Julho de 2010, com um saldo positivo de 23,7% no índice de imagem, segundo uma pesquisa de opinião da *MGF Research*<sup>85</sup>, não conseguiu acabar com a bipolarização. Nas eleições

---

<sup>83</sup>UCID vai expulsar «Sombras Malignas», in *Expresso das Ilhas*, 4 de Agosto de 2008.

<sup>84</sup>Acórdão do STJ n.º 22/2008, in B.O n.º 38, I Série, de 20 de Outubro de 2008.

<sup>85</sup>Segundo a mesma pesquisa, José Maria Neves conta com um saldo de positivo de 58,9% e Carlos Veiga com 22,8% no mesmo índice (Sondagem dá maioria absoluta ao PAICV e apresenta Monteiro com melhor imagem que Veiga, in *A Semana*, 13 de Agosto de 2010).

legislativas de Fevereiro de 2011, o partido volta a eleger apenas dois Deputados pelo círculo eleitoral de São Vicente. O que quer dizer que não alterou a sua posição no sistema partidário cabo-verdiano. Mantém-se como um partido pequeno e sem potencial de chantagem<sup>86</sup> no sistema partidário.

A fraqueza da organização partidária da UCID combinada com a fraca presença no poder local e nacional, embora este possua um potencial de chantagem a nível do poder local na Câmara Municipal de São Vicente<sup>87</sup>, constituem os grandes desafios que o partido continua a enfrentar.

Em termos ideológicos, assim como o MPD, o partido formalmente se define como um partido do centro e não faz parte de nenhuma família ideológica, conforme afirma o líder António Monteiro:

*Consideramos que a UCID é um partido do centro e é um partido, como o nosso lema diz: acima de qualquer progresso a nossa luta é pelo progresso humano e é a partir deste lema que procuramos desenvolver as nossas actividades políticas de forma a servir sempre os cidadãos (õ ) como sabe essas organizações exigem, como é óbvio, alguns requisitos e acima de tudo o pagamento de quotas. Um dos graves problemas que o partido tem é precisamente este. As questões financeiras limitam e muito o partido no desenvolvimento das suas actividades. No entanto, estamos a discutir, neste preciso momento, em negociação através do presidente da IDC para a região África, Dr. Carlos Veiga, a possibilidade do partido voltar a entrar como membro observador e provavelmente, em função das situações que nós analisamos, membro de pleno direito para podermos participar e dar o nosso contributo nessa família e também ter contrapartidas políticas para podermos melhorar o nosso desempenho político e ajudar Cabo Verde a desenvolver-se cada vez mais<sup>88</sup>.*

---

<sup>86</sup> Idem, nota 63.

<sup>87</sup> Após as eleições autárquicas de 2008, o partido assinou um Acordo Político com o MPD, onde os dois partidos se comprometeram a colaborar na Câmara e na Assembleia Municipal durante o mandato que ora se inicia e tudo fazer para o bom funcionamento dos órgãos municipais em prol do desenvolvimento da ilha de São Vicente. Com o acordo, a UCID ficou responsável pelos pelouros de Saneamento, Ambiente e Energias e da Juventude e Formação Profissional (Assinado Acordo entre MpD e UCID para a gestão autárquica, In Liberal Online, Disponível em: <<http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?Action=noticia&id=18767&idEdicao=64&idSeccao=523>>. Acesso em 20 Jul. 2011.

<sup>88</sup> Idem, nota 64.

Formalmente, o órgão mais importante do partido é o Congresso. Além do Congresso os órgãos nacionais do partido são: o Presidente; o Conselho Nacional, com 33 membros; a Comissão Política, constituída por 19 membros, eo Conselho de Jurisdição Nacional, com cinco membros (UCID, 2009)<sup>89</sup>. Se nos dois partidos anteriormente analisados, os membros da comissão política, por inerência, são membros da Direcção Nacional (MPD) ou Conselho Nacional (PAICV), na UCID os membros da comissão política não fazem parte do Conselho Nacional, como forma de evitar que o executivo tenha capacidade de influenciar os conselheiros. Segundo o Presidente daquele partido, isso explica em parte o facto de o partido não ter desaparecido, apesar das clivagens políticas entre as regiões:

*Não é novidade para ninguém que depois da abertura de 91, o partido viveu situações um tanto um pouco complicadas, não fosse essa separação em termos das direcções do partido, não fosse também a criação da UCID considerar que cada ilha é uma região política autónoma, provavelmente a UCID já não existiria<sup>90</sup>.*

Os órgãos principais de direcção política são as Comissões Políticas a nível nacional e regional, eleitas pela assembleia regional, a nível regional, e pelo congresso do partido, a nível nacional. Em termos regionais a estrutura da UCID difere substancialmente da dos outros partidos analisados. A nível regional, o partido organiza por regiões com cada ilha a corresponder uma região, enquanto nas comunidades emigradas possui regiões políticas nos continentes Europeu, Americano e Africano. A fiscalização política é feita pelo Conselho Jurisdicional Nacional, eleito pelo congresso. Este Conselho reúne ordinariamente uma vez por mês e compete-lhe vigiar o cumprimento das disposições constitucionais, legais e estatutárias por que rege a UCID+ (UCID, 2009)<sup>91</sup>.

---

<sup>89</sup>Arts. 12º e 13 dos Estatutos da UCID de 2009.

<sup>90</sup>Idem, nota 64.

<sup>91</sup>Arts.13º, 21º, 25-27,32º, 30º e 37º dos Estatutos da UCID de 2009.

Em conclusão, podemos afirmar que os partidos políticos cabo-verdianos têm constituído instituições políticas centrais no processo de democratização do país. A organização dos partidos a nível nacional e a centralidade das lideranças domina a dinâmica interna daquelas organizações, embora o controlo do poder local possa representar um aspecto importante na implementação dos partidos, principalmente se tomarmos como elemento de análise o caso da UCID.

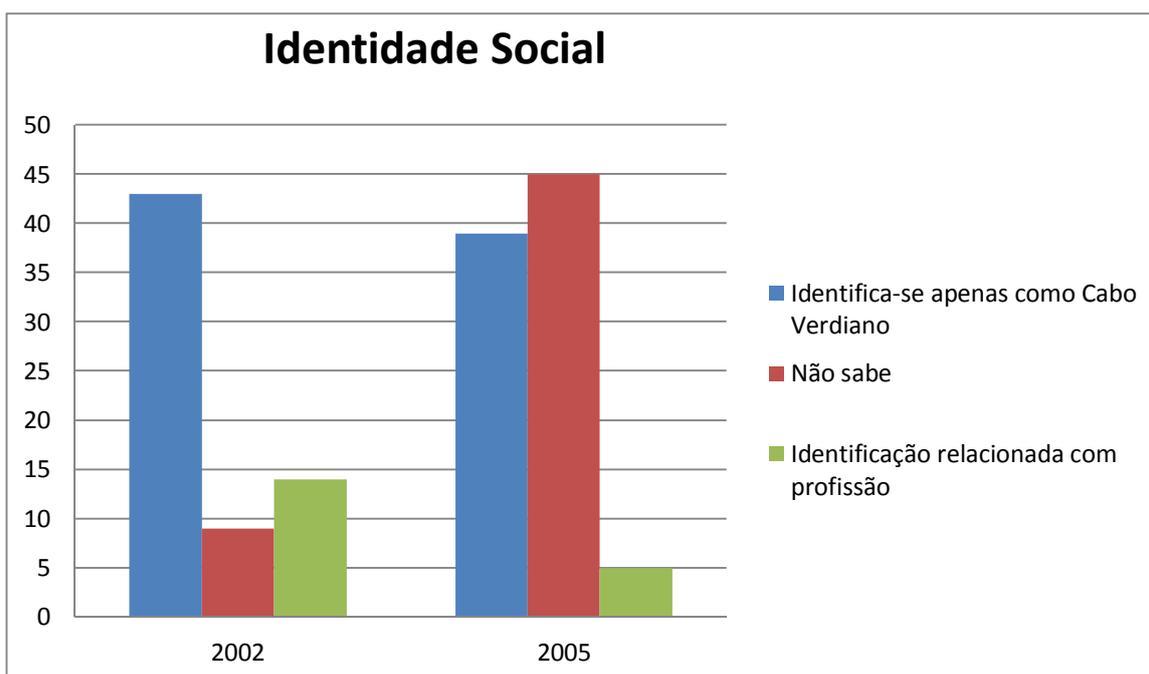
## CAPÍTULO 4

### GEOGRAFIA ELEITORAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Este capítulo tem por objectivo fazer uma análise das bases eleitorais dos partidos, determinando assim os fundamentos eleitorais dos partidos em análise, nas eleições legislativas realizadas em Cabo Verde de 1991 a 2011.

A grande preocupação interna dos partidos políticos cabo-verdianos, conformados pelo processo de democratização do país, têm sido estabelecer estruturas organizacionais consolidadas e representativas das bases sociais e eleitorais dos cabo-verdianos. Os partidos políticos cabo-verdianos, no nosso entender, não representam exclusivamente os interesses de nenhum grupo social específico e têm vindo a usar a estratégia *catch all* para abranger todo o espectro social. Pesquisas revelam que, em Cabo Verde, os conflitos tribais ou com base na raça ou etnia são inexistentes e nenhum partido político, por exemplo, defende o interesse específico de uma raça ou religião. As clivagens políticas são muito mais importantes do que as clivagens étnicas ou religiosas (Afrobarómetro, 2002, p. 18-20; 2005, p. 39-40). Os cabo-verdianos maioritariamente se identificam pela nacionalidade (43%, em 2002 e 39%, em 2005), conforme exposto no gráfico 1.

Gráfico 1



Fonte: Baseado nos dados do Afrobarómetro de 2002 e 2005.

Portanto, a homogeneidade da sociedade cabo-verdiana impõem aos partidos cabo-verdianos a não representarem nenhuma classe social em específico, como acontecia nos partidos políticos de massas da Europa do século XVI. A indefinição das bases sociais dos partidos em Cabo Verde não constitui uma peculiaridade do País, conforme nos assevera Jalali (2007, pp. 80-81):

*Uma das controvérsias centrais da política comparada na Europa Ocidental da última geração tem sido o grau de erosão das «velhas» clivagens sociais (principalmente, a classe social e a religião, mas também em certa medida as diferenças regionais), gerando assim eleitorados menos previsíveis. Tal traz consequências para o sistema de partidos, seja em termos de aparecimento de novos partidos, seja no declínio de partidos tradicionais.*

Desde o início do processo de democratização os partidos em Cabo Verde têm apostado na estratégia de que um apoio amplo do eleitorado é fundamental para o sucesso eleitoral. O quadro 3 ilustra as variações da participação eleitoral nas eleições legislativas realizadas durante o processo de

democratização, isto é, o número total de votantes e a variação percentual de uma eleição para a outra, para dar uma indicação do aumento ou diminuição dos votos nestas eleições. Na verdade, evidências indicam que os factores políticos, nomeadamente o desempenho dos governos e a percepção dos líderes partidários, possivelmente têm gerado mudanças na participação eleitoral dos cabo-verdianos. Todavia, pensamos que não é possível respondermos objectivamente a estas questões aqui. Seriam necessárias pesquisas que demandariam mais tempo que o proporcionado por um curso de mestrado, de modo que este tema deverá ser abordado em estudos futuros.

### **Quadro 3 - Mudanças na participação eleitoral (1991-2011)**

<b>Eleições</b>	<b>1991</b>	<b>1995</b>	<b>2001</b>	<b>2006</b>	<b>2011</b>
Votantes em percentagem	75%	76,5%	54,5%	54,1%	82,2%
Percentagem de variação em relação à eleição anterior	-	1,5%	-22%	-0,33%	28,1%

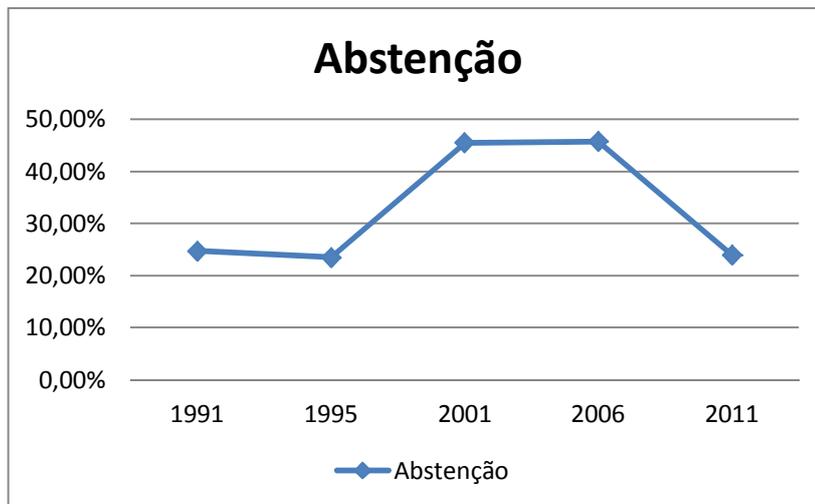
*Fonte: Baseado nos dados das eleições legislativas da CNE (1991-2011).*

De acordo com o quadro 3, a única eleição onde a participação eleitoral variou em mais de 20% foi a eleição de 2011, sendo assim superior à de eleições anteriores, e atingido níveis muito mais baixos nas eleições anteriores e com uma variação significativa nos níveis de participação eleitoral. A participação eleitoral de 1995 manteve a sua distribuição geográfica e com 1,5% de variação em relação à eleição de 1991. Apesar desta distribuição, até 1995 o MPD foi a força política que maior número de votos obteve nesta eleição. Do mesmo modo, em 1995, os pequenos partidos, nomeadamente a UCID, foram os mais afectados pela abstenção. Apesar da cisão no seio do MPD, em finais de 1994, da qual surgiu o PCD, o partido conseguiu um

desempenho eleitoral semelhante ao de 1991: 61,3% dos votos validamente expressos, isto é, conseguiu manter o eleitorado fiel ao seu discurso político.

Os níveis de abstenção têm-se revelado instáveis. Conforme se denota no gráfico 2, nas eleições de 1991 a abstenção era de 24,7%, tendo diminuído apenas 1% em relação às eleições legislativas de 1995. Em 2001, uma proporção substancial do eleitorado cabo-verdiano absteve-se (45,5%). Portanto, os abstencionistas quase que duplicaram. Comparativamente a 2006, o valor continuou praticamente estável e só em 2011 a taxa de abstenção diminuiria pela metade em relação aos anos de 2001 e 2006. De ressaltar que as taxas de abstenção têm-se revelado níveis mais elevados nos grandes centros urbanos e na diáspora, exemplificada no quadro 4. Inúmeras são as possíveis razões apontadas na literatura política cabo-verdiana para explicar esta tendência. Évora (2004) acredita que o alto nível da taxa de abstenção possa ser o reflexo do desencanto político das pessoas na classe política, por essas não verem a solução dos seus principais problemas, e ao facto de o voto não ser obrigatório. Por sua vez, Barros, Costa e Semedo (2007, pp.58-62) dividem as possíveis razões da abstenção em Cabo Verde em razões de carácter involuntário e voluntário. Nas razões voluntárias englobam: o tipo de mensagem usado nas campanhas, a imagem dos políticos perante os cidadãos (que não é das melhores), a similaridade das propostas políticas dos partidos e a corrupção eleitoral. Por outro lado, a deficiente comunicação com comunidade emigrada, a mobilidade inter-ilhas e intra-ilha das pessoas, a dificuldade de acesso a um documento de identificação, as falhas no sistema de recenseamento, as longas distâncias a percorrer pelos eleitores até às assembleias de voto, a mobilidade externa e as inscrições indevidas constituem as razões involuntárias.

**Gráfico 2 – Taxas de Abstenção (1991-2011)**



Fonte: Baseado nos dados das eleições legislativas da CNE (1991-2011).

**Quadro 4 - Variação da Taxa de Abstenção (1991-2011)**

Círculos Eleitorais	1991		1995		2001		2006		2011	
	Inscritos	Abstenção								
<i>Praia</i>	27548	8431	41193	6674	54088	22528	645430	25514	----	----
<i>Santa Catarina</i>	14608	4402	20233	5059	25050	13381	46945	19486	-----	-----
<i>São Vicente</i>	2334	458	32693	7111	40243	17002	28176	13896	45802	12074
<i>África</i>	2976	1419	4414	1468	5702	3216	8475	5063	4196	1213
<i>Américas</i>	857	362	5993	2726	8120	5308	11388	8295	7994	1819
<i>Resto da Europa</i>	2997	2032	10114	7632	14182	11922	31677	26775	22157	10665

Fonte: Baseado nos dados das eleições legislativas da CNE (1991-2011).

Nas eleições de Janeiro de 1991 a dimensão da competição partidária em Cabo Verde residiu na escolha do regime, isto é como a sociedade e o Estado deveriam ser organizados. O apoio aos partidos estruturou-se em torno deste conflito e não em torno das classes sociais enquanto factores de

conformação dos apoios aos partidos. A partir das eleições de 1991 os partidos passaram a competir círculo a círculo por uma vitória eleitoral, com programas quase que similares, conforme analisaremos no capítulo 6.

Segundo Mainwarring (2001), a continuidade da geografia eleitoral dos partidos políticos dependerá do seu desempenho eleitoral consistente, por exemplo, entre as regiões. A geografia eleitoral dos partidos políticos cabo-verdianos em análise, no período de 1991-2011, apresenta com uma tendência de continuidade forte e o que indica uma relativa institucionalização dos dois maiores partidos políticos (PAICV e MPD) a nível nacional. Este aspecto, no nosso entender, confirma a sua estratégia *catch all* junto do eleitorado nacional nas eleições legislativas.

Para explicar a continuidade ou descontinuidade da geografia eleitoral dos partidos, calcularemos as correlações entre os votos obtidos em cada ilha nas eleições legislativas realizadas no período de 1991 a 2011 pelos três partidos políticos em análise. Em relação à UCID excluiremos do cálculo o ano de 2001 quando participou em coligação com outras forças políticas (PTS e PCD). Ao analisarmos os dados, as tendências não se alteram se começarmos pelas eleições de 1991.

O quadro 5 apresenta as correlações tomando como unidade de análise as ilhas, ou seja a correlação da votação que cada partido obteve em cada ilha entre duas eleições. Quase todas as correlações são altas para todos os partidos. Por exemplo, com um coeficiente de correlação de 0,995, a votação do PAICV em 2006 tinha forte correlação com os votos obtidos por este partido em 2011, também a nível nacional.

**Quadro 5 - Correlação de voto por partido a nível nacional (1991-2011)**

Anos	PAICV			
	1995	2001	2006	2011
1991	0,986502	0,945251	0,954579	0,937305
1995		0,978933	0,979539	0,964511
2001			0,995941	0,986323
2006				0,995272
Anos	MPD			
	1995	2001	2006	2011
1991	0,997207	0,990684	0,979924	0,964665
1995		0,995705	0,989836	0,978826
2001			0,99407	0,979968
2006				0,994808
Anos	UCID			
	1995	2001	2006	2011
1991	-----	-----	-----	-----
1995			0,571502	0,730947
2001			-----	-----
2006				0,967832

Fonte: Baseado nos dados das eleições legislativas da CNE (1991-2011).

Por sua vez, verifica-se uma correlação forte entre 1991 e 1995 (0.997) na base geográfica do MPD e uma continuidade da base eleitoral no período de 2006 e 2011 (0.994). Portanto, não mudou acentuadamente neste período a sua base de apoio a nível nacional. Por contraste, a UCID, diferentemente do PAICV e do MPD, nunca atraiu uma grande parcela do eleitorado nas sucessivas eleições legislativas que participou. Apesar da sua base eleitoral ser menos significativa, este partido tem sofrido fortes mudanças quando comparado com os outros dois partidos que têm mantido quase que estável a sua base eleitoral nos períodos em análise. A base geográfica da UCID mudou profundamente no período entre 1995 e 2006 quando se verifica um coeficiente

médio (0.571), depois uma correlação forte (0.967) entre 2006-2011 e com uma mudança notável neste período.

Iremos, em seguida, apresentar alguns dados que nos permite ter uma perspectiva agregada da evolução geográfica do voto do PAICV, MPD e UCID nas duas grandes regiões do país, Barlavento e Sotavento.

**Quadro 6 É Evolução de votos por partido, nas regiões de Barlavento e Sotavento, nas Eleições Legislativas (1991-2011)**

		<b>MPD</b>				
<b>Regiões</b>	1991	1995	2001	2006	2011	
Sotavento	43259	49766	31709	45111	55957	
Barlavento	34065	36194	21954	26048	30385	
		<b>PAICV</b>				
<b>Regiões</b>	1991	1995	2001	2006	2011	
Sotavento	25800	26919	38611	52934	71921	
Barlavento	12090	14527	23468	28965	34433	
		<b>UCID</b>				
<b>Regiões</b>	1991	1995	2001	2006	2011	
Sotavento	-----	830	-----	-----	1725	
Barlavento	-----	1067	-----	4495	7759	

*Fonte: Baseado nos dados das eleições legislativas da CNE (1991-2011).*

Os factos que devem ser destacados no quadro 6 são os seguintes: o apoio eleitoral aos partidos na região de barlavento quer para o PAICV como para o MPD tem-se revelado variável ao longo de todo o período em análise.

Nas eleições de 91 e 95, o MPD teve maior proporção de votos na região de Barlavento, considerando o seu reduto eleitoral, ao obter quase o triplo de votos, se comparado com os resultados do PAICV para o mesmo período. Contudo, a partir das eleições de 2001 esta tendência começa a mudar quando o PAICV começa a ver o seu apoio eleitoral nesta região a aumentar substancialmente. De 14527 votos passaria para 23468 votos em 2001.

A base eleitoral da UCID tem-se concentrado, basicamente, no círculo eleitoral de São Vicente, conforme nos revela o quadro 6.

Por outro lado, na região de sotavento a evolução eleitoral dos dois partidos tem-se relevado semelhante à da região de Barlavento. Se em 95 o MPD obteve 49766 votos na região do sotavento este desempenho eleitoral diminuiria, em 2001, para 31709 votos. Por sua vez, o desempenho eleitoral do PAICV nesta região vem aumentando desde as eleições de 2001. Nestas eleições obteve 38611 votos e viria este apoio eleitoral a aumentar para 52934 votos, em 2006. Basicamente, a força eleitoral da UCID nesta região é quase nula, com 810 votos, num universo de 92773 votantes, nas eleições de 1995 e 1725 votos nas eleições de 2011, num universo de 165089 votantes. Esta tendência poderá ser explicada, segundo Costa (2003,) devido às distorções provocadas pelo método utilizado, o método proporcional de Hondt, que estabelece barreiras elevadas na maioria dos círculos eleitorais em Cabo Verde e o que tende a favorecer mais os grandes partidos, penalizando os pequenos partidos, aliado a dispersão dos votos dos pequenos partidos pelos círculos eleitorais.

Portanto, há uma proximidade das bases regionais eleitorais dos dois partidos, PAICV e MPD. O que significa que qualquer um dos partidos pode absorver os eleitores abstencionistas. Nestas duas regiões do país o eleitorado vem se distribuindo de forma oscilante entre os dois maiores partidos. Por sua vez, a base eleitoral da UCID é muito fraca na região de sotavento e vem crescendo concretamente no círculo eleitoral de São Vicente nas eleições de 2006 e 2011.

Em termos de bases regionais eleitorais dos partidos, a configuração das eleições legislativas de 1991 a 2011 matem-se no seu essencial constante. O PAICV e o MPD são partidos nacionais pois têm conseguido eleger deputados em todos os círculos eleitorais de todas as duas regiões.

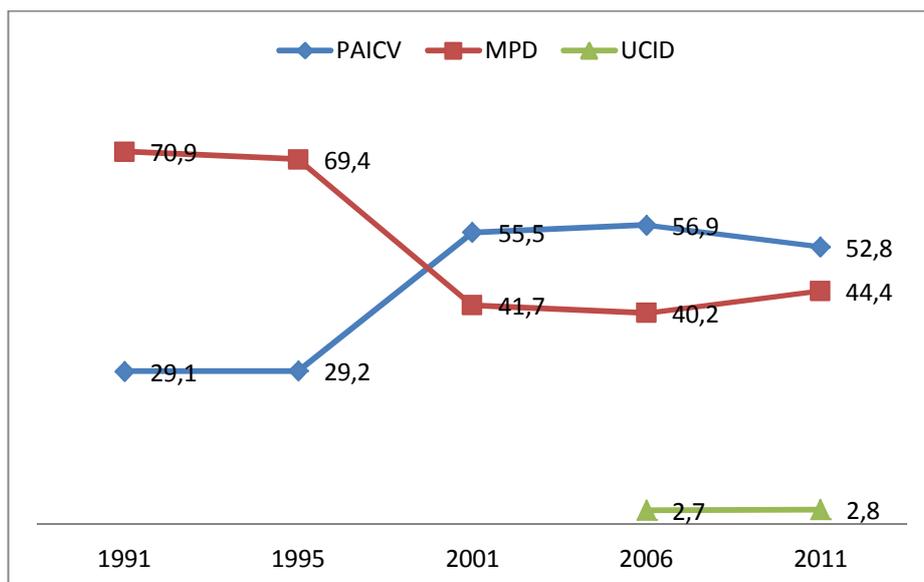
O quadro e o gráfico seguinte dão-nos conta da evolução do desempenho eleitoral a nível parlamentar dos três partidos em análise.

**Quadro 7- Número de Deputados Eleitos por partido (1991-2011)**

Partidos	1991	1995	2001	2006	2011
<b>PAICV</b>	23	21	40	41	38
<b>MPD</b>	56	50	30	29	32
<b>UCID</b>				2	2

Fonte: Baseado nos dados das eleições legislativas da CNE (1991-2011).

**Gráfico 3 - Percentagem de Deputados Eleitos por Partido (1991-2011)**



Fonte: Baseado nos dados das eleições legislativas da CNE (1991-2011).

O gráfico 3 mostra a evolução do desempenho dos três partidos nas eleições legislativas (percentagem de mandatos nas eleições de 1991, 1995, 2001, 2006 e 2011) e o quadro 7 mostra o número de mandatos obtidos por cada partido em cada uma das cinco eleições.

Analisando comparativamente os dados apresentados no quadro 7, verificamos que as cinco eleições para a Assembleia Nacional indicam uma

mudança da representação dos partidos. A maioria dos mandatos foi ganho ou perdido no conjunto do país. Globalmente, o MPD diminuiu os mandatos desde as eleições de 2001. Nas eleições de 1991, o MPD conquistou 70,9% dos mandatos e 69,4% em 1995. O sucesso eleitoral de 91 parece significar uma excepção em função de factores conjunturais, nomeadamente as primeiras eleições livres e democráticas no país. Neste ano, o triunfo numérico do partido traduziu-se na primeira oportunidade de consolidação do partido no cenário político nacional: sua actuação teve peso fundamental na Assembleia Nacional durante a aprovação da Constituição de 1992 que definiria os princípios definidores do Estado de direito democrático. Em 1995 o MPD obteve 50 mandatos e em 2001 passa para 30 mandatos. O que corresponde a uma diminuição da base representativa em 27,7 pontos percentuais e se manteve como o segundo partido em número de representantes no Parlamento.

No entanto, foram nos círculos eleitorais de maior dimensão, Praia e São Vicente, que naturalmente se fizeram sentir as maiores diferenças. Em 2001, no círculo eleitoral da Praia o MPD perde três mandatos e em São Vicente perde 4 mandatos. Em 2006, o partido perde um deputado, passando de 30 deputados para 29. O que representa 40,2% dos mandatos em disputa. Em 2011, o partido aumenta o seu grupo parlamentar, passa de 30 deputados para 32 neste período. De ressaltar que a reforma do Código Eleitoral de Fevereiro de 2011 introduziu a criação de %círculos-ilhas+em Cabo Verde, isto é, cada ilha passou a ter um único círculo eleitoral, com excepção de Santiago que ficou dividida em dois círculos, como forma de reduzir o número de pequenos círculos<sup>92</sup> e incentivar a participação política.

Na disputa pelos mandatos, em 1991, o PAICV obteve um desempenho relativamente fraco: elege apenas 23 mandatos dos 79 assentos parlamentares. As eleições de 2001 representam um avanço no desempenho eleitoral do PAICV em relação aos resultados obtidos em 91 e 95. Dos 72 mandatos em disputa, o PAICV elege 40 deputados, o que representa 55,5% dos mandatos em disputa. Sendo que os maiores ganhos por círculo ocorreram em São Vicente e na Praia, onde ganhou mais três e quatro mandatos

---

<sup>92</sup> Cabo Verde, até as eleições legislativas de 2006, possuía 85% de círculos eleitorais de baixa magnitude, combinado com um círculo de magnitude média (5%), em Santa Catarina e dois círculos e alta magnitude (10%), Praia e São Vicente (Costa, 2003, p.288).

respectivamente, em relação às eleições de 1995. Por sua vez, em 2006, obteve 56,9% dos mandatos, conforme o gráfico 2. Tendo perdido três pontos percentuais dos mandatos, em média. Nas eleições de 2011, perde dois deputados, passando de 41 deputados para 38 nas referidas eleições.

De ressaltar que os dois partidos têm partilhado os mandatos nos círculos de pequenas dimensões, nomeadamente Boa Vista, Sal, Maio e Brava, isto é, ambos têm partilhado os dois mandatos. Pelos resultados, de acordo com o quadro 7 e o gráfico 3, apenas o PAICV e o MPD podem ser considerados partidos com representação nacionalizada na Assembleia Nacional, pois têm conseguido eleger representantes em todos os círculos eleitorais.

A UCID participou de quatro eleições para a Assembleia Nacional desde a sua fundação. O número de deputados eleitos não é muito expressivo que lhe permite ter um potencial de chantagem<sup>93</sup> no sistema partidário cabo-verdiano, o que tem afectado a sua actuação na Assembleia Nacional. Na eleição de 1995 não conseguiu nenhum mandato. Nas eleições de 2001, o partido participou em coligação, sendo assim os dados são desconsiderados para análise. Nas eleições de 2006 e 2011 elegeu dois deputados num único círculo eleitoral (São Vicente), o que representa 2,7 por cento dos 72 mandatos em eleição. Em contrapartida, nos outros círculos eleitorais, nomeadamente na região de Sotavento onde predominam deputados do PAICV e do MPD, nunca elegeu nenhum deputado.

---

<sup>93</sup>Idem, nota 63.

## CAPÍTULO 5

### FINANCIAMENTO PARTIDÁRIO

Os partidos políticos em regimes democráticos são detentores do interesse público e constituem por excelência os agentes da representação política. Para cumprirem o seu papel necessitam de recursos que teoricamente provêm das quotas dos militantes, dos donativos e dos rendimentos de bens próprios. A mais importante e o mais conhecido sistema de financiamento, estabelecido em leis dos partidos políticos e códigos eleitorais dos Estados, são os subsídios do Estado como forma de garantir a igualdade de oportunidades entre os partidos políticos e muitas vezes a sua sobrevivência em democracia. Esta prática assenta no princípio de que sendo os partidos políticos portadores de interesse público é conveniente reduzir ao máximo a oportunidade de criarem dependência em relação às instituições estrangeiras e aos poderes económicos.

A obtenção e uso dos recursos financeiros pelos partidos para funcionamento e campanha eleitoral podem influenciar directamente as eleições, segundo Gutiérrez (2003, p. 19). Isto pode acontecer de duas formas: Primeiro, pode distorcer as informações que os eleitores recebem, pois os partidos e os candidatos com mais recursos têm maior acesso aos canais de comunicação. Por outro lado, supondo que as fontes de financiamento privado não estão adequadamente controladas ou os partidos não divulgam correctamente os gastos financeiros, os nomes dos doadores e os valores de suas contribuições, parece muito difícil os eleitores saberem quem são os grandes doadores e para que finalidade doaram grandes somas de dinheiro para os partidos e os candidatos. Sem essa informação, os eleitores não podem garantir que a pessoa que escolheram será o seu representante ou se eventualmente pode transformar num instrumento manipulado por grupos de interesses. Portanto, isto pode colocar em causa o acesso aos cargos electivos e afecta a competitividade dos partidos políticos ou candidatos nos pleitos eleitorais e, com isso, influir na vontade popular e na representação política.

A transparência nos processos de prestação das contas, principalmente dos recursos públicos colocados à disposição dos partidos, reflecte na

qualidade da democracia, nomeadamente nos índices de *accountability* porque sem exigência legal de prestação de contas, sem órgãos de controlo e fiscalização dos fundos públicos e das doações privadas colocado a disposição dos partidos ou candidatos gera desconfiança nos eleitores de que o dinheiro não foi usado apropriadamente e o que descredibiliza a democracia.

Apesar dos partidos modernos terem criado uma relação de dependência substancial em relação aos recursos públicos, a troca de favores a grupos privados em troca de donativos aos partidos ou o conflito entre os interesses particulares dos detentores de cargos públicos e os interesses colectivos constituem formas de financiamento partidário em democracia. No início do processo de transição democrática, a legislação cabo-verdiana previa que os partidos poderiam<sup>94</sup> receber contribuições especiais dos titulares de cargos políticos estatais remunerados.

Para Zovatto (2005), o financiamento de partidos adquiriu uma importância cada vez maior porque, afora seus pontos positivos, costuma ser associado, lamentavelmente, a escândalos de corrupção política e tráfico de influências, e requer um controlo mais eficaz e permanente dos montantes advindos do financiamento a fim de instaurar a confiança das instituições.

A forma de financiamento depende dos mecanismos legais adoptados por cada país. Geralmente existem três tipos de financiamento: financiamento público, financiamento privado e financiamento misto (público e privado). Para Almeida (2001), o financiamento público em benefício dos partidos pode ser feita de maneira directa, nomeadamente através das subvenções estatais, ou indirecta, por exemplo através das isenções fiscais e o acesso gratuito aos meios de comunicação social a favor dos partidos políticos. Geralmente existem quatro critérios básicos utilizados pelos Estados para atribuir as subvenções aos partidos políticos, que são: a todos os partidos são atribuídos o mesmo valor; cada partido recebe um valor proporcional aos votos obtidos em cada eleição; a proporcionalidade é estabelecida tendo em conta os dois critérios anteriores; o valor é atribuído tendo em conta a proporcionalidade entre os votos e os assentos parlamentares obtidos (Gutiérrez, 2003, p. 23).

---

<sup>94</sup>Art.18º, alínea b da Lei n.º 86/III/90 (in BO n.º 40, Suplemento, de 06 de Outubro de 1990).

Na literatura política existe um grande debate sobre os prós e contra o financiamento público exclusivo aos partidos políticos, conforme exposto no quadro 8.

### Quadro 8 É Financiamento Público: Principais Argumentos

Prós	Contra
Fortalece a autonomia dos partidos políticos e com isso ficam livre de influência dos grupos económicos.	O financiamento público não elimina as outras fontes de financiamento, porque nenhum governo tem a capacidade para fiscalizar eficazmente as doações partidárias.
Permite uma maior fiscalização dos fundos partidários.	Quando os partidos e os candidatos dependem exclusivamente das subvenções do estado, os partidos ficam longe dos seus militantes e simpatizantes.
Promove a competição partidária, uma vez que garante uma renda mínima a todos os partidos e candidatos.	A excessiva dependência do financiamento público coloca os partidos políticos numa situação de vulnerabilidade quando há uma crise nas finanças públicas.
Reduz a probabilidade do partido recorrer a fontes de financiamento ilegal ou a doares de má reputação. O partido ou candidato recebe um valor mínimo necessário para a sua campanha.	A transparência que propicia o financiamento público desincentiva a maior parte do financiamento privado aos partidos políticos.

Fonte: Elaborado a partir de Gutiérrez, 2003.

Portanto, para alguns autores, a competitividade das eleições e o acesso à divulgação das propostas políticas seriam mais adequados em democracia com o financiamento público para as campanhas eleitorais e assimos resultados eleitorais menos previsíveis, frente ao acesso diferenciado aos recursos para o financiamento dos partidos políticos. Quando mais público for os financiamentos partidários, mais igualitárias serão as disputas eleitorais. No

nosso entender, o financiamento público adoptado em vários países de democracia consolidada pode constituir um factor de reforço da igualdade de oportunidades entre os partidos ou candidatos e pode evitar que os partidos recorram aos financiamentos ilícitos.

O financiamento privado inclui as receitas das quotas dos militantes, as doações, produto das actividades do partido, rendimento do património e os créditos bancários. De acordo com Morris (1999), há cinco razões "virtuosas" para as pessoas ou as empresas doarem dinheiro a um candidato:

*Conhecem pessoalmente o candidato; Têm a mesma ideologia ou posições sobre determinadas políticas públicas; Desejam contribuir para a derrota do outro candidato; São militantes do partido; Desejam satisfazer o seu ego ou seja, querem se sentir próximas de uma figura pública proeminente (apud Gutiérrez, 2003, p. 27).*

A Alemanha é um dos países que adopta exclusivamente o financiamento público, enquanto a maioria dos países da América Latina (Brasil, México, Argentina) com excepção da Venezuela, adoptam o mecanismo misto de financiamento aos partidos políticos. Cabo Verde também adopta o sistema de financiamento misto.

A transparência dos recursos para o financiamento das actividades, dos partidos políticos constitui um dos fundamentos para a consolidação e estabilidade da democracia. Ao mesmo tempo que o Estado atribui anualmente subsídios aos partidos políticos, estabelece um conjunto de mecanismos de controlo e fiscalização destes mesmos meios que põe a disposição dos partidos.

Cabo Verde adoptou, desde o início do processo de democratização, o modelo misto de financiamento partidário. Este financiamento engloba quotas dos militantes, donativos de pessoas singulares e colectivas, rendimentos de bens e valores, direitos, participações e serviços próprios, empréstimos bancários e das instituições e as subvenções estatais. As subvenções estatais incluem recursos para o funcionamento dos partidos inscritos anualmente no Orçamento do Estado e para o financiamento das campanhas eleitorais.

O partido, para receber a subvenção estatal de funcionamento, terá que ter representação parlamentar. Estes recursos são distribuídos de forma proporcional ao número de votos obtidos nas últimas eleições legislativas. Isto significa que o valor a ser atribuído a cada partido dependerá do seu desempenho eleitoral. Os partidos com melhor performance eleitoral garantem a subvenção do Estado (Cabo Verde, 1999)<sup>95</sup>. Portanto, o partido político para ter acesso às subvenções estatais anuais terá que ter pelo menos um Deputado na Assembleia Nacional. O que gera uma situação de desvantagens para os pequenos partidos e coloca em causa a sua própria sobrevivência, uma vez que teoricamente o partido é excluído do governo e do parlamento. A maioria dos pequenos partidos, como PSD e PTS, tem tido dificuldades em obter um *score* eleitoral para obter representação parlamentar e conseqüentemente acesso às subvenções estatais anuais. O que prejudica o desenvolvimento das suas actividades que, sem representatividade parlamentar, podem não subsistir<sup>96</sup>.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) estabelece anualmente um valor específico para a atribuição de subsídios anuais para o funcionamento dos partidos políticos com representação parlamentar. O valor da subvenção aos partidos políticos dotado nos OGE dos últimos quatro anos tem sido substancial e representa quase 40% das transferências privadas efectuadas pelo Estado a outras entidades nos anos de 2009 e 2010, nomeadamente as organizações não-governamentais, e quase o mesmo valor no OGE de 2011, conforme se pode observar no quadro 9 e no gráfico 3.

---

<sup>95</sup> Arts. 26 e 27 da Lei n.º 102/V/99 (in BO n.º 12, I Série, 19 de Abril de 1999).

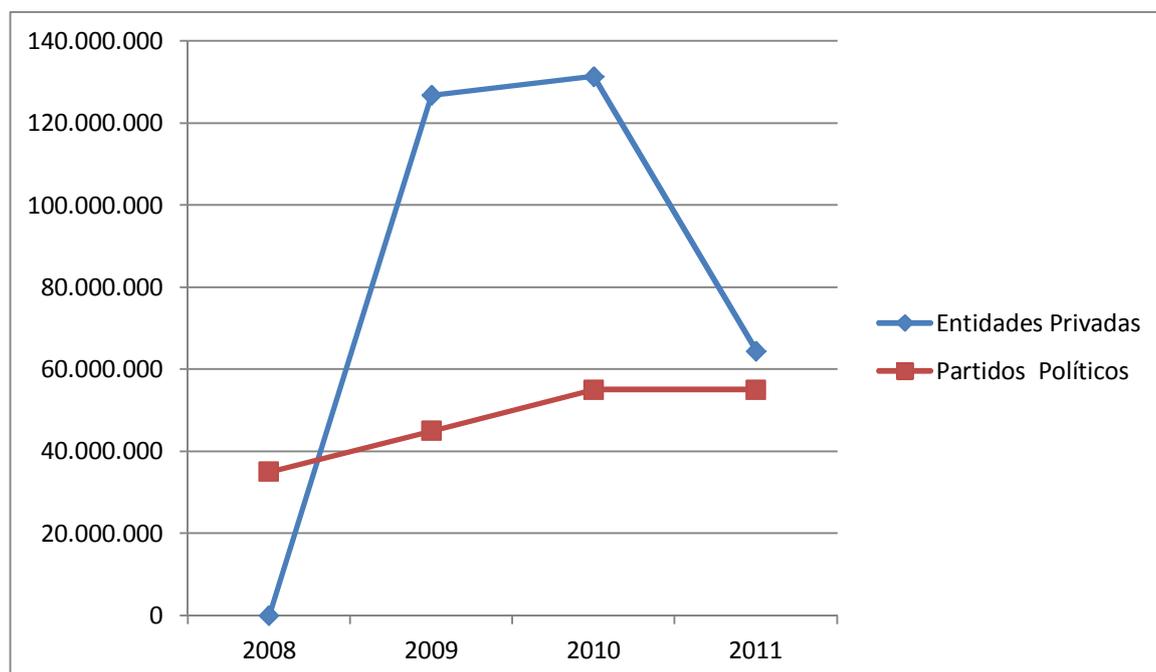
<sup>96</sup> Para Costa (2003, p 293), em Cabo Verde a baixa magnitude média em combinação com a fórmula d'Hondt contribui para a concentração eleitoral e parlamentar nos partidos grandes e para uma relativa desproporção na distribuição de cadeiras parlamentares entre os partidos, devido a altos custos eleitorais para os partidos pequenos.

### Quadro 9 - Dotação das subvenções nos OGE

Ano	Administração Privada	Partidos Políticos	Percentagem
2008	221.500.000	35.000.000	15,8%
2009	126.882.750	45.000.000	35,4%
2010	131.444.750	55.000.000	41,8%
2011	64.500.000	55.000.000	85,2%

Fonte: Baseado nos Orçamentos do Estado de 2008, 2009, 2010 e 2011.

### Gráfico 4 É Dotação das subvenções nos OGE



Fonte: Baseado nos Orçamentos do Estado de 2008, 2009, 2010 e 2011.

Em Cabo Verde o financiamento público tem encorajado os partidos a adoptarem uma estratégia de cartelização ao nível do financiamento partidário. Os partidos com representação parlamentar têm uma aproximação privilegiada

aos recursos estatais e aos meios de comunicação social. O *staff* dos grupos parlamentares na Assembleia Nacional é pago, na totalidade, por fundos estatais. Consideramos que isto faz aumentar a dependência dos partidos em relação ao Estado, enfraquece a angariação de recursos oriundos de outros meios, por exemplo através das quotas dos militantes, e condiciona a actividade dos partidos pequenos, como observa o Líder da UCID<sup>97</sup>:

*O que, efectivamente, contamos é com a subvenção do Estado que é mais ou menos 127 mil escudos por mês, dos 55 mil contos que o Estado estipula para o financiamento partidário. Para além desse valor, o que contamos é com as quotas de alguns militantes. Digo alguns porque a situação que temos leva-me, a mim e à própria comissão política, a ter alguma reserva em pressionar e exigir o pagamento das quotas porque temos o receio que estes mesmos militantes, por uma razão ou por outra, pela situação do país ou porque não têm capacidade da assunção desse compromisso, possam entregar os seus cartões e irem-se embora. Ficamos com esse receio e vamos gerindo a coisa de uma forma difícil, mas a nossa preocupação é manter o militante.*

O mecanismo de financiamento através da subvenção estatal tem sido contestado pelos partidos que têm pouca ou nenhuma representação parlamentar e fragilizado o reconhecimento da função pública dos pequenos partidos no sistema democrático. Para um dos membros fundadores da UCID, Lídio Silva,

*As associações, mal estejam juridicamente constituídas, têm meios de financiamentos assegurados pelo Estado e não só. Mas o mesmo não acontece com as formações políticas, que são as únicas organizações que contribuem, mediante mecanismos próprios, para a definição de políticas correctas para o país<sup>98</sup>.*

As subvenções estatais para o financiamento das campanhas eleitorais são estabelecidas no OGE no ano em que deva haver eleições e consiste na

---

<sup>97</sup> Idem, nota 64.

<sup>98</sup> Financiamento dos partidos volta à ribalta, in A Semana, 1 de Agosto de 2003.

atribuição de setecentos e cinquenta escudos por cada voto válido para as eleições legislativas e presidenciais, e quinhentos escudos para as eleições autárquicas (Código Eleitoral, 1999).

O modelo vigente de financiamento das campanhas eleitorais tende a concentrar maior acesso aos recursos financeiros públicos nos partidos mais estruturados e com maior representatividade no parlamento. Ou seja, quanto maior o número de votos obtidos pelo partido, maior o volume de recursos financeiros a receber do Estado. O que tende a corroborar com o facto de que a legislação vigente privilegia os partidos maiores com um maior volume de recursos públicos destinados ao financiamento de campanha, os partidos com pouca ou sem representação tende a ficar de fora (total ou parcialmente) das subvenções estatais para as campanhas.

Podemos perceber, ao analisarmos o Quadro 10, que o MPD e o PAICV respectivamente receberam a maior parcela da subvenção estatal, tendo em conta o número de votos recebidos nas duas eleições. Ao compararmos a subvenção estatal recebida pelos dois partidos, este valor não ultrapassa os 10% da subvenção estatal adquirida por todas as outras formações partidárias, incluindo a subvenção da UCID.

### Quadro 10 - Subvenções Recebidas pelos Partidos (2001-2006)

Partidos	2001			2006			
	Votos	Subvenção Estatal	%	Partidos	Votos	Subvenção Estatal	%
<b>PAICV</b>	67860	27.144.000.00	49,5%	<b>PAICV</b>	74.910	35.595.600.00	52,3%
<b>MPD</b>	55586	22.234.400.00	40,5%	<b>MPD</b>	88.989	29.964.000.00	44%
<b>ADM<sup>99</sup></b>	8389	3.355.600.00	6,1%	<b>UCID</b>	4.495	1.798.000,0	2,6%
<b>PRD</b>	4630	1.852.000.00	3,4%	<b>PRD</b>	1.097	438.800,0	0,6%
<b>PSD</b>	620	248.000.00	0,5%	<b>PSD</b>	672	268.800,0	0,4%

Fonte: Baseado nas contas eleitorais da CNE de 2001 e 2006.

A tendência para a concentração de votos nos partidos maiores e mais bem estruturados influencia, no nosso entender, directamente os mecanismos de financiamento de campanha eleitoral existentes em Cabo Verde. Quanto maior for o partido, maior será o acesso aos recursos, tanto públicos quanto privados. Isto significa que o sucesso eleitoral está também directamente relacionado com os recursos disponíveis. Os partidos sem representação estão em desvantagem na competição eleitoral e têm menor acesso aos financiadores privados que geralmente se limitam a financiar os candidatos e/ou partidos que possuem maior probabilidade de sucesso nas eleições.

Como se pode observar no Quadro 11, os maiores partidos tendem a aceder a maiores empréstimos bancários para o financiamento das campanhas eleitorais. De ressaltar que os empréstimos não podem exceder os 50% do montante global da subvenção estatal prevista para as eleições em causa.

<sup>99</sup>Aliança Democrática para a Mudança (coligação entre a UCID, PCD e PTS).

### Quadro 11 - Acesso aos Empréstimos Bancários (2001-2006)

Partidos	2001		2006		
	Valor absoluto	Percentagem	Partidos	Valor absoluto	Percentagem
<b>PAICV</b>	32.000.000.00	31,3%	<b>PAICV</b>	35.000.000.00	32%
<b>MPD</b>	35.000.000.00	34,3%	<b>MPD</b>	16.425.246.00	15%
<b>ADM</b>	15.000.000.00	14,7%	<b>UCID</b>	1.200.000.00	1%
<b>PRD</b>	20.000.000.00	19,6%	<b>PRD</b>	-----	-----
<b>PSD</b>	-----	-----	<b>PSD</b>	750.000.00	1%
<b>Total</b>	102.000.000.00		<b>Total</b>	53.375.246.00	

Fonte: Baseado nas contas eleitorais da CNE de 2001 e 2006.

Podemos verificar, através das campanhas eleitorais de 2001 e 2006, que os maiores partidos (PAICV e MPD) possuem maiores recursos. Verificando o valor das despesas, quadro 12, a despesa da UCID tem rondado por volta dos 10% do valor total das despesas dos dois maiores partidos. Verificamos também que as despesas do MPD e do PAICV representam, nas duas eleições em análise, duas vezes mais a subvenção a receber do Estado.

## Quadro 12 - Despesas de Campanhas Eleitorais (2001-2006)

Partidos	2001		2006		
	Despesas	Percentagem	Partidos	Despesas	Percentagem
<b>PAICV</b>	67.127.852.20	33,1%	<b>PAICV</b>	53.631.777.00	49,8%
<b>MPD</b>	90.766.502.00	44,8%	<b>MPD</b>	50.124.537.00	46,6%
<b>ADM</b>	18.702.775.00	9,2%	<b>UCID</b>	3.029.901.00	2,8%
<b>PRD</b>	25.741.957.80	12,7%	<b>PRD</b>	-----	-----
<b>PSD</b>	489.497.00	0,2%	<b>PSD</b>	834.865.00	0,8%
<b>Total</b>	202.822.584.00		<b>Total</b>	107.621.080.00	

Fonte: Baseado nas contas eleitorais da CNE de 2001 e 2006.

Existe igualmente um aumento das receitas dos partidos na generalidade, tendo em conta as contas eleitorais de 2001 e 2006. O total de fundos públicos que os partidos receberam, a nível nacional, corresponde a mais de metade do montante que obtiveram através de todas as outras fontes juntas, conforme demonstra o quadro 13. O que se depreende que o Estado tem uma importância crescente e importante no funcionamento dos partidos políticos em Cabo Verde.

### Quadro 13 Receitas de Campanhas Eleitorais (2001-2006)

Partidos	2001		Partidos	2006	
	Subvenção Estatal	Receitas de Campanhas		Subvenção Estatal	Receitas de Campanha
<b>PAICV</b>	27.144.000.00	41.370.000.00	<b>PAICV</b>	35.595.600.00	53.631.777.00
<b>MPD</b>	22.234.400.00	46.520.500.00	<b>MPD</b>	29.964.000.00	52.106.356.00
<b>ADM<sup>100</sup></b>	3.355.600.00	18.738.793.00	<b>UCID</b>	1.798.000.00	3.029.901.50
<b>PRD</b>	1.852.000.00	24.015.114	<b>PRD</b>	438.800.00	-----
<b>PSD</b>	248.000.00	566.500	<b>PSD</b>	268.800.00	834.865.00

Fonte: Baseado nas contas eleitorais da CNE de 2001 e 2006.

Além das subvenções estatais, outros mecanismos de financiamento adoptados em Cabo Verde são as doações das entidades privadas ou colectivas. Neste caso, as doações podem ser feitas directamente aos partidos, desde que tenham identificação e origem dos recursos, de modo a se tornar possível a contabilização e fiscalização desses valores. Também é facultado a qualquer eleitor realizar gastos com partidos ou candidaturas específicas até o limite equivalente a 500.000\$00. Acima deste valor só pode ser via moeda escritural.

As doações das pessoas colectivas não podem ultrapassar 10% do total anual das receitas dos partidos. Além da permissividade para a arrecadação directa por parte dos partidos, é permitida, também, a comercialização de bens e/ou serviços que se vinculem directamente com a campanha eleitoral<sup>101</sup>.

Um outro aspecto que merece atenção no financiamento das campanhas eleitorais em Cabo Verde é a permissão de contribuições provenientes de outros partidos políticos nacionais. Esta característica indica

<sup>101</sup>Arts. 23º e 24º da Lei n.º 102/V/99 (in BO n.º 12, I Série, 19 de Abril de 1999).

que tal condição pode beneficiar os candidatos com maior acesso a recursos e poderá permitir a transferência de recursos provenientes de partidos políticos menos expressivos, com o propósito de fragilizar um concorrente directo a cargo electivo e aumentar o sucesso eleitoral.

O financiamento do Estado para as campanhas eleitorais, para além das formas directas (subvenções estatais), engloba também as formas indirectas de financiamento público, nomeadamente o acesso gratuito à rádio e à TV, acesso a edifícios públicos, isenção de tarifas postais para material de propaganda eleitoral e espaços especiais para afixação de material de propaganda (Código Eleitoral, 1995)<sup>102</sup>.

Para as eleições legislativas, a lei estabelece que a rádio e a televisão públicas ou privadas devem disponibilizar espaço para a propaganda eleitoral gratuita, sessenta e vinte minutos respectivamente, distribuída de forma equitativa pelos partidos concorrentes. A limitação desta legislação é que o partido deve concorrer, no mínimo, em cinco círculos eleitorais. Assim, o partido com pouco apoio social depara aqui uma limitação, uma vez que o acesso aos meios de comunicação social durante as campanhas eleitorais é garantido apenas aos partidos com um mínimo de apoio social.

A legislação sobre o financiamento eleitoral não estabelece a questão sobre os excedentes de recursos no financiamento das campanhas eleitorais, como acontece em alguns países. O Brasil, por exemplo, prevê que se houver sobras de recursos, estas terão que constar nas contas anuais dos partidos e são posteriormente transferidas aos partidos políticos ou coligações. Estes recursos devem ser utilizados pelos partidos políticos na educação e formação política dos militantes e depois comprovados na prestação de contas anual dos partidos (d`Almeida, 2001).

Em outros países, como os Estados Unidos, Portugal e Espanha, há uma legislação específica sobre o financiamento político. Em Cabo Verde, pelo contrário, é a lei dos partidos políticos e o código eleitoral que estabelecem os mecanismos de financiamento partidário, os limites para os gastos e contribuições nas campanhas eleitorais para os partidos e os candidatos, os mecanismos de prestação de contas e as formas de sua publicidade. Sendo

---

<sup>102</sup>Cf. Código Eleitoral, revisto em 1999, arts. 90, 94, 102 e 103.

recursos públicos, os cidadãos terão de saber como estes foram gastos pelas instituições partidárias. Cabo Verde adoptou a exigência legal da prestação de contas, quer para o funcionamento dos partidos políticos quer para o financiamento das campanhas eleitorais dos partidos. Em relação às contas de funcionamento dos partidos, a Lei dos Partidos Políticos de 1999 estabelece que:

*Até 30 de Março de cada ano, os partidos políticos são obrigados a enviar ao Tribunal de Contas as suas contas para efeito de apreciação (õ ) O Tribunal de Contas aprecia, no prazo de 90 dias, a legalidade das receitas e despesas e a regularidade das contas dos partidos políticos. As contas, acompanhadas da decisão do Tribunal de Contas, são mandadas publicar, por este, a expensas dos partidos, no Boletim Oficial e em pelo menos um dos jornais mais lidos do país (Cabo Verde, 1999)<sup>103</sup>.*

O processo de análise, julgamento e divulgação das contas e a consequente transparência na actividade dos partidos políticos tem-se revelado problemático em Cabo Verde. Apesar do Tribunal de Contas ser entidade responsável pela apreciação das contas de funcionamento dos partidos, estas até agora não foram alvos de qualquer tipo de publicação. A divulgação das contas de gestão corrente dos partidos políticos imprimiria transparência na actividade partidária e reforçaria a função e a finalidade dos partidos, enquanto representantes da vontade popular, e contribuiria para a qualidade da democracia.

Em termos de transparência das contas, há um debate público sobre a precariedade no processo de transparência nas contas dos partidos. Em Maio de 2009, apenas o MPD havia apresentado as contas de 1999 a 2007. Quanto ao PAICV as suas únicas contas datavam de 2001; e a UCID de 2006.

Para o então secretário-geral do PAICV, Basílio Ramos, o incumprimento devia-se à desorganização nas estruturas do partido: ~~M~~Mudámos várias vezes de secretário-geral ao longo destes anos e houve quase que uma

---

<sup>103</sup>Art. 34º da Lei n.º 102/V/99 (BO n.º 12, I Série, 19 de Abril de 1999).

situação de descaso em relação ao Tribunal de Contas. No entanto, por norma, aprovamos todos os anos as nossas contas a nível do Conselho Nacional, apenas faltou mandá-las para o TC+.

O Líder da UCID alegava que só apresentou as contas a partir de 2006 porque foi nesta altura que começou a receber subvenções estatais: %Do nosso ponto de vista, não estando antes no Parlamento, não fazia sentido cumprir esse requisito legal junto do Tribunal de Contas. Entendemos que o TC apenas controla o dinheiro público que os partidos recebem do Estado+<sup>104</sup>.

Só a partir das eleições de 2001, dez anos depois do início do processo de democratização do país, é que as contas das campanhas eleitorais começaram a ser apreciadas pela CNE e publicadas no Boletim Oficial, o que demonstra a fragilidade no processo de prestação de contas. A fiscalização e a auditoria dos recursos públicos e privados de funcionamento dos partidos é feita pelo Tribunal de Contas, enquanto a fiscalização e a auditoria dos gastos dos partidos com a campanha eleitoral cabem à Comissão Nacional de Eleições. Em Maio de 2005, altura da publicação das contas das eleições autárquicas de 2004, o então Presidente da CNE, Bartolomeu Varela, admitia que:

*De um modo geral, cada candidatura apresenta as contas como achar melhor. O Código Eleitoral estabelece princípios em que se devem basear essas contas, mas não apresenta um modelo standart para todos, daí a profusão de métodos que se verifica, actualmente<sup>105</sup>.*

Os mecanismos de controlo, responsabilização e publicidade das contas (*accountability* horizontal) dos partidos em Cabo Verde e suas respectivas sanções a adoptar ainda são frágeis, apesar da Lei dos Partidos Políticos prever sanções caso o partido não cumprir a obrigação de apresentação das contas. Entre as penalizações estabelecidas na lei, destacam-se a suspensão da subvenção do Estado, a suspensão das isenções dos impostos e dos benefícios como, por exemplo, a possibilidade do partido

---

<sup>104</sup> Partidos sem contas em dia, in A Semana, 8 de Maio de 2009.

<sup>105</sup> CNE apresenta contas autárquicas, in A Semana, 13 de Maio de 2005.

utilizar as instalações do Estado e dos municípios para a realização de reuniões dos órgãos de âmbito nacional. Além disso, os administradores eleitorais<sup>106</sup>, figuras centrais do financiamento da campanha eleitoral, que falseiem ou não apresentem as contas de campanha eleitoral, podem sofrer coimas que variam entre duzentos mil e cinco milhões de escudos<sup>107</sup>.

Contudo, o Tribunal de Contas, segundo o seu Presidente, José Carlos Delgado, não tem aplicado até então a nenhum partido político qualquer tipo de penalização. Em vez disso, tem feito um trabalho pedagógico se compreendemos, e até aceitamos as justificações dessas entidades, não podemos ignorar o que se passa com os partidos políticos, sob pena de termos de aplicar dois pesos e duas medidas<sup>108</sup>.

A dimensão e o formato dos subsídios estatais impelem a generalidade dos partidos cabo-verdianos a se transformarem em organizações estatais.

---

<sup>106</sup> O administrador eleitoral é o responsável pela recolha dos fundos, pela contabilidade das receitas e despesas, pela movimentação da conta de campanha e pela apresentação das contas eleitorais (Código Eleitoral, 1999).

<sup>107</sup> Lei n.º 102/V/99 (in, BO n.º 12, I Série, 19 de Abril de 1999).

<sup>108</sup> Idem, nota 105.

## CAPÍTULO 6

### A DEMOCRACIA INTERNA NOS PARTIDOS POLÍTICOS

Enquanto instituições políticas de representação política, os partidos políticos geralmente traduzem as suas orientações políticas nos programas políticos e nas plataformas eleitorais que orientam a sua actuação e estratégias políticas no sistema político. Para analisar o grau de democracia interna dos partidos políticos cabo-verdianos, recorreremos a alguns documentos internos, designadamente os programas políticos, as plataformas eleitorais e os estatutos<sup>109</sup>.

Para aferir à adesão aos princípios e aos procedimentos democráticos, do ponto de vista programático, os indicadores utilizados para análise foram as seguintes: posição face à democracia política, social e económica; importância reconhecida aos partidos políticos no funcionamento democrático, poder local e descentralização e a proximidade do partido aos cidadãos e eleitores. Na análise dos estatutos, os indicadores para a análise são: posição dos militantes na tomada de decisão, papel dos militantes na eleição para os órgãos do partido, sistema eleitoral, processo de recrutamento político e o papel dos cidadãos independentes na vida interna do partido.

O primeiro aspecto que referiremos são as propostas programáticas dos três partidos políticos em análise. Do ponto de vista programático, os partidos políticos em Cabo Verde apresentam propostas políticas abrangentes e amplas, o que não nos permite evidenciar grandes discrepâncias nos quadros político-filosófico nas propostas apresentadas. Entendemos que isto advém da sua natureza *catch all*, a propaganda política não se dirige a um grupo social específico e explica a moderação e indefinição dos programas políticos. Entretanto, se o MPD entende que o desenvolvimento económico via iniciativa privada é a única forma para criar uma política redistributiva e a justiça social, o

---

<sup>109</sup>Aqui utilizamos as plataformas eleitorais apresentadas pelos partidos políticos para as eleições legislativas de 2011 e o último estatuto. Quanto aos programas políticos, para o MPD, cingimo-nos ao Programa Político de 1990 e à Moção de Estratégia de 1997; para o PAICV, analisámos a Declaração Política de 1991 e a Declaração de Princípios de 2003; e para a UCID, usámos o Programa Político de 2005.

PAICV, por seu lado, defende que a economia do mercado deverá promover a iniciativa privada etambém deve ser bem regulada para permitir a participação de todos. A UCID elege a economia de mercado orientada na ecologia e a livre iniciativa como fundamento da democracia económica.

Percepcionamos uma visão pluralista da democracia e a defesa das liberdades, igualdades e direitos dos cidadãos em todos os programas políticos e plataformas eleitorais dos três partidos políticos em análise.

**Quadro 14 - Ideário político-filosófico do MPD sob a perspectiva programática.**

<p>Democracia Política</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Defende a democracia política e pluralista como condição essencial para o desenvolvimento do País e como único regime que garante a liberdade e a dignidade humana;</li> <li>• Identifica a igualdade de oportunidades como o garante da democracia;</li> <li>• Acusa a partidarização da Administração Pública de melindrar o Estado de direito democrático e propõe estabelecer limites claros para os cargos públicos;</li> <li>• Recomenda uma atitude pro-constituição;</li> <li>• Defende a necessidade de desgovernamentalizar os órgãos de comunicação social do Estado para dar igual acesso a todos os partidos e forças sociais;</li> <li>• Preconiza a criação de uma entidade reguladora independente e de um Instituto Público de Comunicação Social;</li> <li>• Propõe reforçar o poder de fiscalização da Assembleia Nacional e criar audiências prévias no Parlamento para todos os cidadãos indicados para órgãos públicos de relevância para o país e políticas de boa cidadania nas escolas como meio de formação e de indução de comportamentos de boa cidadania.</li> </ul>
<p>Democracia Social</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considera que para combater o triângulo das vulnerabilidades sociais (desemprego/pobreza/desequilíbrio social) o Estado deverá dar iguais oportunidades a todos, por exemplo na educação e assistência social, que constituem obrigações para a construção de uma sociedade equilibrada;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Defende uma economia social através de programas de formação profissional, alargar o sistema de protecção social e uma educação promotora do empreendedorismo jovem que combate a pobreza;</li> <li>• Propõe a cultura na geração de riqueza económica que represente pelo menos 1% do PIB, através de pequenas e médias empresas culturais nacionais que possam associar a criatividade à geração de empregos, receitas e bem-estar.</li> </ul>
Democracia Económica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entende que o desenvolvimento económico pela iniciativa privada e pela liberdade criativa permitirá criar uma política redistributiva e a justiça social;</li> <li>• O modelo económico proposto assenta no fomento do capital humano social e institucional, na melhoria do ambiente de negócios, na competitividade, nas exportações, na criação de parques científicos e tecnológicos, na redução da carga contributiva para a segurança social, modernização do Código de Trabalho, na convergência com a União Europeia e na criação da Sociedade Nacional de Crédito e Investimento ao Desenvolvimento (SOCID).</li> </ul>
Importância reconhecida aos partidos políticos no funcionamento democrático	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identifica a liberdade de associação em partidos políticos, o pluripartidarismo e a oposição como factores indispensáveis à democracia e a ela inerentes.</li> </ul>
Poder Local e Descentralização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Defende a regionalização da administração do território e a descentralização de competências do poder central para o poder local com a criação de autarquias supra-municipais e regionais e a alteração do sistema eleitoral autárquico, para aumentar a governabilidade dos executivos e melhorar as competências.</li> </ul>
Proximidade do partido aos cidadãos e Eleitores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revela o desejo de promover a autonomia dos cidadãos e de aprofundar a comunicação do partido com a sociedade civil.</li> </ul>

Fonte: Baseado no Programa Político de 1990, Moção de Estratégia de 1997 e no Manifesto Eleitoral das Legislativas de 2011.

Assim como o PAICV e a UCID, o ideário filosófico-político do MPD é concebido com propostas programáticas amplas e gerais sobre a democracia política, económica e social, como mostra o quadro 14. O MPD surge num período de grandes transformações a nível internacional. Por exemplo, no período da terceira onda de democratização e a queda dos regimes autoritários. Com base em valores da liberdade, da igualdade de oportunidades e da solidariedade, concebe a democracia como condição essencial para o desenvolvimento do país que deverá ser realizada num plano global.

Em relação à democracia económica, sobressai na análise dos pressupostos do partido a rejeição do sistema de economia estatizada e o liberalismo clássico, optando por um sistema de democracia económica em que coexistem e actuem em condições de igualdade e concorrência os agentes económicos privados nacionais e internacionais como parceiros estratégicos na implementação do modelo económico proposto, configurando um modelo programático do centro direita. Os partidos políticos são os fomentadores da democratização do sistema político para o MPD.

Conforme exposto no quadro 14, o MPD advoga um Estado mais próximo das comunidades locais através da descentralização e desconcertação do poder local e a mudança do sistema eleitoral vigente, embora não indique que alterações seriam levadas a cabo no sistema eleitoral local para a qualidade democrática a nível das comunidades locais. Por outro lado, no que diz respeito à proximidade do partido com a sociedade civil, revela a sua intenção de integrar no seu sistema organizativo grupos sociais de jovens, mulheres e homens da cultura na sua estrutura partidária de modo a abrir o partido à sociedade civil.

**Quadro 15 - Ideário político-filosófico do PAICV sob a perspectiva programática.**

<p>Democracia Política</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Defende os direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o aprofundamento e a intensificação da democracia política;</li> <li>• Privilegia a esquerda democrática e moderna e assume as tradições humanistas e a dignificação da pessoa humana como razão essencial da acção política;</li> <li>• Sublinha que a democracia pluralista é a única forma de regime político em que os defensores do socialismo democrático se reconhecem;</li> <li>• Propõe a reforma do Estado que garanta a eficiência e eficácia dos serviços públicos, apostando no <i>e-gov</i>.</li> </ul>
<p>Democracia Social</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considera o partido da justiça social e da solidariedade;</li> <li>• Defende os princípios da democracia social e preconiza a construção de um Estado de bem-estar social que combata a pobreza e promova o bem-estar social com destaque para os serviços básicos e as áreas sociais, educativas e culturais.</li> <li>• Preconiza a paridade de género em todas as esferas, nomeadamente a nível das lideranças;</li> <li>• Preconiza a implementação do salário mínimo;</li> <li>• Defende o empreendedorismo juvenil com pequenas e médias empresas através de incentivos fiscais e a criação do Fundo de Apoio a Pequenos Negócios;</li> <li>• Defende o Estado como impulsionador e facilitador da dinâmica cultural.</li> </ul>
<p>Democracia Económica</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Defende uma economia de bem-estar, aberta à pluralidade das iniciativas e formas económicas privadas, públicas e sociais em que a regulação é feita pelo mercado e por instituições públicas adequadas;</li> <li>• Preconiza a construção de um sector privado forte e competitivo enquanto motor da economia cabo-verdiana e assume as parcerias privadas e público;</li> <li>• O modelo económico assenta na simplificação da política fiscal,</li> </ul>

	redução dos impostos e melhoria dos mecanismos e instrumentos de apoio ao desenvolvimento do investimento privado interno e externo e nos <i>clusters approach</i> .
Importância dos partidos políticos no funcionamento democrático	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem referência nos documentos consultados.</li> </ul>
Poder Local e Descentralização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aposta na descentralização, como fundamento da democracia e dos Estados modernos, através do reforço e modernização da administração municipal, com ênfase na problemática da gestão das cidades e qualificação urbana;</li> <li>• Sugere a descentralização como forma de envolver os cidadãos nos processos decisórios da administração local;</li> <li>• Recomenda audiências e concertações políticas que se mostrarem necessárias à concretização da institucionalização das regiões administrativas.</li> </ul>
Proximidade do partido aos cidadãos e Eleitores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O partido autodefine-se como uma escola de cidadania, aberta à participação e dinâmica da sociedade civil;</li> <li>• Recomenda a participação de cidadãos independentes que comungam dos seus ideais e princípios nas soluções de governação.</li> </ul>

Fonte: Baseado na Declaração Política de 1991, Declaração de Princípios de 2003 e na Plataforma das Eleições Legislativas de 2011.

O PAICV defende o aprofundamento da democracia, assim como os outros dois partidos, através da descentralização como meio de estimular a participação política dos cidadãos. Também, assim como o MPD, considera-se protagonista da democratização do sistema político e sugere maior participação política dos cidadãos, mas nenhum dos partidos concebe uma democracia participativa alicerçada na democracia directa. Por outro lado, o PAICV concebe o socialismo da esquerda democrática alargada à democracia política, social e económica, e estabelece que:

*O PAICV defenderá sempre a igualdade de oportunidade social, económica e cultural como condição essencial para assegurar a diversidade individual e o progresso social, bem como a afirmação de uma sociedade solidária assente em valores universais de liberdade e justiça (PAICV, 2011, p.5).*

Quanto à proximidade do partido aos cidadãos e eleitores, considera importante a abertura do partido aos independentes, como um dos pressupostos do funcionamento e organização, desde que comungam o quadro político e filosófico do partido.

**Quadro 16 - Ideário político-filosófico da UCID sob a perspectiva programática.**

<p>Democracia Política</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Define-se como Partido Democrata Cristão que quer ser guiado pelos princípios do Evangelho;</li> <li>• Reconhece os direitos, liberdades e garantias dos caboverdianos como valores fundamentais à preservação da autonomia pessoal, bem como à participação política e cívica, pluralismo das ideias e das correntes políticas;</li> <li>• Propõe alargar o campo da democracia ao eleger o homem e o social como paradigmas da intervenção política.</li> </ul>
<p>Democracia Social</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identifica a família como suporte da sociedade, sendo que todas as medidas sociais e de solidariedade, nos domínios da saúde, do ensino, da segurança social e da habitação devem ser dirigidas para o seu fortalecimento e valorização, com destaque particular para a importância e a dignidade da mulher e para os direitos da criança;</li> <li>• Reconhece no direito ao trabalho a condição essencial à democracia e ao desenvolvimento;</li> <li>• Defende a contribuição obrigatória a todo e qualquer tipo de relação laboral, a instituição do salário mínimo e a necessidade de um novo Código de Processo de Trabalho;</li> <li>• Defende a criação do Estatuto do Artista e a revisão da Lei do Mecenato.</li> </ul>

Democracia Económica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sugere uma economia do mercado orientada na ecologia com a empresialização das áreas protegidas;</li> <li>• Preconiza a livre iniciativa caracterizadora de uma economia aberta de mercado;</li> <li>• Propõe um modelo económico baseado no crescimento das exportações e internacionalização directa das empresas;</li> <li>• Propõe a redução do IUR como factor de capitalização e competitividade das empresas.</li> </ul>
Importância dos partidos políticos no funcionamento democrático	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem referência nos documentos consultados.</li> </ul>
Poder Local e Descentralização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preconiza a autonomia das autarquias para estimular o crescimento equilibrado do país.</li> </ul>
Proximidade do partido aos cidadãos e Eleitores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identifica-se como um partido dialogante, aberto à pluralidade de opiniões e à sociedade civil.</li> </ul>

Fonte: Baseado no Programa Político de 2005 e na Plataforma das Eleições Legislativas de 2011.

A UCID se autodefine como um partido democrata cristão que se quer ver governado pelos princípios do evangelho como justiça, solidariedade e responsabilidade, assumindo assim o ideário da democracia cristã. Assim,

*A UCID deseja ser guiada pelo evangelho. Isso oferece-nos uma perspectiva que transcende a razão (õ) os cristãos democratas rejeitam qualquer filosofia que considera o homem como sendo um individuo relaxado, ou uma filosofia que, devido aos seus ideais, destrua a confiança entre as pessoas (UCID, 2005, p.3).*

Contudo, não conseguimos vislumbrar nos documentos em análise os contornos da institucionalização da democracia cristã que este refere.

Assemelha-se ao MPD e o PAICV. Pois também defende a promoção dos valores democráticos e a abertura à sociedade civil. Também preconiza uma economia ecológica, através da empresialização das áreas protegidas. Contudo, não especifica nos documentos analisados os meandros desta proposta ecológica.

Os partidos políticos no seu ideário filosófico apelam aos valores da democracia económica, social e política como forma de aprofundamento da democracia através de proposições amplas e muitas vezes vagas. Por outro lado, todos os partidos fazem apelo a maior e melhor participação política dos cidadãos. Os mecanismos de efectivação desta participação são encarados com contenção em todos os documentos consultados dos partidos políticos.

Os partidos políticos ora analisados em termos organizativos reflectem a adopção dos princípios constitucionais, conforme prevê a Constituição de Cabo Verde de 1992:

*Os partidos políticos regem-se por princípios de organização e expressão democráticas, devendo a aprovação dos respectivos programas e estatutos e a eleição periódica dos titulares dos órgãos nacionais de direcção serem feitas directamente pelos filiados ou por uma assembleia representativa deles<sup>110</sup>.*

O MPD, o PAICV e a UCID em vários artigos dos seus estatutos atribuem como parâmetros fundamentais de funcionamento interno os princípios de democracia interna, conforme é apresentado no quadro 17, apesar da supremacia da elite dirigente no processo de tomada das decisões dos partidos e no recrutamento para a representação política seja evidente.

---

<sup>110</sup> Cf. Constituição de Cabo Verde, revisto em 2010, art. 58.

**Quadro 17 - Democraticidade do funcionamento dos partidos políticos cabo-verdianos segundo os estatutos**

Indicadores	MPD	PAICV	UCID
<b>Papel dos militantes nas decisões do partido</b>	Afirma que os militantes podem participar em quaisquer actividades do partido, promover a discussão interna sobre a vida e a actuação do partido. Além de outras competências, é a Convenção Nacional, composta pelos delegados, que compete aprovar e modificar o programa político e os estatutos, definir a orientação política geral do MPD. Por outro lado, quem toma as decisões políticas de natureza estratégica é a direcção nacional relativamente às matérias eleitorais, posicionamento político e actuação global do partido (art. 9º, 18º e 23º).	Afirma que os militantes podem participar nas reuniões da estrutura a que pertencem e nas demais actividades do partido, fazer propostas e defender livremente a sua opinião, mas compete exclusivamente ao congresso, através dos delegados, aprovar e rever os estatutos e o programa do partido, discutir e aprovar moções de estratégia. Cabe ao Conselho Nacional, órgão dirigente, orientar superiormente a actividade geral do partido, definir a política autárquica. Quaisquer decisões políticas ou estratégias podem ser submetidas a referendo dos membros. (art. 19º, 40º, 48º e 114º)	Afirma que todos os militantes devem participar nas actividades do partido, como reuniões das assembleias das estruturas e dos órgãos a que pertencem, mas cabe ao congresso nacional, representado pelos delegados, definir a estratégia política do partido e deliberar sobre qualquer assunto de interesse da UCID. O Conselho Nacional constitui o órgão responsável pelo desenvolvimento e execução da estratégia política do partido. As grandes opções políticas e estratégicas podem ser sujeitas a referendo dos membros. (art. 6º, 13º, 17º e 49º).
<b>Posição dos militantes na eleição para os órgãos do partido.</b>	Declara que todos os militantes têm direito de eleger e ser eleito para os órgãos do partido, verificados os requisitos de capacidade eleitoral activa e passiva. Só	Declara que todos os militantes têm o direito de eleger e ser eleito. Contudo, exige-se um mínimo de três meses de filiação para se ter a	Declara que um dos direitos dos militantes é eleger e ser eleito para os órgãos do partido. A capacidade eleitoral activa e passiva

	<p>se pode candidatar aos órgãos o militante que tenha as suas quotas em dia. As candidaturas aos órgãos colegiais são apresentadas por listas completas propostas por, pelo menos, um décimo do colégio eleitoral e acompanhadas de declaração de aceitação pelos candidatos (art. 9º, 27º e 84º).</p>	<p>capacidade eleitoral passiva. As propostas para a eleição dos órgãos do partido são apresentadas por um mínimo de 5% dos membros do órgão competente em listas completas (art. 19º, 30º e 31º).</p>	<p>dependerá do pagamento actualizado das quotas. As candidaturas para os órgãos nacionais são apresentadas por no mínimo vinte militantes e para os órgãos das zonas por dez militantes (art. 6º, 17º e 55º).</p>
<p><b>Sistema de votação para os órgãos do partido.</b></p>	<p>O Presidente do partido é eleito directamente pelos militantes através do voto secreto. Os delegados à Convenção Nacional, a Direcção Nacional e o Conselho de Jurisdição são eleitos pelo Método proporcional d'Hondt, enquanto a Comissão Política, as Comissões coordenadoras de estruturas de base, as comissões políticas especiais e as mesas dos órgãos colegiais são eleitas pelo método maioritário de uma volta (arts. 33º e 83º).</p>	<p>O Presidente do partido é eleito por sufrágio universal, directo e secreto. Os órgãos colegiais, como o Congresso, o Conselho Nacional e a Comissão Política, são eleitos pelo método proporcional, enquanto a Comissão Permanente, o Secretariado Geral e respectivo Secretário-geral são eleitos através do método maioritário (arts. 32º e 33º).</p>	<p>O Presidente, os órgãos nacionais e regionais do partido são eleitos por representação maioritária (art. 55º).</p>

<p><b>Processo de recrutamento político</b></p>	<p>Cabe à Comissão Política Nacional elaborar as listas de candidatos às eleições legislativas, com a colaboração dos militantes. A lista de candidatos às eleições autárquicas é proposta pela comissão política concelhia, depois de ouvida a Assembleia Concelhia (arts. 27º, 55º e 65º).</p>	<p>Cabe à Comissão Política Nacional designar os membros para os cargos políticos, sob proposta da comissão política regional. Também a assembleia regional dá parecer sobre as candidaturas à Assembleia Nacional. A comissão política regional aprova as listas das candidaturas aos órgãos das autarquias locais, sob proposta do conselho do sector (arts. 55º, 67º e 71º).</p>	<p>Cabe à Comissão Política Nacional apresentar as propostas dos candidatos a Presidente da República, a Primeiro-ministro e as listas dos candidatos à Assembleia Nacional. As listas para as autarquias locais são submetidas a parecer da Assembleia de Zona, pelo delegado ou subdelegado de Zona (arts. 21º e 47º).</p>
<p><b>Papel dos cidadãos independentes</b></p>	<p>Podem participar nas reuniões da direcção nacional e da comissão política nacional personalidades idóneas e de reconhecido mérito. Admite a possibilidade de integrar no seu sistema as organizações de segmentos específicos da sociedade civil (arts. 25º, 29º e 77º).</p>	<p>Podem integrar as estruturas do partido simpatizantes e amigos. Prevê a participação de independentes nas actividades das estruturas e nas reuniões dos órgãos do partido, com excepção dos órgãos executivos, sem direito a voto (arts. 10º e 27º).</p>	<p>Sem referência.</p>

Como pode ser observado no quadro 17, todos os partidos políticos recorrem ao sufrágio universal na eleição dos órgãos de funcionamento interno e utilizam sistemas modernos de tradução dos votos em mandatos, designadamente o sistema proporcional d'Hondt e o maioritário a nível nacional e local para a eleição dos órgãos do partido. Em relação aos cargos da representação política, o recrutamento político é definido a nível nacional pelos órgãos de direcção. Este aspecto denota a centralidade da elite partidária neste processo, apesar de uma forma geral os partidos demonstrarem uma certa descentralização quando dão a possibilidade aos militantes de apresentarem propostas de listas para as eleições autárquicas que são aprovadas nos respectivos órgãos locais.

No que diz respeito à possibilidade dos militantes se candidatarem aos cargos directivos, ambos os partidos (PAICV, MPD e UCID) apresentam barreiras políticas. Enquanto o MPD e a UCID impõem o pagamento das quotas, o PAICV estabelece um tempo mínimo de militância, três meses, para o exercício desta prerrogativa.

A legislação dos partidos políticos não consagra o processo de selecção de candidatos partidários. Isto está consagrado nos estatutos dos partidos. A descentralização do processo da escolha das lideranças regionais e nacionais foi alterada recentemente pelo MPD e pelo PAICV. A institucionalização da eleição directa do Presidente dos partidos a nível nacional e regional reduziu o controlo dos órgãos centrais sobre a selecção dos candidatos à liderança do partido e constitui um indicador de democracia interna. Isto limita o intervencionismo da elite dirigente na actividade dos partidos. Pois, o objectivo é o de descentralizar este processo de escolha e permitir ao militante participar nas actividades do partido.

Além de o MPD e o PAICV demonstrarem uma certa abertura à participação dos militantes na eleição directa do presidente do partido, corroboram ainda alguma abertura na possibilidade de participação de cidadãos não militantes nos órgãos do partido. Por outro lado, apenas o PAICV e a UCID apresentam a possibilidade de realização de referendos sobre decisões políticas importantes, como referenciado no quadro 17.

De concluir que todos os partidos apresentam reservas à abertura aos cidadãos no funcionamento democrático do partido e como défices na

descentralização do processo de decisão política ou de flexibilização na hierarquia partidária. O órgão máximo dos partidos estabelece as directrizes de acção política, com delegados eleitos em todos os concelhos do País, que muitas vezes ratificam acordos já estabelecidos pelos líderes dos partidos. Mesmo quando isso acontece, porém, o poder de influência das lideranças de cúpula depende do número de delegados que controlam. Contudo, um dos poderes de maior importância, designadamente de escolher os candidatos aos órgãos de representação política constitui uma das competências das comissões políticas nacionais e do líder do partido que determina de forma directa ou indirecta quem será o candidato a um cargo qualquer e quem controla o partido.

O órgão máximo dos partidos em Cabo Verde tem importantes poderes formais. São eles que determinam o programa do partido e deliberam sobre os estatutos. Entretanto, na prática estes poderes não são exercidos, de modo que este órgão muitas vezes aparenta pouco significativo. Isso vai de encontro ao facto de nunca as tendências partidárias terem convocado extraordinariamente este órgão máximo do partido para defender suas posições dentro do partido. As organizações partidárias que têm peso político nos partidos cabo-verdianos são os órgãos que funcionam entre as reuniões do órgão máximo do partido, nomeadamente a comissão política nacional e regional.

## CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objectivo analisar a natureza e os determinantes dos partidos políticos cabo-verdianos com representação política no Parlamento. Na democracia moderna os partidos políticos têm um papel central na representação política.

Segundo Bartoli e Mair (2001, pp. 327-330), o papel e a importância dos partidos tendem a mudar nas democracias contemporâneas em função das circunstâncias existentes aquando da sua criação e do seu desenvolvimento inicial. Neste sentido, não há que esperar que os partidos criados sob as novas democracias dos anos de 1970 a 1990 sigam um trajecto semelhante ao dos partidos nascidos na Europa ocidental nas primeiras décadas do século XX, uma vez que as circunstâncias das transições da terceira onda são muito diferentes das circunstâncias das transições anteriores. Por outro lado, admite-se que a relativa estandardização das circunstâncias ambientais e a relativa uniformização dos constrangimentos políticos a que os governos partidários se encontram sujeitos nos sistemas contemporâneos sejam susceptíveis de gerar similitudes mais ou menos pronunciadas entre os partidos das democracias emergentes e os das democracias estabelecidas.

Este argumento aplica-se ao nosso caso de estudo, sendo que a nossa análise demonstra que os partidos cabo-verdianos apresentam características que os aproximam dos partidos políticos das democracias mais consolidadas. Contudo, essas características adaptam-se de forma e grau diferentes nos três partidos analisados. Senão, vejamos:

- 1- Os partidos políticos cabo-verdianos têm-se evidenciado como instituições políticas centrais no processo de democratização do país. Pois, desde o início deste processo, alguns partidos surgem ou ressurgem na cena política cabo-verdiana como organizações que competem na arena política, num contexto em que a principal questão era a democratização e adoptam uma dimensão institucional. Portanto, a disputa pelos votos de um eleitorado constituído neste contexto e muito disponível constituía os grandes desafios dos partidos

políticos. Vemos partidos que se formam no contexto da transição política, por exemplo o MPD, a formar governo.

- 2- Em termos de formação, os partidos políticos cabo-verdianos, quase todos eles, foram criados de cima para baixo. Isto é, todos começaram como estruturas de dirigentes, antes de adquirirem uma base social sólida e posteriormente desenvolvem-se no terreno. Dos três partidos aqui analisados, verifica-se que um se formou no contexto da luta da independência . O PAICV; outro no contexto do regime autoritário - A UCID; e um terceiro no contexto do processo de democratização do país, o MPD. Os partidos cabo-verdianos revelam-se fracamente organizados quando analisados à luz das características dos partidos de massas definidas por Duverger, visto que não defendem qualquer classe em particular. Pelo contrário, nas suas actuações procuram articular os interesses das diversas camadas sociais.
- 3- Qualquer um dos três partidos em análise evidencia uma estrutura vertical de poder que se ilustra na forma como estão distribuídas as competências dos diferentes órgãos e que têm sido postas em prática pelas sucessivas lideranças. Contudo, dos partidos analisados, a UCID é o partido menos estruturado a nível nacional, o que ajuda a explicar a sua exclusão da governação nacional, não obstante o facto da sua representação na câmara municipal de São Vicente poder ser efectivamente interpretada como um indício importante da implantação desse partido a nível local. Pelo contrário, o PAICV e o MPD apresentam uma organização e estrutura consolidadas em todas as ilhas do país. As lideranças têm sido importantes na dinâmica interna dessas organizações.
- 4- A geografia eleitoral dos partidos apresenta uma tendência de continuidade forte e aponta para um fechamento da estrutura da competição partidária. A nossa análise prevê que, a partir do processo de transição democrática, os dois maiores partidos, MPD e o PAICV, vêm regularmente obtendo mais de oitenta por cento dos votos validamente expressos. Em termos de bases eleitorais regionais, a configuração das eleições de 1991-2011 demonstra que nos pleitos de 1991 e 1995 o MPD foi o partido mais votado na

região de Barlavento, com uma percentagem de votos aproximadamente três vezes mais do que o PAICV. Essa tendência muda, entretanto, em 2001 com o aumento da proporção de votos em quase duas vezes a favor do PAICV. Por outro lado, ao analisar os padrões de representação política num período de cinco legislaturas, aferimos que o MPD e o PAICV têm ocupado a maioria dos mandatos, atestando assim que a alternância no governo tem sido completa. Senão, vejamos: em 1991 e em 1995, o MPD obteve quase 70% dos mandatos e assume o governo. Em 2001, 2006 e 2011, o PAICV obteve mais ou menos 55% dos mandatos e forma governo, mantendo assim o mesmo padrão de competição, isto é, alternância completa no governo.

5- Embora o sistema de financiamento partidário seja inegavelmente misto, os nossos dados relevam que, para a sua sobrevivência, os partidos políticos dependem largamente dos recursos públicos (isenções fiscais e subvenções estatais, tanto para o seu funcionamento como para as campanhas eleitorais), facto que, sobremaneira, reforça a sua dependência do Estado e comprova que sofrem os efeitos da cartelização, fenómeno hoje presente em vários partidos no mundo, conforme postulado por Katz e Mair. A forma de atribuição das subvenções estatais depende da representação política, o que condiciona largamente a actividade dos pequenos partidos.

6- Constatámos igualmente uma adesão dos partidos aos princípios democráticos. Contudo, em decorrência da estratégia *catch-all*, geralmente adoptam uma relativa indefinição e acentuada moderação nos seus conteúdos programáticos, o que resulta em plataformas eleitorais muito semelhantes e que enfatizam temas consensuais, como, por exemplo, o reforço da democracia política.

À luz do que acima se expõe, concluímos que os partidos políticos cabo-verdianos em análise apresentam características híbridas, isto é, têm uma estrutura institucional e não social, sendo, por conseguinte, fortemente enraizados no eleitorado: Todos evidenciam estruturas altamente verticalizadas e centralizadas à volta das lideranças; todos começaram com estruturas de

dirigentes e desenvolveram-se posteriormente no terreno; todos dependem dos recursos do Estado para a sua sobrevivência institucional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFROBARÓMETRO (2002). *Democracy, Market Reform and Social Peace in Cape Verde*.
- \_\_\_\_\_ (2005). *A qualidade da Democracia em Cabo Verde*. Praia
- \_\_\_\_\_ (2008). *A qualidade da Democracia e da Governação em Cabo Verde*. Praia
- BARDIN, Laurence (1988). *Análise de Conteúdo*. Edições 70, Lisboa.
- BARTOLI, Stefano e Peter, MAIR (2001). *Challenges to contemporary political parties*. In Larry Diamond e Richard Gunter (orgs.), Cambridge University Press, pp.327-343.
- BOBBIO, Norberto et al (1995). *Partidos Políticos: Dicionário de Política*. Editora UNB, Brasília (pp. 898-905).
- BONAVIDES, Paulo (2005). *Ciência Política*. Editora Malheiros, São Paulo.
- BUSINO, Giovanni (1996). *Elites e Elitismo*. Editora Rés, Porto
- CAHEN, Michel (1991). *Arquipélagos da alternância: A vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe*. In, Revista Internacional de Estudos Africanos, 14-15, Lisboa, pp. 113-154.
- COSTA, Daniel Henrique (2001). *O Semi-presidencialismo em Cabo Verde (1991-2000)*. Tese de Mestrado . Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- \_\_\_\_\_ (2003). *Sistema Eleitoral Cabo-Verdiano (1991-2001): com um olhar sobre o mundo*. In, Direito e Cidadania, n.º 16/17, 2003, pp. 253-300.

- CARDOSO, Humberto (1993). *O Partido Único em Cabo Verde*. Praia: Imprensa Nacional.
  
- D´ALMEIDA, Manfredini Noely (2001). *Financiamento político de campanhas e partidos: a experiência mundial sobre a prestação de contas*. Disponível em: [http://www.paranaeleitoral.gov.br/artigo\\_impresso.php?cod\\_texto=210](http://www.paranaeleitoral.gov.br/artigo_impresso.php?cod_texto=210). Acesso em Junho 2011
  
- DALTON, Russell e WATTENBERG, Martin (eds.) (2001). *Parties without Partisans*. Oxford: Oxford University Press.
  
- DIAMOND, Larry (1996). *Is the Third Wave Over?* Journal of Democracy. Vol.7, n. 3, July.
  
- DIAS, Reinaldo (2008). *Ciência Política*. Editora Atlas, São Paulo.
  
- DUVERGER, Maurice (1970). *Os Partidos Políticos*. Editora UNB, Brasília.
  
- ÉVORA, Roselma (2004). *Cabo Verde: A abertura política e a transição para a democracia*. Spleen Edições, Praia.
  
- FERNANDES, Teixeira António (1997). *A Sociedade e o Estado: Sociologia das Formações Políticas*. Editora Afrontamento, Porto.
  
- FLEISCHER, David (org.) (1981). *Os Partidos Políticos no Brasil* (Vol. I e II). Editora UNB, Brasília.
  
- FONSECA, Jorge Carlos (1998). *Partidos Políticos e a Sociedade Civil*. Revista Direito e Cidadania, n.º 3, Março/Julho.
  
- FURTADO, Alves Cláudio (1997). *Génese e (Re) Produção da Classe Dirigente em Cabo Verde*. Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, Praia.

- GARRETÓN, Manuel (1991). *Do autoritarismo à Democracia Política: uma transição a reinventar?* *Tempos Brasileiros*. Rio de Janeiro, Vol. 106/107: 19/32, pp.21-31.
- GUTIÉRREZ, Eduardo Guerrero (2003). *Fiscalización y Transparencia del Financiamiento a Partidos Políticos y Campañas Electorales: Dinero y Democracia*. Auditoría Superior de la Federación, México.
- GUNTER Richard e LARRY Diamond (2003). *Species of political parties: a new typology*. In, *Party Politics*, Vol. 9, n. ° 2, 2003, pp. 167-199.
- HUNTINGTON, Samuel (1994). *A Terceira Onda: democratização no final do século XX*. Editora Ática, São Paulo.
- JALALI, Carlos (2007). *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- LAMAS, Estela et al (2001). *Contributos para uma Metodologia Científica mais Cuidada*. Instituto Piaget, Lisboa.
- LAPALOMBARA, Joseph and WEINER, Myron (1966). *Political Parties and Political Development*. University Press, Princeton.
- LINZ, Juan e STEPAN, Alfred (1999). *A Transição e Consolidação Democrática: A experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. Editora Paz e Terra, São Paulo.
- LIMA, Aristides (1992). *A Problemática da Reforma Política em Cabo Verde: Do Paternalismo à modernização do Estado*. Ed. Autor, Praia.
- LIMA, Martonio Montalverne Barreto. *A democracia na atualidade e seus limites: o financiamento público de campanhas eleitorais*. Disponível na Internet: <http://www.mundojurídico.adv.br>. Acesso em 08 de setembro de 2011.

- LOPES, José Vicente (1996). *Cabo Verde os Bastidores da Independência*. Instituto Camões, Praia.
- MAIR, Peter (1997). *Party System Change*. Oxford: Oxford University Press
- \_\_\_\_\_(ed.). *Party system approaches and interpretations*. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- \_\_\_\_\_(2003). *Os Partidos Políticos e a Democracia*. In, *Análise Social*, Vol. XXXVIII (167), pp. 277-293.
- MAINWARING, P. Scott (2001). *Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV.
- MARCONI, Marina Andrade & Lakatos Eva Maria (1996). *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo, Atlas S.A.
- MATEUS, Cabrita Dalila (1999). *A Luta pela Independência. A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Editorial Inquérito, Portugal.
- MEYNS, Peter (2002). *Cape Verde: an African Exception*, in *Journal of Democracy*, Vol.13, 3 (Julho), pp. 10-32.
- MICHELS, Robert (1914). *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna*. Editora Antígona, Lisboa.
- MORLINO Leonardo (2004). *Democracy between Consolidation and Crisis. Parties, Groups, and Citizens in Southern Europe*. Oxford University Press.
- MOREIRA, Carlos Diogo (2007). *Teoria e Práticas de Investigação*, ISCTE, Lisboa.

- O`DONNELL, Guilherme. *Los Economistas Saben Más?* Crónica Legislativa, Ano IV: 1. Outubro 1994, pp.117-122.
- OLIVEIRA, Maria Marly (2005). *Como fazer: projectos, relatórios, monografias, dissertações e teses*. Elsevier, Rio de Janeiro.
- PASQUINO, Gianfranco (2002). *Curso de Ciência Política*. Editora Principia, Cascais.
- PANEBIANCO, Ângelo (2005). *Modelos de Partido: Organização e Poder nos Partidos Políticos*. Editora Martins Fontes, São Paulo.
- PEREIRA, Aristides (2002). *Guiné-Bissau e Cabo Verde: uma luta, um partido, dois países*. Editorial Notícias, Lisboa.
- KATZ, Richard e MAIR, Peter (eds.) (1995). *Changing Models of Party Organisation: The Emergence of the Cartel Party*. In, *Party Politics*, vol. 1, n. 01.
- KIRCHHEIMER, Otto. (1966). *The transformation of Western European Party Systems*. in La Palombara, J. and Weiner M. (eds.), *Political Parties and Political Development*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 177-199.
- KOUDAWO, Fafali (2001). *Cabo Verde, Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal*. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa, Guiné-Bissau.
- RAMOS, Arceolinda (2000). *Os Partidos Políticos na República de Cabo Verde - O Movimento para a Democracia: um estudo de caso*. Monografia de Graduação do Departamento da Universidade de Brasília.
- RUBIO, Delia Ferreira. *Financiamento de Partidos e Campanhas*. Revista Novos Estudos, Vol.73, pp 5-15, novembro. 2005.
- SARTORI, Giovanni (1982). *Partidos e Sistemas partidários*. Editora Zahar, Rio de Janeiro.

- SANTANO, Ana Cláudia. *O procedimento para o financiamento de campanhas eleitorais e a problemática da prestação de contas dos recursos utilizados*. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 836, 17 out. 2005. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7435>. Acesso em 08 set. 2007.
- SEMEDO et. al (2007). *Estudo Sociológico sobre as Eleições Legislativas e Presidenciais de 2001 e 2006*. DGAE, Praia.
- SCHWARTZENBERG, G. Roger (1979). *Sociologia Política*. Editora Difel, São Paulo.
- SILVA, Baptista da (1981). *Guiné Bissau: E agora?* Cadernos do Terceiro Mundo, n.º 31, Jan/Fev.
- SILVA, António Leão Correia (1997). *O processo Cabo-verdiano de Transição para a Democracia*, Tese de Mestrado . ISCTE, Lisboa.
- SILVEIRA, Onésimo (1997). *Cabo Verde: Do Partido-Estado ao Partido do Estado*. Revista Direito e Cidadania, n.o 2, Nov.
- TRINDADE, Fernando (2004). *Financiamento Eleitoral e Pluralismo Político*. Revista de Informação Legislativa . Senado Federal do Brasil, volume 41, nº 161, jan/mar. Brasília.
- WARE, Alan (1996). *Political Parties and Party Systems*. Oxford: Oxford University Press.
- QUIVY, Raymond & CAMPENHONDT, Luc Van (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva.
- ZOVATTO, Daniel (2003). *Dinero y Contienda Político-Electoral*. México: Fondo de Cultura Económica/ Instituto Federal Electoral.

- \_\_\_\_\_ (2005). *Financiamento dos Partidos e Campanhas Eleitorais na América Latina: uma análise comparada*. Revista Opinião Pública. Volume 11, nº 2, outubro. Campinas.

## **Documentos**

### **Acórdãos do STJ**

- Acórdão n.º 4/2000, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 51, II Série, de 18 Dezembro de 2006.
- Acórdão n.º 5/2006, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 9, I Série, de 28 Fevereiro de 2006.
- Acórdão n.º 4/2006, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 11, I Série, de 13 de Março de 2006.
- Acórdão n.º 22/2008, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Suplemento, n.º 38, I Série, de 20 de Outubro de 2008.

### **Assembleia Nacional**

- Acta de Sessões da Assembleia Nacional, Sessão Plenária de Julho de 2008.
- Acta de Sessões da Assembleia Nacional, Sessão Plenária de Novembro de 2008.
- Acta de Sessões da Assembleia Nacional, Sessão Plenária de Fevereiro de 2010.

- Acta de Sessões da Assembleia Nacional, Sessão Plenária de Maio de 2010.

### **Comissão Nacional das Eleições**

- Contas Eleitorais das Legislativas de 14 Janeiro de 2001, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º44, 29 de Outubro de 2001.
- Contas Eleitorais das Legislativas de 22 de Janeiro de 2006, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º50, 28 de Dezembro de 2006.
- Resultados das Eleições Autárquicas de 20 de Fevereiro de 2000, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 6, 6 de Março de 2000.
- Resultados das Eleições Autárquicas de 21 de Março de 2004, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 10, 5 de Abril de 2004.
- Resultados das Eleições Autárquicas de 18 de Maio de 2008, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 20, 3 de Junho de 2008.
- Resultados das Eleições Legislativas de 13 de Janeiro de 1991, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Suplemento, N.º 3, 25 de Janeiro de 1991.
- Resultados das Eleições Legislativas de 17 de Dezembro de 1995, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 52, 27 de Dezembro de 1995.
- Resultados das Eleições Legislativas de 14 de Janeiro de 2001, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 2, 22 de Janeiro de 2001.

- Resultados das Eleições Legislativas de 22 de Janeiro de 2006, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º11, 14 de Março de 2006.
- Resultados das Eleições Legislativas de 6 de Fevereiro de 2011, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º7, 19 de Fevereiro de 2011.

### **MPD**

- Declaração Política. Praia, Março de 1990.
- Comunicado, Praia, 3 de Maio de 1990.
- Carta dirigida ao Presidente da República e Primeiro-ministro de Cabo Verde Praia 15 de Maio de 1990.
- Mensagem, Praia 3 de Maio de 1990.
- Programa Político. Gráfica do Mindelo, Lda. São Vicente . Cabo Verde, Novembro de 1990.
- I Convenção Nacional. Discurso de Abertura e Encerramento do Presidente do MPD, Carlos Veiga. Praia, Novembro de 1990.
- II Convenção Nacional, Moção de Estratégia e Estatutos. Praia Janeiro de 1993.
- III Convenção Nacional, O MPD veio para ficar. Praia, Março de 1994.
- Programa do II Governo da Segunda República. Praia, 1996.
- IV Convenção Nacional: Moção de Estratégia e Estatutos. Praia, Agosto de 1997.

- Declaração de Imprensa da Comissão Eleitoral Nacional. Praia, Maio de 2000.
- Declaração de Imprensa do candidato Jacinto Santos. Praia, Maio de 2000.
- Vota em quem faz . Proposta do Governo. Praia, Janeiro de 2001.
- Plataforma Eleitoral: Oportunidades para Todos, Legislativas 2006.
- Moção de Estratégia: Esta é a hora! É preciso mudar de Novo! Candidatura à Presidência do MPD. Praia, Setembro de 2009.
- IX Convenção Nacional: Discurso de Abertura e Encerramento do Presidente do MPD, Carlos Veiga. Praia, Outubro de 2009.
- Estatutos. Praia, Outubro de 2009.
- Manifesto Eleitoral Legislativas: As pessoas em primeiro. Praia, Fevereiro de 2011.
- Programa Eleitoral Legislativas: Mudar o Modelo Económico. Crescimento com emprego e qualidade. Praia, Fevereiro de 2011.

## **PAICV**

- Do PAIGC ao PAICV. Documentos, Ed. Mem Martins, Portugal, Abril de 1981.
- Reforçar o Partido e a Democracia, Consolidar a Independência. Praia, edição do DIP do PAICV, 1983.
- III Congresso: Num Mundo em Transformação, um Partido para o Futuro. Praia, Grafedito, Novembro de 1988.

- O que foi o III Congresso do PAICV? Informação: Boletim Interno do Secretariado do CN do PAICV, n.º 15, 1988.
- V Congresso: Por Cabo Verde Sempre. Estatutos e Declaração Política, Praia, Junho de 1991.
- IX Congresso: Resolução geral, Estatutos, Órgãos Eleitos. Praia, Julho de 2000.
- X Congresso: Declaração de Princípios, Moção de Estratégia, Resolução geral, Estatutos, Praia, 2003.
- XI Congresso: Declaração de Princípios, Moção de Estratégia, Resolução geral, Estatutos, Praia, Outubro de 2006.
- Moção de estratégia de orientação política Nacional . José Maria Neves, Novos Tempos, Novas respostas. Praia, Setembro de 2009.
- XII congresso: Relatório do Conselho Nacional. Praia, Janeiro de 2010.
- Plataforma para as eleições Legislativas de 2011: Mais Cabo Verde, Um novo Futuro. Praia, Fevereiro de 2011.

## **UCID**

- Regulamento de Disciplina. São Vicente, Agosto de 2001.
- Regulamento Financeiro. São Vicente, Agosto de 2001.
- Estatutos. São Vicente, Março de 2009.
- Programa Político. São Vicente, Dezembro de 2005.
- Programa Eleitoral. São Vicente, Fevereiro de 2011.

## Legislação

- Lei n.º 86/III/90, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Suplemento, Nº 40, 6 de Outubro de 1990.
- Assembleia Nacional, 1992. Constituição da República de Cabo Verde, Praia, 2ª edição.
- Assembleia Nacional, 1995. Do Processo Eleitoral (Código Eleitoral). Praia, Cabo Verde.
- Assembleia Nacional, 1999. Código Eleitoral, (revisão). Praia, Cabo Verde.
- Assembleia Nacional, 2010. Constituição da República de Cabo Verde, (revisão). Praia, 1ª edição.
- Assembleia Nacional, 2010. Código Eleitoral, (revisão). Praia, Cabo Verde.
- Lei do Orçamento do Estado para o ano económico de 2008, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Nº 47, I Série, de 28 de Dezembro de 2007.
- Lei do Orçamento do Estado para o ano económico de 2009, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Nº 48, I Série, de 29 de Dezembro de 2008.
- Lei do Orçamento do Estado para o ano económico de 2010, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Nº 49, I Série, de 29 de Dezembro de 2009.
- Lei do Orçamento do Estado para o ano económico de 2011, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Nº 25, I Série, de 28 de Julho de 2010.

- Lei n.º 102/V/99, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, N.º 12, I Série, 19 de Abril de 1999.

### **Jornais: Anos de análise 1991 a 2011**

- A Semana
- Horizonte
- Novo Jornal
- Expresso das Ilhas
- Voz di Povo

# ANEXOS



ANEXO 1  
RECEITAS  
ELEICOES LEGISLATIVAS DE 14 DE JANEIRO DE 2001

PARTIDOS POLITICOS E COLIGACAO	SUBVENCAO ESTATAL	CONTRIBUICOES DOS PARTIDOS POLITICOS	CONTRIBUICOES DE PESSOAS SINGULARES	CONTRIBUICOES DE PESSOAS COLECTIVAS	OUTRAS RECEITAS DE CAMPANHA	TOTAL
PAICV	27.144.000,0	0,0	3.620.000,0	5.750.000,0	32.000.000,0	68.514.000,0
MPP	22.234.400,0	142.500,0	3.353.000,0	500.000,0	43.020.000,0	69.249.900,0
ADM	3.355.600,0	2.438.793,0	1.300.000,0	0,0	15.000.000,0	22.094.393,0
PRD	1.852.000,0	2.000.000,0	315.114,0	1.700.000,0	20.000.000,0	25.857.114,0
PSD	248.000,0	505.000,0	0,0	59.000,0	2.500,0	814.500,0
TOTAL -->	54.834.000,0	5.086.293,0	8.588.114,0	8.009.000,0	110.022.500,0	186.539.907,0

RECEITAS / DESPESAS E SUBVENÇÃO DO ESTADO  
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

PARTIDOS POLITICOS E COLIGAÇÃO	Nº DE VOTANTES	RECEITAS a)	%	CÁLCULO DA SUBVENÇÃO A RECEBER	%	DESPESAS b)	%	GRAU COBERTURA DE DESPESAS
PAICV	67860	41 370 000,00	31,4%	27 144 000,00	49,5%	67 121 852,20	33,1%	40,4%
MPD	55586	47 015 500,00	35,7%	22 234 400,00	40,5%	90 766 502,00	44,8%	24,5%
ADM	8389	18 738 793,00	14,2%	3 355 600,00	6,1%	18 702 775,00	9,2%	17,9%
PRD	4630	24 015 114,00	18,2%	1 852 000,00	3,4%	25 741 957,80	12,7%	7,2%
PSD	620	566 500,00	0,4%	248 000,00	0,5%	489 497,00	0,2%	50,7%
TOTAL --->	137 085	131 705 907,00		54 834 000,00		202 822 584,00		

OBS: a) - Receitas próprias excluindo a subvenção a receber do Estado  
b) - Despesas consideradas regulares

**ANEXO 4**  
**NUMERO DE VOTANTES E SUBVENÇÃO DO ESTADO**  
**ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2001**

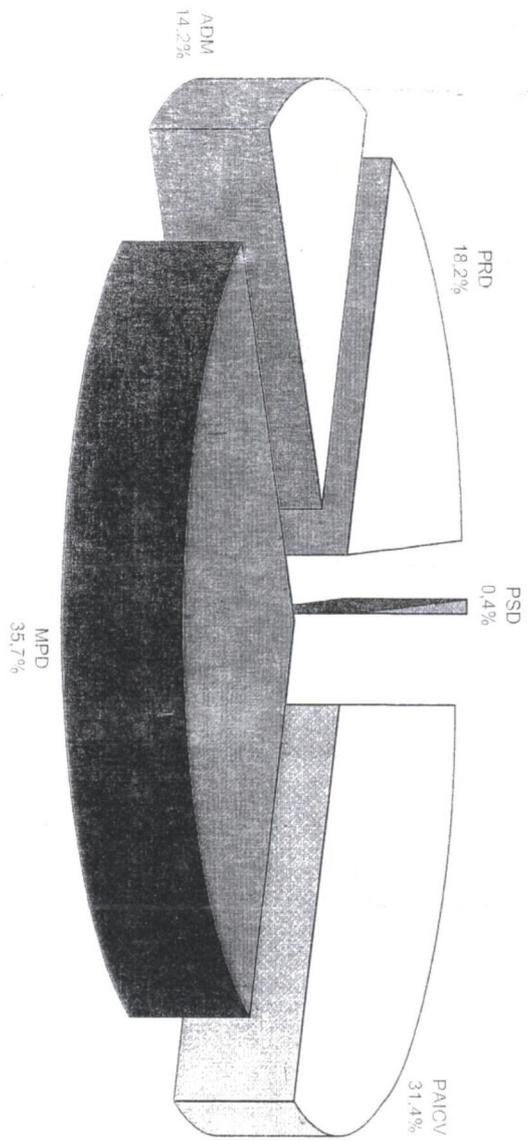
CANDIDATOS	Nº DE VOTANTES	CALCULO DA SUBVENÇÃO A RECEBER	%
PAICV	67860	27.144.000,00	49,5%
MPPD	55586	22.234.400,00	40,5%
ADM	8389	3.355.600,00	6,1%
PRD	4630	1.852.000,00	3,4%
PSD	620	248.000,00	0,5%
TOTAL --->		54.834.000,00	

ELEICOES LEGISLATIVAS DE 14 DE JANEIRO DE 2001  
 ASSUNTO: PERTAGEM DAS CONTAS DOS PARTIDOS POLITICOS E COLIGACOES

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARTIDOS POLITICOS E COLIGACAO					TOTAL POR RUBRICA
		PAICV	MPD	ADM	PRD	PSD	
710	RECEITAS CORRENTES:						
711	Contribuições de Candidatos		142.500,0	2.438.793,0	2.000.000,0	505.000,0	5.086.293,0
	Sub-Total (1)	0,0	142.500,0	2.438.793,0	2.000.000,0	505.000,0	5.086.293,0
712	Doativos de Instituições	5.750.000,0	500.000,0	1.700.000,0	1.700.000,0	59.000,0	8.009.000,0
713	Doativos de Particulares	3.620.000,0	3.353.000,0	1.300.000,0	315.114,0		8.588.114,0
718	Receitas de campanha					2.500,0	2.500,0
	Outras					0,0	0,0
	Sub-Total (2)	9.370.000,0	3.853.000,0	1.300.000,0	2.015.114,0	61.500,0	16.599.614,0
750	OUTRAS RECEITAS:						
751	Empréstimos Bancários	32.000.000,0	35.000.000,0	15.000.000,0	20.000.000,0		102.000.000,0
752	Outros Empréstimos		8.020.000,0				8.020.000,0
782	Alienação de bens						0,0
	Sub-Total (3)	32.000.000,0	43.020.000,0	15.000.000,0	20.000.000,0	0,0	110.020.000,0
	TOTAL RECEITAS	41.370.000,0	47.015.500,0	18.738.793,0	24.015.114,0	566.500,0	131.705.907,0
	CUSTOS POR NATUREZA						
6312	Electricidade		53.430,0	3.180,0		10.552,0	56.610,0
6313	Combustíveis e Lubrificantes	1.881.039,3	631.935,0	365.102,0	526.786,0	10.552,0	3.415.214,3
6316	Consumos de Secretaria	806.141,0		271.225,0	454.711,0	14.860,0	1.546.937,0
6317	Propaganda e Animação	29.463.615,3	59.588.354,0	5.075.364,0	7.072.650,0	7.412,0	101.207.395,3
6319	Fornecimentos Diversos	2.049.128,5	1.482.638,0	104.068,0	369.648,0	5.693,0	3.981.175,5
6321	Rendas	584.690,0	448.000,0	244.500,0	193.500,0	60.000,0	1.530.690,0
6324	Comunicações	874.216,0	2.414.004,0	380.139,0	328.788,0		3.997.147,0
6332	Aluquer de Veículos e Transporte de Pessoal	13.960.178,0	10.058.445,0	2.754.241,0	3.708.446,0	94.000,0	30.575.310,0
6333	Deslocações e Alimentação	4.247.099,1	1.195.464,0	805.490,0	3.192.595,3	124.615,0	9.565.263,4
6338	Aluquer de Equipamentos de Som e Imagem	5.810.997,0	5.755.500,0	4.561.550,0	3.485.500,0	146.000,0	19.759.547,0
6339	Serviços Diversos	1.032.591,0	3.065.882,0	3.425.166,0	5.031.969,5	21.565,0	12.577.173,5
6500	Despesas com o Pessoal	5.812.157,0	1.238.320,0	340.000,0	1.377.364,0	5.000,0	8.772.841,0
6600	Despesas com Serviços Bancários		4.864.530,0	236.790,0			5.101.280,0
	Sub-Total (3)	66.521.852,2	90.766.502,0	18.566.775,0	25.741.957,8	489.497,0	202.086.584,0
	ACQUISICÃO DE BENS DURADOUROS						
425	Materiais de Transporte	600.000,0		136.000,0			600.000,0
426	Equipamento de Som e Imagem						136.000,0
429	Outros						0,0
	Sub-Total (4)	600.000,0	0,0	136.000,0	0,0	0,0	736.000,0
	TOTAL DESPESAS	67.121.852,2	90.766.502,0	18.702.775,0	25.741.957,8	489.497,0	202.822.584,0

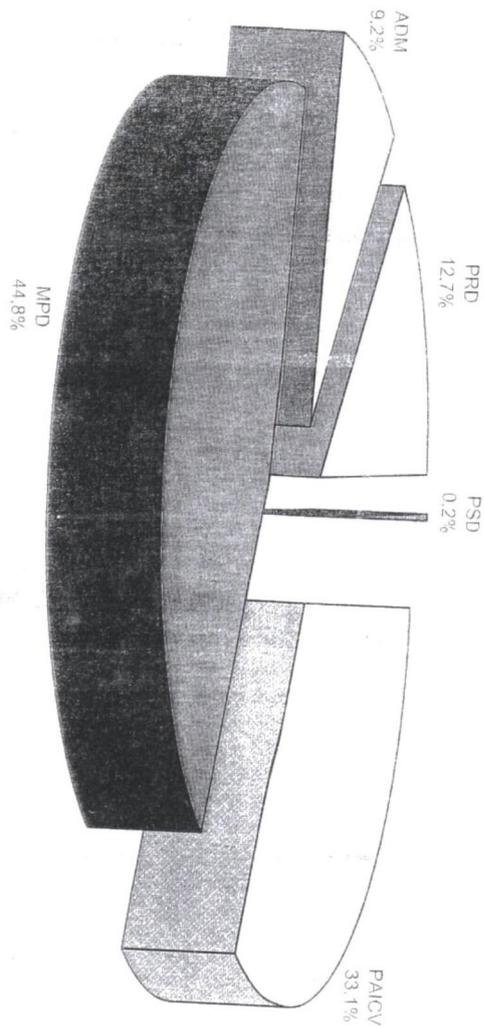
ANEXO 8

DISTRIBUICAO DAS RECEITAS PROPRIAS TOTAIS



ANEXO 9

DISTRIBUCION DAS DESPESAS TOTAIS



3 - Nº 44 - "B. O." DA REPÚBLICA DE CABO VERDE -- 29 DE OUTUBRO DE 2001 1041

MISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

DELIBERAÇÃO N.º 8/2006

de 28 de Dezembro

umprimento das disposições normativas contidas nos artigos 25º do Código Eleitoral, aprovado pela Lei n.º 92/V/99, de 8 de Maio, a Comissão Nacional de Eleições, analisou, aprofundadamente, as eleitorais apresentadas pelas candidaturas concorrentes dos Deputados à Assembleia Nacional, realizadas a 22 de Outubro de 2006, em conformidade com o Decreto-Presidencial n.º 105, de 17 de Outubro de 2005, e repetidas no dia 8 de Março de 2006, em 21 Assembleias de Voto de São Tomé e Príncipe, em cumprimento do Acórdão n.º 06/06, do Supremo Tribunal de Justiça, enquanto o Tribunal Constitucional.

tendo em conta o mapa de apuramento geral dos resultados dos resultados do Edital n.º 8/2006 publicado na I Série do Suplemento ao Edital n.º 11, de 14 de Março de 2006, e uma vez verificada a legalidade e a legalidade das contas apresentadas, a Comissão Nacional de Eleições, reunida em sessão ordinária de 22 de Dezembro de 2006, delibera, nos termos dos artigos 123º e 125º do referido Código Eleitoral, o seguinte:

revisar as contas eleitorais apresentadas pelas seguintes candidaturas concorrentes, em conformidade com os quadros e gráficos a seguir referidos:

dos políticos:

- a) PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde (com 88.989 votos, correspondentes a 52,30% do total dos votos validamente expressos), concorrente em todos os vinte (20), Círculos Eleitorais;
- b) MPD – Movimento para a Democracia (com 74.910 votos, equivalentes a 44,02% do total dos votos validamente expressos), concorrente em todos os vinte (20), Círculos Eleitorais;
- c) UCID – União Caboverdiana Independente e Democrática (com 4.495 votos, correspondentes a 2,4% do total dos votos validamente expressos), concorrente no Círculo Eleitoral de São Vicente;
- d) PSD – Partido Social Democrático (com 672 votos, equivalentes a 0,39% do total dos votos validamente expressos), concorrente nos círculos de Praia, São Domingos; Santa Cruz, Santa Catarina, São Miguel, Tarrafal, África, Américas e Europa/Resto do Mundo.

andar publicar as contas eleitorais constantes dos seguintes quadros e gráficos, anexos à presente deliberação, de que fazem parte integrante:

- a) QUADRO N.º 01 – Número de Votantes, Receitas, Despesas e Subvenção do Estado;
- b) QUADRO N.º 02 – Número de Votantes e Subvenção do Estado
- c) QUADRO N.º 03 – Conta da Campanha Consolidada - Nacional
- d) GRÁFICO N.º 01 – Distribuição das Despesas Totais
- e) GRÁFICO N.º 02 – Distribuição das Receitas Totais, incluindo Subvenção

proceder nos termos previstos na parte final do artigo 124º do Código Eleitoral em relação à candidatura do PRD – Partido da Renovação Democrática, que, tendo concorrido às eleições nos círculos eleitorais de São Vicente, Praia, São Domingos, Santa Cruz, Santa Catarina, São Miguel e Tarrafal, não apresentou as respectivas contas eleitorais em cumprimento deste órgão, em violação do estipulado na lei.

adotada por unanimidade.

em 22 de Dezembro de 2006.

Comissão Nacional de Eleições, *Bartolomeu Lopes Varela* – Presidente, *Raquel Spencer Medina* – Vice-Presidente, *Fernando Aguiar*, *Francisco David Lima*, *Lídia Sancho*.

QUADRO Nº 1 - NÚMERO DE VOTANTES - RECEITAS - DESPESAS - SUBVENÇÃO DO ESTADO  
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE JANEIRO DE 2006

PARTIDOS POLÍTICOS	N.º DE VOTOS EXPRESSOS	N.º DE VOTOS COM ACESSO À SUBV. DO ESTADO	RECEITAS (a)	%	CÁLCULO DA SUBVENÇÃO A RECEBER	%	DESPESAS	%	GRAU COBERTURA DE DESPESAS
PAICV	88.989	88.989	53.631.777,0	48,9%	35.595.600,0	52,3%	53.631.777,0	49,8%	66,4%
MPD	74.910	74.910	52.106.356,0	47,5%	29.964.000,0	44,0%	50.124.537,0	46,6%	59,8%
UCID	4.495	4.495	3.029.901,5	2,8%	1.798.000,0	2,6%	3.029.901,5	2,8%	59,3%
PSD	672	672	834.865,0	0,8%	268.800,0	0,4%	834.865,0	0,8%	32,2%
PRD b)	1.097	1.097	0,0	0,0%	438.800,0	0,6%	0,0	0,0%	#DIV/0!
TOTAL -->	170.163	170.163	109.602.899,5		68.065.200,0		107.621.080,5		

OBS: a) - Receitas próprias, excluindo a subvenção a receber do Estado

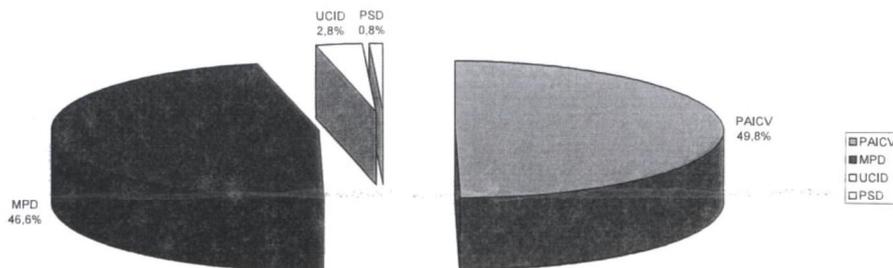
OBS: b) - Não recebe subvenção do Estado por não ter apresentado as contas (art. 124º do Código Eleitoral).

QUADRO Nº 2 - CONTAS DA CAMPANHA CONSOLIDADA - NACIONAL  
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2006

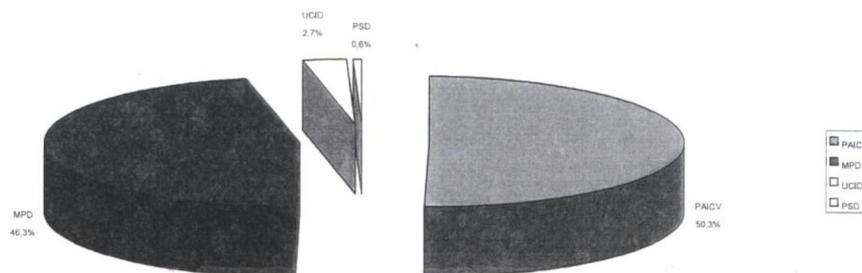
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PARTIDOS POLITICOS						TOTAL POR RUBRICA
		PAICV	MPD	UCID	PSD	PRD		
710	RECEITAS CORRENTES:							
711	Contribuições de Candidatos	2.183.400,0	2%	23.520.110,0	21%	0%	0%	25.703.510,0
	Sub-Total (1)	2.183.400,0	2%	23.520.110,0	21%	0,0	0,0	25.703.510,0
712	Donativos de Instituições	7.400.000,0	0%	0%	0%	0%	0%	0,0
713	Donativos de Particulares	7.400.000,0	7%	12.161.000,0	11%	660.500,0	0%	20.236.365,0
718	Receitas de campanhas	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0,0
	Outras	7.400.000,0	7%	12.161.000,0	11%	760.500,0	0%	20.336.365,0
	Sub-Total (2)	7.400.000,0	7%	12.161.000,0	11%	760.500,0	0,0	20.336.365,0
	OUTRAS RECEITAS:							
2351	Empréstimos Bancários	35.000.000,0	32%	16.425.246,0	15%	1.200.000,0	1%	53.375.246,0
2352	Outros Empréstimos	9.048.377,0	8%	0%	0%	1.069.401,5	1%	70.000,0
2200	Fornecedoras diversas	44.048.377,0	40%	16.425.246,0	15%	3.269.401,5	2%	10.117.778,5
	Sub-Total (3)	88.096.754,0	48%	32.850.492,0	28%	5.278.802,5	3%	63.568.024,5
	TOTAL RECEITAS	88.096.754,0	48%	55.711.602,0	48%	8.038.303,5	1%	109.602.899,5
	CUSTOS E PERDAS							
6311	Água	12.246,0	0%	5.473,0	0%	0%	0%	17.719,0
6312	Electricidade	527.201,0	0%	99.763,0	0%	69.704,0	0%	686.668,0
6313	Combustíveis e Lubrificantes	3.541.914,0	3%	1.217.227,0	1%	118.104,0	0%	4.896.055,0
6314	Material de Conservação e Reparação	289.592,0	0%	55.178,0	0%	9.528,0	0%	354.298,0
6315	Ferramentas e Utensílios Desagaste rápido	113.200,0	0%	15.380,0	0%	44.102,0	0%	178.721,0
6316	Consumos de Secretaria	762.478,0	1%	354.442,0	0%	31.966,0	0%	1.157.084,0
6317	Propaganda e Animação	3.737.455,0	3%	18.883.215,0	18%	448.770,0	0%	23.396.719,0
6319	Fornecimentos Diversos	139.925,0	0%	59.661,0	0%	17.638,5	0%	250.624,5
6321	Rendas	8.126.270,0	8%	3.323.470,0	3%	1.750,0	0%	11.553.490,0
6323	Conservação e Reparação	321.188,0	0%	80.500,0	0%	1.235,0	0%	402.923,0
6324	Comunicações	2.937.974,0	3%	890.483,0	1%	57.244,0	0%	3.886.501,0
6325	Seguros	0%	0%	11.690,0	0%	0%	0%	11.690,0
6326	Publicidade e Propaganda	1.973.737,0	2%	8.957.705,0	8%	1.348.680,0	0%	12.451.122,0
6327	Trabalhos especializados	5.294.603,0	5%	0%	0%	66.000,0	0%	5.360.603,0
6331	Transporte de Material	70.738,0	0%	244.692,0	0%	13.300,0	0%	328.730,0
6332	Aluguer de Viaturas e Transporte de Pessoal	14.216.056,0	13%	7.860.137,0	7%	233.180,0	0%	22.348.413,0
6333	Deslocações e Alimentação	3.283.082,0	3%	6.199.943,0	6%	38.985,0	0%	9.613.028,0
6336	Contencioso e Notariado	0%	0%	1.997,0	0%	1.997,0	0%	1.997,0
6338	Serviços Diversos	6.352.277,0	6%	797.382,0	1%	325.600,0	0%	7.482.259,0
6339	Outros não especificados	0%	0%	11.960,0	0%	14.174,0	0%	26.134,0
6413	Imposto de selo	817.000,0	1%	606.350,0	1%	0%	0%	1.436.100,0
6500	Despesas com o Pessoal	437.900,0	0%	100.886,0	0%	193.944,0	0%	732.730,0
6600	Despesas com Serviços Bancários	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0,0
8270	Multas e Outras Penalidades	52.953.277,0	49%	49.846.537,0	46%	3.029.901,5	3%	106.573.608,5
	Sub-Total (4)	52.953.277,0	49%	49.846.537,0	46%	3.029.901,5	3%	106.573.608,5
	AQUISIÇÃO DE BENS DURADOUROS							
425	Material de Transporte	652.000,0	1%	265.000,0	0%	0%	0%	973.072,0
426	Equipamento de Som e Imagem	24.500,0	0%	14.000,0	0%	0%	0%	74.400,0
429	Outros	676.500,0	1%	279.000,0	0%	0%	0%	1.047.472,0
	Sub-Total (4)	1.353.000,0	1%	559.000,0	0%	0%	0%	1.994.944,0
	TOTAL DESPESAS	53.631.777,0	50%	50.124.537,0	47%	3.029.901,5	3%	834.865,0
	SALDOS ANTES DA SUBVENÇÃO DO ESTADO	35.596.600,0	52%	29.964.000,0	44%	1.798.000,0	3%	68.065.900,0
	SUBVENÇÃO DO ESTADO	85.595.600,0	51%	31.946.818,0	46%	1.798.000,0	3%	70.047.618,0
	SALDOS DEPOIS DA SUBVENÇÃO DO ESTADO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

W4H2X6U8-29U3QVIY-0T4R0D8B-205HSVNL-1N9B7K3W-18221K60-3G8L0D7H-4J4O3W6Q

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES  
GRÁFICO Nº 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS TOTAIS



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES  
GRÁFICO Nº 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS TOTAIS  
(PRÓPRIAS + SUBVENÇÃO DO ESTADO)



A Comissão Nacional de Eleições, *Bartolomeu Lopes Varela* – Presidente, *Raquel Spencer Medina* – Vice-Presidente, *Fernando Aguiar Monteiro*, *Francisco David Lima*, *Lidia Sancha*.

W4H2X6U8-29U3QVIY-0T4R0D8B-205HSVNL-1N9B7K3W-18221K60-3G8L0D7H-4J4O3W6Q

ELEIÇÕES AUTARQUICAS DE 20 DE FEVEREIRO  
CAMARAS MUNICIPAIS

Circulo Eleitoral	Nº de Inscritos	Nº de votantes	Votos Brancos	Votos Nulos	Abst. %	MPD	PAICV	FCD	UCID	PRF	ATS	MAISV	GIDR	AFN	GIDP	JFSN	JIDSC	GSTD	GUDT	MUPD	
Paul	4.670 2,1%	3.813	47	126	18,4%	1.972 51,2%									1.668 45,8%						
Ribeira Grande	12.360 5,6%	7.884	444	450	36,2%	1.225 17,5%						5.765 82,5%	440 7,3%								
Porto Novo	9.260 4,2%	6.691	152	394	28,8%	3.328 55,1%			1.239 6,6%		9.300 49,3%	5.435 28,8%				2.950 58,8%					
S. Vicente	38.938 17,6%	19.930	373	702	48,8%																
S. Nicolau	8.336 3,8%	5.412	134	245	35,1%	2.073 41,2%															
S. Nicolau	6.382 2,9%	4.148	64	78	35,0%	1.157 28,9%															
Sal	2.284 1,0%	1.369	115	39	40,1%	1.214 100,0%															
Boavista	3.347 1,5%	2.322	9	20	30,6%	1.835 80,0%															458 20,0%
Maio	49.478 22,4%	28.178	368	912	43,0%	8.175 30,4%		6.194 23,0%		792 2,9%											
Prata	6.660 3,0%	4.587	91	229	31,3%	3.213 75,3%		684 8,7%													
S. Domingos	15.369 7,0%	10.404	157	526	32,4%	4.461 45,9%															354 3,7%
Santa Cruz	24.177 10,9%	12.423	286	784	48,6%	3.654 32,2%		7.060 62,2%													
Santa Catarina	7.966 3,6%	4.525	94	210	43,2%	2.817 66,7%		715 17,0%													
S. Miguel	8.604 3,9%	4.977	146	288	42,2%	2.106 46,4%		1.655 35,4%													
Tarrafal	14.103 6,4%	9.773	125	365	30,7%	3.668 39,5%		5.270 56,8%													
S. Filipe	5.077 2,3%	4.171	26	68	17,8%	1.731 42,5%		2.346 57,5%													
Mosteiros	4.265 1,9%	2.942	32	45	31,0%	1.353 47,2%		1.512 52,8%													
Brava	221.316	133.449	2.664	5.481	38,7%	42.757		45.108		1.239	792	9.300	5.435	440	1.668	2.960	354	293	227	458	
TOTAIS ...																					

Significado das siglas dos Grupos de cidadãos: GIDR - Grupo Independente para o Desenvolvimento da Ribeira Grande; GIDP - Grupo Independente para o Desenvolvimento do Paul; AFN - Alternativa Autárquica para Porto Novo; MAISV - Movimento Arco Iris S. Vicente; ATS - Acção para o Trabalho e para a Solidariedade; MUPD - Junta de Educação, Trabalho e Desenvolvimento do Tarrafal; GUDT - Grupo Unido para o Desenvolvimento do Tarrafal

JFSN - Juntos por S. Nicolau; NUPD - Movimento Unido para o Desenvolvimento; PRF - Praia Rumo ao Futuro; JIDSC - Jovens Independentes Democráticos para S. Vicente; PAICV - Comissão de Educação, Trabalho e Desenvolvimento do Tarrafal; GUDT - Grupo Unido para o Desenvolvimento do Tarrafal

Círculo Eleitoral	Nº de Inscrições	Nº de votantes	Votos Brancos	Votos Nulos	Abst. %	MFD	PAICV	FCD	UCID	PRF	ATS	MAISV	GIDR	AFN	GIDP	JPSN	JIDSC	GSTDT	GUDT	MUPD	
Paul	1.676 2,1%	3.813	91	125	18,4%	1.951 54,2%									1.646 45,8%						
Ribeira Grande	12.360 5,6%	7.864	464	469	36,2%	1.316 19,0%						5.633 81,0%									
Porto Novo	9.260 4,2%	6.555	206	396	28,8%	3.282 54,8%								435 7,3%							
S. Vicente	38.938 17,6%	19.940	481	717	48,8%	3.407 18,2%			1.510 8,1%		8.538 45,6%	5.287 28,2%									
S. Nicolau	8.335 3,8%	5.412	248	229	35,1%	2.096 42,5%									2.839 57,5%						
Sai	6.382 2,9%	4.150	97	77	35,0%	1.198 30,1%	2.778 69,9%														
Boavista	2.284 1,0%	1.369	124	38	40,1%	1.207 100,0%															
Biaçó	3.347 1,5%	2.312	15	18	30,9%	1.795 78,8%															
Praia	49.478 22,4%	28.166	472	883	43,1%	8.213 30,6%	11.630 43,4%	6.062 22,6%		906 3,4%											483 21,2%
S. Domingos	5.680 3,0%	4.587	112	219	31,3%	3.178 74,7%	699 15,4%	379 8,9%													
Santa Cruz	15.389 7,0%	10.404	236	514	32,4%	4.489 46,5%	4.735 49,0%										430 4,5%				
Santa Catarina	24.177 10,9%	12.423	431	757	48,6%	3.720 33,1%	5.839 60,9%	666 5,9%													
S. Miguel	7.986 3,6%	4.338	129	205	45,5%	2.657 66,4%	723 18,1%	624 15,6%													
Tarrafal	8.604 3,9%	4.977	146	288	42,2%	2.128 46,8%	1.622 35,7%	270 5,9%													
S. Filipe	14.103 6,4%	9.771	183	374	30,7%	3.537 38,4%	5.137 55,8%	540 5,9%													
Mosteiros	5.077 2,3%	4.172	40	69	17,8%	1.735 42,7%	2.328 57,3%														
Brava	4.285 1,9%	2.942	46	52	31,0%	1.320 46,4%	1.524 53,6%														
TOTALS ...	221.316	133.255	3.522	5.440	39,8%	42.506	45.016	8.971	1.510	906	8.538	5.287	5.833	435	1.646	2.839	430	296	227		483

Significado das siglas dos Grupos de cidadãos: GIDR - Grupo Independente para o Desenvolvimento da Ribeira Grande; GIDP - Grupo Independente para o Desenvolvimento do Paul; AFN - Alternativa Autárquica para Farto Novo; MAISV - Movimento Arco Iris S. Vicente; ATS - Acção para o Trabalho e para a Solidariedade; JPSN - Juntos por S. Nicolau; MUPD - Movimento Unido para o Desenvolvimento; PRF - Praia Rumo ao Futuro; JIDSC - Jovens Independentes Democráticos para Santa Cruz; GSTDT - Grupo de Solidariedade Trabalho e Desenvolvimento do Tarrafal; GUDT - Grupo Unido para o Desenvolvimento do Tarrafal



**ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 21 DE MARÇO DE 2004**  
 MAPA DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES REALIZADAS NO DIA 21 DE MARÇO DE 2004 PARA AS CAMARAS MUNICIPAIS  
 (Artigo 23º do Código Eleitoral, aprovado pela Lei nº 92/V/99, de 8 de Fevereiro)

Circulo Eleitoral	Nº de Inscrições	Nº de votantes	Abst. %	Votos Brancos	Votos Nulos	Votos Validos	FAICV	MPD	PCD/PRD	UCID	PTS	MMSV	GDRG	GIMDS	GID-SD	NUBAI	MDM
Paúl	5.054 2,0%	3.812	24,6%	74	76	3.662	1.607 43,9%	2.055 56,1%									
Ribeira Grande	12.946 5,2%	7.884	39,1%	208	287	7.389	1.666 22,5%						5.723 77,5%				
Porto Novo	9.921 4,0%	6.702	32,4%	133	234	6.335	3.029 47,8%	3.152 49,8%	154 2,4%								
S. Vicente	43.979 17,7%	22.494	48,9%	311	315	21.866	6.614 30,2%	7.875 36,0%		3.737 17,1%	2.472 11,1%	1.170 5,3%					
S. Nicolau	8.709 3,5%	5.160	40,8%	181	220	4.759	1.932 40,6%	2.827 59,4%									
Sal	8.228 3,3%	5.370	34,7%	96	90	5.184	2.317 44,7%										
Boavista	2.628 1,1%	2.165	23,4%	32	45	2.088	730 35,0%	1.358 65,0%					2.867 55,3%				
Maio	3.746 1,5%	2.888	22,9%	27	90	2.771	1.113 40,2%	1.631 58,9%									
Praia	58.013 23,3%	31.815	45,2%	455	752	30.608	15.932 52,1%	13.193 43,1%	1.330 4,3%	153 0,5%					1.350 27,8%		21 1,0%
S. Domingos	7.421 3,0%	5.122	31,0%	104	161	4.857	3.507 72,2%										
Santa Cruz	17.627 7,1%	11.252	36,2%	136	414	10.702	5.686 53,1%	5.016 46,9%									
Santa Catarina	25.937 10,4%	12.186	53,0%	258	518	11.410	5.753 50,4%	5.015 44,0%	482 4,2%								
S. Miguel	8.519 3,4%	4.618	45,8%	63	190	4.365	1.015 23,3%	1.015 64,4%	539 12,3%							160 1,4%	
Tarrafal	9.724 3,9%	5.050	48,1%	96	195	4.759	1.050 22,1%	3.338 70,1%	371 7,8%								
S. Filipe	15.620 6,4%	9.729	38,5%	133	240	9.356	5.221 55,8%	4.135 44,2%									
Mosteiros	5.509 2,2%	3.934	28,6%	36	67	3.831	2.531 66,1%	1.300 33,9%									
Brava	4.525 1,8%	2.778	36,6%	18	69	2.691	1.655 61,5%	1.036 38,5%									
<b>TOTALS ...</b>	<b>246.506</b>	<b>142.959</b>	<b>42,5%</b>	<b>2.361</b>	<b>3.963</b>	<b>136.635</b>	<b>57.851</b>	<b>58.249</b>	<b>2.875</b>	<b>3.890</b>	<b>2.472</b>	<b>1.170</b>	<b>5.723</b>	<b>2.867</b>	<b>1.350</b>	<b>160</b>	<b>27</b>

Significado das siglas dos Grupos de cidadãos: GDRG - Grupo para o Desenvolvimento da Ribeira Grande; MMSV - Movimento Modernizar S. Vicente; GIMDS - Grupo Independente para a Mudança e o Desenvolvimento do Sal; GID-SD - Grupo Independente para o Desenvolvimento de S. Domingos; NUBAI - Grupo Independente Santa Catarina; Nu Bar; MDM - Movimento para o Desenvolvimento do Maio



Círculo Eleitoral	Nº de Inscritos	Nº Votantes	Abst. %	Votos Brancos	Votos Nulos	Votos Válidos	ASV	GIGA	GIMS	GIST	MPD	PAICV	UCID
PAUL	4284 1,2%	3952	7,75%	79	56	3896	0	0	0	0	1711	1986	120
RIBEIRA GRANDE	10901 4,31%	9297	14,72%	388	196	9100	0	0	0	0	4833	5203	314%
PORTO NOVO	9682 3,83%	8278	14,5%	210	127	8151	0	0	0	0	5953	2759	0
SÃO VICENTE	44711 17,69%	31355	29,87%	662	298	31057	928 3,05%	0	0	0	4215	3439	287
RIBEIRA BRAVA	4592 1,82%	4074	11,28%	209	59	4015	0	0	0	0	1817	1989	0
TARRAFAL DE SÃO NICOLAU	3175 1,26%	2755	13,2%	76	46	2710	0	0	0	0	1139	1495	0
SAL	14038 5,55%	10438	25,63%	300	65	10375	0	0	6587	0	0	3488	0
BOA VISTA	4107 1,63%	3272	20,33%	81	33	3239	0	0	0	0	2047	1111	0
MAIO	3848 1,52%	3298	14,16%	58	30	3273	0	0	0	0	2077	1138	0
PRAIA	64260 25,43%	48918	23,87%	1130	451	48467	0	0	0	0	23665	23150	52
RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO	4120 1,63%	3884	5,83%	67	46	3834	0	0	0	0	1961	1768	38
SÃO DOMINGOS	6918 2,74%	6150	11,1%	153	88	6062	0	0	0	0	3513	2396	0
SANTA CRUZ	11911 4,71%	10159	14,71%	267	167	9992	0	0	0	0	3864	5861	0
SÃO LOURENÇO DOS ÓRGÃOS	4036 1,6%	3643	9,74%	97	47	3596	0	0	0	0	919	2580	0
SANTA CATARINA	18702 7,4%	16344	12,82%	410	206	16099	0	0	0	0	8469	7220	0
SÃO SALVADOR DO MUNDO	4195 1,66%	3767	10,49%	140	82	3673	0	0	0	0	1299	2234	0
SÃO MIGUEL	7319 2,9%	6460	8,99%	125	76	6585	0	0	0	0	3725	2649	86
TARRAFAL	8668 3,43%	7374	15,16%	243	136	7218	0	0	0	0	4868	2127	0
MOSTEIRO	5137 2,03%	4541	11,56%	41	18	4525	0	0	0	0	6959	3041	0
SÃO FILIPE	11882 4,7%	10065	15,29%	121	93	9972	0	2150	0	0	3192	4509	0
SANTA CATARINA DO FOGO	2640 1,04%	2356	10,76%	20	29	2327	0	2183	0	0	718	0	0
BRAVA	3598 1,42%	3123	13,12%	53	31	3095	0	0	0	0	1299	1743	0
<b>TOTAIS</b>	252724 100%	203503	19,42%	4910	2380	201261	928 ,47%	2150 1,09%	6587 3,35%	718 ,37%	90616 46,15%	87786 44,71%	7566 3,85%

Significado das siglas dos grupos de cidadãos: **ASV** – Alternativa São Vicente; **GIGA** – Grupo Independente Ganhar para Avançar; **GIMS** – Grupo Independente para a continuação da Mudança e Desenvolvimento do Sal; **GIST** – Grupo Independente por Santa Catarina Verde.

Votos Válidos = Votos nos partidos + Votos Brancos

MAPA NACIONAL DE ELEIÇÃO  
(ART. 95.º DA LEI ELEITORAL ANO DE 1991)

Círculos eleitorais de deputados a eleger	Eleitores			Votos							Deputados eleitos		
	inscritos	votantes	%	Branco	%	Nulos	%	PAICV	%	MPD	%	PAICV	MPD
Baptista/Santa Isa- 2	1 897	1 689	89	07	0,4	41	2	1112	66	529	31	2	0
Baptista/N. S. do 2	3 000	2 489	83	03	0,1	128	5	1114	45	1244	50	1	1
Ajuda 2	4 033	3 694	92	17	0,5	77	2	2509	68	1091	30	2	0
da Conceição/Santa na... 3	6 916	5 857	84	14	0,2	191	3	3492	60	2160	37	2	1
mpço 2	3 925	3 217	82	09	0,3	138	4	1930	60	1140	35	1	1
Luz 2	2 334	1 876	80	29	2	65	3	1020	54	762	41	1	1
is Dorés 2	4 380	3 076	70	26	0,8	90	3	1346	44	1614	52	1	1
rbano... 12	27 548	19 117	69	103	0,5	548	3	7062	37	11 404	60	4	3
tural 1 2	4 995	4 133	83	29	0,7	113	3	1161	28	2830	68	0	2
tural 2 2	2 849	2 116	74	12	0,6	153	7	849	40	1102	52	1	1
atarina 6	14 608	10 206	70	51	0,5	742	7	1974	19	7439	73	1	5
dor do Mundo 2	3 654	2 847	78	27	0,9	370	13	743	26	1707	60	0	2
ção dos Órgãos/San- Maior... 5	12 113	9 300	77	44	0,5	569	6	1913	21	6774	73	1	4
maro Abade/S. Mi- 5	11 604	8 147	70	69	0,8	439	5	2033	25	5606	69	1	4
Livramento/ N. S. rio 2	5 084	4 325	85	10	0,2	264	6	928	21	3123	72	0	2
Conceição S. Pedro 2	5 702	4 730	82	31	0,7	271	6	598	13	3830	81	0	2
ção das Bombas. 2	3 555	2 904	82	14	0,5	256	9	762	26	1872	84	0	2

SUPLEMENTO AO «BOLETIM OFICIAL» DE CABO VERDE N.º 3—25 DE JANEIRO DE 1991

Círculos eleitorais e os seus deputados eleitos	Eleitores			Votos								Deputados eleitos	
	Inscritos	Votantes	%	Branco	%	Nulos	%	PAICV	%	MPD	%	PAICV	MPD
o André ... .. 2	1 842	1 408	76	13	0,9	118	8	257	18	1020	72	0	2
ão Baptista ... .. 2	5 444	4 425	81	23	0,5	337	8	1113	25	2952	67	0	2
do Rosário ... .. 3	5 944	4 695	79	28	0,5	669	14	1460	31	2538	54	1	2
da Lapa ... .. 2	1 153	916	79	3	0,9	79	9	270	29	559	61	0	2
da Luz ... .. 12	27 408	21 380	78	30	0,3	1 028	5	4244	20	16028	75	2	10
ica... .. 1	2 976	1 557	52	7	0,4	54	3	999	64	497	32	1	0
érica ... .. 1	857	495	58	1	0,2	9	2	383	77	102	21	1	0
opa ... .. 1	2 997	965	32	18	2	15	2	401	42	531	55	0	1
Totais ... ..	166 318	125 564	75	673	0,5	3 764	5	39 673	32	78454	62	23	56

Comissão Eleitoral Nacional, na Praia, 25 de Janeiro de 1991. — O presidente, Manuel Filomena Onofre Ferreira Lima.

NÚMERO DE VOTOS ATRIBUÍDOS A CADA LISTA E RESPECTIVA PERCENTAGEM.

Alínea d) do artigo 94º

	Total		MpD		PCD		PAICV		UCID		PSD	
	Qde.	%	Qde.	%	Qde.	%	Qde.	%	Qde.	%	Qde.	%
.....	3,335	2.19	2,276	68.24	83	2.48	915	27.43	61			
ira Grande.....	8,764	5.76	6,490	74.05	590	6.73	1,408	16.06	276	3.14		
o Novo.....	6,407	4.21	4,462	69.64	361	5.63	1,584	22.88				
icente.....	24,450	16.07	15,876	64.93	1,245	5.09	6,511	26.62	703	2.87	115	0.47
icolau.....	5,779	3.79	4,160	71.98	153	2.64	1,466	25.36				
.....	4,215	2.77	2,252	53.42	222	5.26	1,741	41.30				
Vista.....	1,708	1.12	678	39.69	101	5.91	902	52.81	27	1.58		
.....	2,169	1.42	1,167	53.80	201	9.26	301	36.92				
.....	33,342	21.91	19,484	58.43	2,670	8.00	10,370	32.60	211	0.63	107	0.32
.....ngos.....	4,860	3.19	3,666	75.43	222	4.56	959	17.67	93	1.91	20	0.41
a Cruz.....	9,899	6.50	7,142	72.14	685	6.91	1,664	16.80	118	1.19	290	2.92
a Catarina.....	13,939	9.16	9,803	70.32	1,016	7.28	2,509	17.99	197	1.41	414	2.97
rial.....	8,816	5.79	2,264	44.93	584	4.18	1,771	12.70	152	1.09	45	0.32
lpe.....	9,796	6.43	3,096	31.60	917	9.36	5,685	58.03	59	0.60	39	0.39
eiros.....	3,348	2.20	1,492	44.56	98	2.77	1,763	52.65				
e.....	2,801	1.84	1,652	58.97	152	5.42	997	35.59				
s Africanos.....	2,331	1.86	1,208	42.67	343	12.11	1,280	45.21				
s Americanos.....	2,252	2.13	1,094	33.64	230	8.16	1,651	50.76	227	6.98		
s Europeus.....												
to do Mundo.....	2,411	1.55	987	40.93	293	12.15	386	36.74	254	10.16		
Nacional.....	152,122	100	93,249	61.29	10,211	6.71	45,263	29.75	2,369	1.55	1,030	0.67

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 14 DE JANEIRO DE 2001

Anexo 1 - Mapa nacional com o resultado total das eleições (Artigo 239º do Código Eleitoral)

Círculo Eleitoral	Nº de Inscritos	Nº de votantes	V O T A Ç Ã O (Nº / Percentagem / Deputados eleitos)							
			Branco	Nulos	Abst.	MPD	PAICV	ADM	PRD	PSD
	4812 1,8%	3524 73,2%	9 0,2%	116 2,4%	1288 26,8%	1897 53,8%	1420 40,3%	30 0,9%	52 1,5%	
aira Grande	12547 4,8%	8487 67,6%	46 0,4%	326 2,6%	4060 32,4%	4240 50,0%	3188 37,6%	270 3,2%	364 4,3%	53 0,6%
lo Novo	9533 3,7%	6180 64,8%	37 0,4%	313 3,3%	3353 35,2%	2853 46,2%	2694 43,6%	136 2,2%	100 1,6%	47 0,8%
icante	40243 15,5%	23241 57,8%	124 0,3%	372 0,9%	17002 42,2%	7880 33,9%	11480 49,4%	2920 12,6%	355 1,5%	110 0,5%
icolau	8684 3,3%	4733 54,5%	38 0,4%	215 2,5%	3951 45,5%	2622 55,4%	1613 34,1%	79 1,7%	166 3,5%	
	6854 2,6%	4162 60,7%	26 0,4%	71 1,0%	2692 39,3%	1605 38,6%	2340 56,2%	66 1,6%	37 0,9%	17 0,4%
Vista	2344 0,9%	1710 73,0%	19 0,8%	37 1,6%	634 27,0%	857 50,1%	733 42,9%	15 0,9%	45 2,6%	4 0,2%
	3422 1,3%	2463 72,0%	15 0,4%	49 1,4%	959 28,0%	1329 54,0%	895 36,3%	72 2,9%	103 4,2%	
	54088 20,8%	31560 58,3%	103 0,2%	689 1,3%	22528 41,7%	10118 32,1%	16475 52,2%	2744 8,7%	1292 4,1%	139 0,4%
mingos	6783 2,6%	4233 62,4%	28 0,4%	134 2,0%	2550 37,8%	2132 50,4%	1325 31,3%	164 3,9%	432 10,2%	18 0,4%
i Cruz	16792 6,5%	10435 62,1%	41 0,2%	276 1,6%	6357 37,9%	4306 41,3%	5379 51,5%	172 1,6%	235 2,3%	26 0,2%
i Catarina	25050 9,6%	11669 46,6%	35 0,1%	661 2,6%	13381 53,4%	4454 38,2%	5414 46,4%	507 4,3%	551 4,7%	47 0,4%
guel	8145 3,1%	4196 51,5%	214 2,6%	24 0,3%	3949 48,5%	2347 55,9%	1202 28,6%	201 4,8%	191 4,6%	17 0,4%
tal	9052 3,5%	4030 44,5%	8 0,1%	89 1,0%	5022 55,5%	2063 51,2%	1416 35,1%	204 5,1%	220 5,5%	30 0,7%
pe	14050 5,4%	7436 52,9%	41 0,3%	150 1,1%	6614 47,1%	2429 32,7%	4488 60,4%	279 3,8%	49 0,7%	
iros	5249 2,0%	3435 65,4%	14 0,3%	64 1,2%	1814 34,6%	1221 35,5%	2086 60,7%	11 0,3%	39 1,1%	
	4474 1,7%	2784 62,2%	4 0,1%	58 1,3%	1690 37,8%	1310 47,1%	1347 48,4%	32 1,1%	33 1,2%	
	5702 2,2%	2486 43,6%	21 0,4%	137 2,4%	3216 56,4%	709 28,5%	1247 50,2%	89 3,6%	244 9,8%	39 1,6%
cas	8120 3,1%	2812 34,6%	28 0,3%	40 0,5%	5308 65,4%	654 23,3%	1897 67,5%	151 5,4%	22 0,8%	20 0,7%
ia e resto ndo	14182 5,5%	2260 15,9%	36 0,3%	43 0,3%	11922 84,1%	560 24,8%	1221 54,0%	247 10,9%	100 4,4%	53 2,3%
IS ...	<b>260.126</b> <b>100,0%</b>	<b>141.836</b> <b>54,5%</b>	<b>887</b> <b>0,3%</b>	<b>3.864</b> <b>1,5%</b>	<b>118.290</b> <b>45,5%</b>	<b>55.586</b> <b>39,2%</b>	<b>67.860</b> <b>47,8%</b>	<b>6.389</b> <b>5,9%</b>	<b>4.630</b> <b>3,3%</b>	<b>620</b> <b>0,4%</b>
						30	40	2		

## Edital nº 8/2006

Bartolomeu Lopes Varela, Presidente da Comissão Nacional de Eleições, faz público, de harmonia com as actas de apuramento geral e nos termos do artigo 239º do Código Eleitoral, aprovado pela Lei nº 92/V/99, de 8 de Fevereiro, o Mapa Nacional dos resultados das eleições dos deputados a Assembleia Nacional, realizadas a 22 de Janeiro de 2006 e repetidas no dia 8 de Março de 2006 em 24 Assembleias de Voto de S. Tomé e Príncipe, em cumprimento do Acórdão nº 06/06, do Supremo Tribunal de Justiça, enquanto Tribunal Constitucional, em conformidade com os quadros 1 e 2 anexos ao presente edital, de que fazem parte integrante:

QUADRO 1 - Mapa nacional com resultado total das eleições (Artigo 239º do Código Eleitoral)

Circulo Eleitoral	Nº de Inscritos	Abstenção	Nº de Votantes	VOTAÇÃO (Nº   Percentagem   deputados)						
				Branco	Nulos	MPD	PAICV	PRD	PSD	UCID
Paúl	5.290 1,64%	1.470 27,79%	3.820 72,21%	32 0,60%	88 1,66%	1.814 47,49%	1.886 50,97%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%
R Grande	13.356 4,14%	4.598 34,43%	8.758 65,57%	86 0,64%	246 1,84%	4.773 54,50%	3.653 43,35%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%
Porto Novo	10.751 3,33%	3.338 31,05%	7.413 68,95%	59 0,55%	199 1,85%	3.241 43,72%	3.817 53,35%	97 1,36%	0 0,00%	0 0,00%
S Vicente	46.945 14,54%	19.486 41,51%	27.459 58,49%	187 0,40%	451 0,96%	9.652 35,15%	12.554 46,81%	120 0,45%	0 0,00%	4.495 16,76%
S Nicolau	9.064 2,81%	3.595 39,66%	5.469 60,34%	76 0,84%	159 1,75%	2.778 50,80%	2.456 46,92%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%
Sal	10.577 3,28%	4.276 40,43%	6.301 59,57%	52 0,49%	53 0,50%	2.745 43,56%	3.387 54,66%	64 1,03%	0 0,00%	0 0,00%
Boa Vista	3.340 1,03%	1.041 31,17%	2.299 68,83%	14 0,42%	28 0,84%	1.045 45,45%	1.212 53,70%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%
Maio	4.194 1,30%	1.124 26,80%	3.070 73,20%	31 0,74%	29 0,69%	1.777 57,88%	1.233 40,96%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%
Praia	64.543 20,00%	25.514 39,53%	39.029 60,47%	250 0,39%	532 0,82%	17.324 44,39%	20.447 53,46%	295 0,77%	181 0,47%	0 0,00%
S Domingos	7.846 2,43%	2.442 31,12%	5.404 68,88%	49 0,62%	138 1,76%	3.226 59,70%	1.920 36,80%	36 0,69%	35 0,67%	0 0,00%
Sta Cruz	19.174 5,94%	7.000 36,51%	12.174 63,49%	59 0,31%	237 1,24%	4.544 37,33%	7.099 59,77%	151 1,27%	84 0,71%	0 0,00%
Sta Catarina	28.176 8,73%	13.896 49,32%	14.280 50,68%	50 0,18%	478 1,70%	5.851 40,97%	7.608 55,32%	176 1,28%	117 0,85%	0 0,00%
S Miguel	9.268 2,67%	4.210 45,43%	5.058 54,57%	7 0,08%	154 1,66%	2.771 54,78%	1.985 40,54%	108 2,21%	33 0,67%	0 0,00%
Tarafal	10.587 3,28%	5.497 51,92%	5.090 48,08%	44 0,42%	225 2,13%	2.784 54,70%	1.964 40,74%	50 1,04%	23 0,48%	0 0,00%
S Filipe	17.135 5,31%	6.324 36,91%	10.811 63,09%	34 0,20%	144 0,84%	4.238 39,20%	6.395 60,14%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%
Mosteiros	5.969 1,85%	1.832 30,69%	4.137 69,31%	26 0,44%	34 0,57%	1.357 32,80%	2.720 66,72%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%

Brava	5.012 1,55%	2.161 43,12%	2.851 56,88%	19 0,38%	30 0,60%	1.239 43,46%	1.563 55,78%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%
África	8.475 2,63%	5.063 59,74%	3.412 40,26%	35 0,41%	130 1,53%	786 23,04%	2.394 73,73%	0 0,00%	67 2,06%	0 0,00%
Américas	11.388 3,53%	8.295 72,84%	3.093 27,16%	17 0,15%	66 0,58%	837 27,06%	2.143 71,20%	0 0,00%	30 1,00%	0 0,00%
Europa e ...	31.677 9,81%	26.775 84,53%	4.902 15,47%	40 0,13%	79 0,25%	2.128 43,41%	2.553 53,38%	0 0,00%	102 2,13%	0 0,00%
<b>Total</b>	<b>322.767</b> <b>100,00%</b>	<b>147.937</b> <b>45,83%</b>	<b>174.830</b> <b>54,17%</b>	<b>1.167</b> <b>0,36%</b>	<b>3.500</b> <b>1,08%</b>	<b>74.910</b> <b>44,02%</b>	<b>88.989</b> <b>52,30%</b>	<b>1.097</b> <b>0,64%</b>	<b>672</b> <b>0,39%</b>	<b>4.495</b> <b>2,64%</b>
	0	0	0	0	0	29	41	0	0	2

\* Inclui os resultados das eleições realizadas em 21 mesas de S Tome e Príncipe, no dia 08 de março de 2006

### Eleições Legislativas de 22 de Janeiro de 2006\*

QUADRO 2 - Deputados eleitos pelos partido concorrentes e por círculo eleitoral

Círculo	Ordem	Nome do deputado	Partido
Paúl	1º	Vera Helena Pires Almeida	PAICV
	2º	Orlanda Maria Santos Ferreira	MPD
R Grande	1º	Jorge Pedro Mauricio dos Santos	MPD
	2º	Armindo Cipriano Mauricio	PAICV
	3º	Francisco Antonio Dias	MPD
Porto Novo	1º	Alberto Joséfá Barbosa	PAICV
	2º	Alcindo Francisco Rocha	MPD
	3º	Ernesto Ramos Guilherme Rocha	PAICV
S Vicente	1º	Manuel Inocêncio Sousa	PAICV
	2º	Rui Alberto de Figueiredo Soares	MPD
	3º	Onésimo Silveira	PAICV
	4º	Humberto Andre Cardoso Duarte	MPD
	5º	António Delgado Monteiro	UCID
	6º	Mário Anselmo Couto de Matos	PAICV
	7º	João Baptista Medina	MPD
	8º	Filomena de Fátima Ribeiro Vieira Martins	PAICV
	9º	João do Carmo Brito Soares	PAICV
	10º	António Pascoal Silva dos Santos	MPD
	11º	Lídio de Conceição Silva	UCID
S Nicolau	1º	Teófilo de Figueiredo Almeida silva	MPD
	2º	Américo Sabino Soares Nascimento	PAICV
Sal	1º	Basílio Mosso Ramos	PAICV
	2º	Janine Tatiana Santos Lélis de Carvalho	MPD
Boa Vista	1º	Aristides Raimundo Lima	PAICV
	2º	José Luis Lima Santos	MPD
Maio	1º	Joana Gomes Rosa	MPD
	2º	Filinto Elisio Alves dos Santos	PAICV

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Edital n.º 2/CNE/2011

A Comissão Nacional de Eleições faz público, nos termos dos artigos 250º e 242º do Código Eleitoral, aprovados pela Lei n.º 92/V/99, de 8 de Fevereiro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 56/VII/2010, de 9 de Março e, de harmonia com as Actas das Assembleias de Apuramento Geral dos treze círculos eleitorais, o mapa nacional com o resultado total das eleições dos deputados à Assembleia Nacional, realizadas no dia 6 de Fevereiro de 2011, constante nos quadros 1 a 14, anexos ao presente edital, de que fazem parte integrante.

**ANEXO 1 - Mapa nacional com o resultado total das eleições legislativas de 6 de Fevereiro de 2011 (art. 250º do Cód. Eleitoral)**

N.º	CÍRCULO ELEITORAL	N.º DE INSCRITOS	N.º DE VOTANTES	ABSTENÇÃO %		BRANCOS	NULOS	VÁLIDOS	MPD	PAICV	UCID	PSD	PTS
1	Santo Antão	26.559	21.852	4.707	17,72%	191	226	21.626	9.814	10.788	667	0	166
2	S. Vicente	45.802	33.728	12.074	26,36%	215	263	33.465	11.541	14.835	6.297	73	504
3	S. Nicolau	8.113	6.326	1.787	22,02%	71	71	6.255	3.172	2.809	163	0	40
4	Sal	14.229	9.496	4.733	33,26%	55	42	9.454	4.424	4.343	632	0	0
5	Boa Vista	4.428	3.182	1.246	28,13%	31	17	3.165	1.434	1.658	0	0	42
6	Maio	4.128	3.463	665	16,10%	11	15	3.448	2.037	1.400	0	0	0
7	Santiago Norte	58.158	46.668	11.490	19,75%	199	434	46.234	19.793	25.196	565	193	288
8	Santiago Sul	78.751	62.657	16.094	20,43%	287	361	62.296	27.116	33.754	976	163	0
9	Fogo	20.311	16.041	4.270	21,02%	26	77	15.964	5.706	10.104	128	0	0
0	Brava	3.741	2.879	862	23,04%	17	34	2.845	1.305	1.467	56	0	0
1	África	4.196	2.983	1.213	28,90%	21	51	2.932	1.006	1.905	0	0	0
2	Américas	7.994	6.175	1.819	22,75%	33	55	6.120	2.054	3.965	68	0	0
3	Europa resto mundo	22.157	11.492	10.665	48,13%	91	96	11.396	5.272	5.743	290	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>298.567</b>	<b>226.942</b>	<b>71.625</b>	<b>23,98%</b>	<b>1.248</b>	<b>1.742</b>	<b>225.200</b>	<b>94.674</b>	<b>117.967</b>	<b>9.842</b>	<b>429</b>	<b>1.040</b>

Eleições legislativas de 6 de Fevereiro de 2011